



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCIANO KNEIP ZUCCHI

**IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A GÊNESE DOS
CONFLITOS ISRAELO/ÁRABES**

LUCIANO KNEIP ZUCCHI

**IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A GÊNESE DOS
CONFLITOS ISRAELO/ÁRABES**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Sylvia Ewel Lenz

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela divisão de processos técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Z94i Luciano Kneip Zucchi.
Implantação do Estado de Israel e a gênese dos conflitos
israelo/árabes / Luciano Kneip Zucchi. – Londrina, 2014.
151 f. : il.

Orientador: Sylvia Ewel Lenz.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual
de Londrina, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em História Social, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Israel – Teses. 2. Palestina – Teses. 3. Sionismo – Teses. 4.
Oriente Médio– Teses. I. Lenz, Sylvia Ewel. II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em História Social. III. Título.

CDU 956.94

LUCIANO KNEIP ZUCCHI

**IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A GÊNESE DOS
CONFLITOS ISRAELO/ÁRABES**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sylvia Ewel Lenz
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Lúcia Helena de Oliveira
UNESP – Assis - SP

Prof. Dr. André Luiz Joanilho
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Márcio Santana
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Andrew Patrick Trumann
UNICURITIBA – Curitiba - PR

Londrina, 25 de abril de 2014.

*De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre começando...
a certeza de que é preciso continuar...
a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...*

*Portanto devemos fazer:
da interrupção um caminho novo
da queda um passo de dança
do medo, uma escada
da procura.... um encontro*

(Fernando Sabino)

AGRADECIMENTOS

Devo explicitar que esses agradecimentos são para aquelas pessoas e instituições que realmente contribuíram, ou me incentivaram, na jornada que teve como resultado este trabalho, somente a esses. Quanto às contribuições ‘contraproducentes’, e foram algumas, eu evoco para mim o esquecimento “nietzschiano”, e sigo em frente.

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Estadual de Londrina, que me aceitou e tão bem me acolheu, eu, um estranho a ela, vindo de outro estado e formado por outra instituição, me considero prova da inclusividade dessa instituição, de seus docentes, alunos e funcionários, de todos os componentes do PPGHS e do Mestrado em História.

À Capes pela bolsa com que fui agraciado, a qual foi para mim de fundamental importância. Através dela pude enriquecer o meu trabalho com a compra de obras, viagens de pesquisa e participação em eventos.

Às pessoas de quem devo lembrar-me, e lembrarei sempre, em especial a minha querida orientadora, a Profa. Dra Sylvia Ewel lenz, que me auxiliou em todos os sentidos, tanto na confecção da dissertação quanto em discussões proveitosas sobre vários temas, a qual considero, antes de tudo, uma cara amiga e com a qual espero continuar o contato nas jornadas que sobrevirão. Também ao Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentine que me fez olhar com outros olhos a questão, quando realizei o seu curso de Oriente Médio Contemporâneo na UFRGS.

Aos colegas do mestrado, o Marcelo Bonfin, que muito escutou sobre o meu trabalho – e olha que eu falo demais –; ao André Vasconcelos, que, embora tenha um jeito um tanto quanto circunspecto, sempre se mostrou colega exemplar e me convidou para o livro que estava organizando junto com a Sylvia Lenz. A esses dois colegas meu abraço fraterno e desejo de paz e sucesso na vida e no trabalho.

Gostaria de registrar também meus agradecimentos às professoras Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP/ASSIS) e Cláudia Prado Fortuna (UEL), que coordenaram o Simpósio Temático “Memórias Contra Hegemônicas”, do encontro da ANPUH/PR, realizado em 2012, na UEL, do qual participei e no qual meu texto foi escolhido por elas para participar do livro do evento. Agradeço também aos professores José Miguel Arias Neto, Hélio Soschodolak e Beatriz Olinto, que, como organizadores do evento e do livro, aprovaram a indicação.

Todos os que citei, de alguma forma, em algum grau, me incentivaram a prosseguir e chegar à reta final de um trabalho que foi, deveras, muito, muito mesmo,

exaustivo, e que sei ainda vai me consumir os neurônios e as retinas por mais tempo do que o previsto para o findar da dissertação.

A esses meu sincero abraço e obrigado!

ZUCCHI, Luciano Kneip. **A implantação do Estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes**. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Objetivamos demonstrar principalmente, através da análise histórica e da política internacional, que a gênese dos conflitos no Oriente Médio, entre judeus e árabes, está inserida dentro de um contexto global e tem seu cerne em interesses imperialistas e também no bipolarismo surgido após a Segunda Guerra Mundial, e não em rivalidades ou ódios seculares entre povos, muito embora o discurso étnico/religioso tenha muitas vezes conseguido mascarar a realidade desse antagonismo, originário do século XX, que adentrou o XXI sem perspectivas de resolução. A História demonstra que se, por um lado, judeus e árabes tiveram alguns “ínterins conflituosos”, principalmente na aurora do Islã, por outro lado, conviveram pacificamente e produtivamente durante séculos, como no Califado Omíada da Espanha e em outras regiões. A proclamação do Estado de Israel em 1948, muito embora tenha se configurado numa solução de compromisso para o problema anti/semita no continente europeu, redundara, entretanto, e paradoxalmente, num novo estranhamento e em novos conflitos, agora entre judeus e árabes habitantes da Palestina e de todo o Oriente Médio. As potências europeias, nesse contexto, desaguam uma contradição que é sua no mesmo movimento em que reiteram seus preconceitos, transportando-os para o Médio Oriente e agravando o quadro sensivelmente com a Guerra Fria e o confronto entre Estados Unidos e União Soviética, que farão da região – rica em recursos energéticos imprescindíveis ao Ocidente – palco de seu enfrentamento, tornando pior uma situação que já era desesperada ao extremo.

Palavras-chave: Israel. Palestina. Sionismo. Oriente Médio.

ZUCCHI, Luciano Kneip. **The establishment of the State of Israel and the genesis of the Israeli / Arab conflict**. 2014. 151p. Dissertation (Masters in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

We aimed to demonstrate mainly through historical analysis and international politics, the genesis of the conflict in the middle east between jews and arabs, is embedded within a global context and has its heart in imperialist interests and also the bipolarity emerged after world war ii world, and not in rivalry or hatred between secular people, although the ethnic/religious discourse has often succeeded mask the reality of this antagonism, originating in the twentieth century, which entered the xxi no prospect of resolution. history shows that, on the one hand, jews and arabs had some "conflicting interinsti", especially at the dawn of islam, on the other hand, lived peacefully and productively for centuries, as the umayyad caliphate in spain and elsewhere. History shows that, on the one hand, Jews and Arabs had some "conflicting Interinsti", especially at the dawn of Islam, on the other hand, lived peacefully and productively for centuries, as the Umayyad Caliphate in Spain and elsewhere. The proclamation of the State of Israel in 1948, although it had set up a compromise solution to the problem anti/Semitic in Europe, redound, however, and paradoxically, a new strangeness and new conflicts now between Jewish and Arab inhabitants of Palestine and throughout the Middle East. The European powers, in this context, flow into a contradiction that your in the same motion that reiterated their prejudices, transporting them to the Middle East and, worsening noticeably with the Cold War and the confrontation between the United States and Soviet Union, which will make region – rich in essential energy resources to the West – the scene of their confrontation, making worse a situation was already desperate in the extreme.

Keywords: Israel. Palestine. Zionism. Middle East.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do império de Kazar	25
Figura 2 - Mapa of expansion of Califate- pt.svg.....	44
Figura 3 - Mapa da reconquista cristã sobre o Império dos Almóadas	50
Figura 4 - Mapa do acordo de Sikes/Picot	78
Figura 5 - Plano de partilha da Palestina.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População judaica na Palestina antes e depois da II Guerra Mundial	94
Tabela 2 - Diáspora Palestina	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A CONVIVÊNCIA ENTRE JUDEUS E ÁRABES ATRAVÉS DOS TEMPOS	23
1.1 A DISPERSÃO	23
1.2 A AURORA DO ISLÃ E OS JUDEUS: EXPECTATIVAS E CONTRARIEDADES	32
1.3 SOB GOVERNOS ISLÂMICOS	42
CAPÍTULO II - O SIONISMO: ORIGEM, TIPOLOGIA E CONSEQUÊNCIAS	52
2.1 SIONISMO: UM TÍPICO NACIONALISMO EUROPEU.....	52
2.2 SIONISMO POLÍTICO: DA IGUALDADE FRACASSADA NA EUROPA AO ATIVISMO NA PALESTINA	63
CAPÍTULO III - RUMO À IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O INÍCIO DA HISTÓRIA SEM FIM (1916 A 1948)	77
3.1 CONTEXTO POLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	77
3.2 O IMPACTO DA ASCENSÃO DO NAZISMO E DA II GUERRA MUNDIAL SOBRE A PALESTINA	86
3.3 PÓS II GUERRA MUNDIAL - A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS	94
3.4 A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL	105
3.5 O MITO E O LOBBY ISRAELENSE ATRAVESSAM O ATLÂNTICO: DISCURSOS E PERSPECTIVAS ATUAIS, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	117
CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS	128
GLOSSÁRIO	136

ANEXOS	142
ANEXO A - Cronologia relativa ao I Capítulo (séculos II ao XVIII)	143
ANEXO B - Cronologia relativa ao II Capítulo (final do século XVIII a 1913).....	146
ANEXO C - Cronologia relativa ao III Capítulo (1914 a 1949)	149

INTRODUÇÃO

Devemos destacar que o resultado deste trabalho é produto não só do período do mestrado, embora esse tenha sido fundamental para a confecção desta dissertação, mas também, devido ao interesse pessoal pelo tema, a pesquisas realizadas anteriormente e em materiais há muito armazenados e cujas fontes bibliográficas se encontram disponíveis nos acervos das melhores universidades da Região Sul e Sudeste do país.

Consideramos que o diferencial de nosso trabalho está na utilização de autores considerados antagônicos, tidos por muito como impossíveis, mas não por nós, de serem utilizados numa mesma redação: judeus sionistas e anti/sionistas, palestinos moderados, até os mais descrentes quanto a uma possível solução de compromisso entre as partes, marxistas, internacionalistas, liberais, defensores do estado compartilhado pelos dois estados.

Contrapondo as informações sobre os fatos estudados em que esses autores citam de forma similar, pois, se opositores, que, via de regra, ‘nunca concordam’ em nenhum aspecto, não se contradizem em determinados assuntos é porque há consenso quanto a certos eventos, tira-se assim uma espécie de contraprova factual.

Tentamos extrair de textos altamente tendenciosos e publicitários de uma ou outra causa em questão, pelo mesmo método citado, informações úteis ao desenvolvimento do trabalho, a exemplo da biografia de Bem Gurion, feita por um amigo dele, Michel Bar Zohar, e do trabalho do nitidamente apologista do sionismo Jacob Tsur. Só para citarmos o inverso, do mesmo modo foram conferidos também textos propagandísticos da outra causa, como os da Delegação Especial na Palestina no Brasil.

De modo similar, foram acumulados dados e informações úteis ao desenvolvimento do trabalho, através de *sites* na internet¹ e, nessa questão tão suscetível a paixões e tendências pessoais, como estes, em geral, apoiavam um ou outro lado, procuramos utilizar apenas dados verificáveis. De inestimável valia é o *site* pacifista do “Paz Agora”, que aglutina “Israel/Palestina e/ou Palestina/Israel”, e, no mundo inteiro, aqueles que tentam contribuir e lutam, à sua maneira, pela paz em tal região. Ou seja, a probabilidade de termos certeza, ou pelo menos chegarmos mais perto o possível dela, sobre como certos eventos realmente ocorreram, fica mais próxima, e isso sem dúvida é muito, pois em questões que envolvem a História, assim como em qualquer litígio entre seres humanos e seus assuntos, a

¹ Recorremos principalmente a documentações disponíveis nos seguintes *sites*: <http://www.pazagora/BR>, <http://www.terrornapalestina> e <http://www.esquerdacritica>.

‘realidade’ depende muito do ângulo, ou melhor, do lado que observarmos, e frequentemente quase sempre há mais de uma ‘realidade’, parafraseando Jean Pierre Vernant (1986), que considera com extrema propriedade não existirem chaves universais para compreender o humano, ao que eu gostaria, com todo o respeito a Vernant, de acrescentar que talvez existam muitas e válidas chaves, dependendo do assunto humano de que queiramos tratar e, claro, do enfoque que quisermos priorizar, cabendo somente a nós escolher a chave mais adequada e em qual fechadura se encaixa. Todavia, sem dúvida, no caso humano, uma chave mestra, universal, utilizável e infalível em todas as questões, só é possível no cérebro de sectários e intransigentes dogmáticos ao extremo do absurdo, e sabemos quanto mal isso já causou. A história do último século está cheia de exemplos.

Por tais dificuldades, é imprescindível a quem se propõe a estudar as ideias políticas e os fatos e eventos derivados delas prestar muita atenção às cores com que se pintaram o quadro que se quer estudar, as nuances podem mudar toda a interpretação e, dentro das cores primárias, sem dúvida está o ‘discurso’. É principalmente nele, em quem o proferiu e a quem foi direcionado, que reside toda a diferença entre simplesmente crer no que foi contado, construído e difundido; e realmente descobrir algo novo sabemos ser muito difícil. Que pelo menos seja feito o melhor, pois não raro um detalhe quer dizer muito, e muito causou, como observa Engels (1884, p. 15): “é preciso estudar de novo a história, pesquisar de novo todas as condições de vida das diversas formações sociais antes de se pôr a derivar delas as ideias políticas que lhes correspondem”.

Como uma das propostas deste trabalho é averiguar se a tão propalada inimizade entre judeus e árabes é, de fato, algo ‘secular e tangível’, investigamos tanto em bibliografia especializada como em fontes sagradas do Alcorão e da Torá. Estas, no entanto, não demonstraram, nem incentivaram de modo algum, qualquer belicosidade entre esses povos, muito pelo contrário, em vários trechos (suras no Alcorão, versículos na Torá), depreende-se perfeitamente que deveria haver respeito entre esses povos, pois eram aparentados e mui próximos.

Também procuramos recorrer a fontes documentais primárias e estudá-las, como o acordo Picot/Siks, de 1916; a Declaração Balfour, de 1917; o Plano de Partilha da ONU, de 1947; e a Declaração de Independência de Israel, de 1948, os quais foram examinados na íntegra. Além de outros, estudados apenas em parte ou enxertos.

Ao estudarmos essa documentação, verificamos, por exemplo, que o acordo Picot/Siks, de 1916, foi acertado antes mesmo de terminada a guerra e tombado de vez o Império Otomano. Assim é feita também a Declaração Balfour, por parte do governo britânico

aos sionistas. E percebemos que este governo havia se comprometido também com as lideranças árabes, especialmente os pertencentes ao clã dos *Hachem*, originário da Península Arábica, o que denota claramente que Londres fez alianças com os representantes de dois objetivos difíceis, se não impossíveis de conciliar, os *Hachemitas*, que sonhavam com um grande estado árabe na região, e os sionistas, que pretendiam estabelecer seu estado na Palestina, ignorando a população autóctone, como se lá ela não estivesse.

Depois da II Guerra Mundial, não podendo resolver a situação, a potência mandatária britânica encaminha a questão para a ONU, que decide pela partilha. O plano foi aprovado pela resolução 181, de 28 de novembro de 1947, o qual preconizava dois Estados, um árabe outro judeu; Jerusalém seria internacionalizada e haveria união econômica. Nada se concretizou, em 1948 a guerra sobreveio, e a situação só piorará, visto, a partir daí, atuarem também sobre a região os EUA e a URSS, e fazerem dela mais um palco para a Guerra Fria.

Não o avaliamos, o Plano de Partilha da ONU², tão negativamente, apesar dos problemas inerentes à descontinuidade de ligação entre as terras de um Estado e outro, como também não o consideramos totalmente permissivo aos judeus, nem tão nefasto aos árabes/palestinos, pois, apesar de muitos considerarem que ele beneficiou territorialmente o Estado judeu (maior), onde metade da população era árabe, o que, em um Estado de Democracia Real, com todos os segmentos representados no sufrágio, daria o tão necessário equilíbrio em eleições livres. Ou seja, o plano não era, em nossa opinião, assim tão incoerente com a realidade, se não houvessem ocorridos os conflitos e os consequentes motivos para a fuga (de acordo com sionistas), ou a expulsão (segundo árabes).

Se o projeto lograsse êxito, a população de Israel atual comportaria no mínimo 50% de árabes,³ já que, como afirma Edward Said (2010, p. 125), sobre o que qualifica de problema demográfico dos árabes em Israel, “ao contrário dos judeus, cujo crescimento é de 1,5% ao ano, os árabes crescem a uma taxa de 5,9%”. Acreditamos que isso sem dúvida faria toda a diferença num país democrático e com eleições livres⁴, e que essa

² A resolução 181, aprovada em assembleia geral, em 29 de novembro de 1947, está disponível em: <<http://terrornapalestina.home.sapo.pt/onu.htm>>.

³ A população em 1948, na área prevista pelo plano da ONU para o estado judeu, era de 497 mil árabes para 498 mil judeus, ou seja, o peso da população árabe nessa época, antes dos deslocamentos, era praticamente idêntico ao de judeus. E mesmo hoje a população árabe de Israel é significativa, em torno de 16%, e elege cerca de 19% das cadeiras do *knesset*, se não contassem com estas, a esquerda israelense estaria numa desvantagem imensamente maior frente à força dos partidos de direita, que contam também com agremiações de cunho religioso a seu lado e a votar com eles.

⁴ Na Declaração de Independência de Israel, foram oferecidos direitos civis e cidadania aos habitantes árabes do país, apesar disso parecer ter um cunho ‘oportunístico’, ou ‘para inglês ver’, o fato concreto é que pelo menos os termos de um compromisso escrito e formal com a contemplação dos direitos dos árabes palestinos do

população, que, segundo também Said afirma, “é mantida subordinada”, estaria com um peso de barganha bem maior, o consenso teria de ocorrer e um ‘Estado realmente respeitador de suas etnias constitutivas’ que, cedo ou tarde, emergiria não como um sonho utópico, mas como uma realidade factível. A alternativa seria a hecatombe estatal, e isso valeria também para o soberano Estado Palestino, vizinho de Israel, que existiria com uma área bem maior que as migalhas territoriais que hoje controlam precariamente da Cisjordânia e Faixa de Gaza, com um arremedo de autonomia.

A probabilidade de os palestinos estarem mais fortes seria maior, e com um governo soberano, num território independente que já teria algumas décadas, claro, se seus irmãos étnicos dos Estados do entorno os deixassem em paz. Mas, para a manutenção do equilíbrio regional em suas fronteiras, talvez contassem com o apoio oportuno de Israel, como esta fez algumas vezes em relação ao monarca jordaniano, apoiando-o em sigilo, em detrimento dos sírios e dos próprios palestinos que se encontravam em seu território. Todavia, o rei *Hachemita* Hussein era um astuto negociador, do tipo raro, tanto para o mundo árabe como em relação aos diplomatas ocidentais, acostumado desde os primórdios de seu governo a condições em nada favoráveis, herdadas de seu antecessor e pai, Habdula, porém transitando entre elas e sobrevivendo com seu trono incólume, talvez mais forte apesar das perdas⁵.

Pensar em como seria a região se esse país uno (falamos da área correspondente a Israel) e, ao mesmo tempo, ‘multi-étnico-religioso’ tivesse tido lugar, se o bom senso houvesse prevalecido ante as equivocadas opções adotadas pelas lideranças de ambos os lados, é um exercício utópico de esperança que não deixo de realizar. Não fazê-lo seria também como deixar de acreditar que um dia a paz chegará àquelas fronteiras inundadas de sangue, porém, tão cheias de representatividade e significado para bilhões de seres humanos.

Mas o que realmente ocorreu na época, e que ainda persiste em se manter, por insistência de forças retrógradas e reacionárias, que ambicionam apenas seus projetos de poder ou defendem escusos e mesquinhos interesses, mesmo às custas do sofrimento e da ludibriação ideológica de seus próprios cidadãos, entretanto, foi diferente disso, dessa possibilidade nem cogitada pelas lideranças, senão por alguns, taxados como sonhadores irrealistas e utópicos, a cruel realidade que se apresentou falsamente como única possível e plausível de ser implementada foi a constituição de um *guetho* moderno, próspero e pujante,

estado de Israel foram escritos na carta, disponível em: <<http://www.pazagora.org/1948/05/declaração-da-independência-de-israel>>.

⁵ Hussein também perdeu suas guerras, mas seu trono resistiu e tornou-se um exemplo de estabilidade para a região.

cercado por despossuídos, sentindo-se ameaçado por eles e ameaçando-os, novamente a reedição da fórmula excludente mais fácil (em vez da inclusiva mais trabalhosa) venceu agora com novas feições, mas a mesma velha fórmula desumana, particularista, e, por isso mesmo, fadada a gerar ódios e conflitos contínuos.

Enfatizamos que estamos conscientes do ‘irremediável inacabamento’ deste trabalho, e, como Edgar Morin, sentimos o peso da tragédia de ter que escolher entre “ler e parar de escrever ou escrever e parar de ler’ (MORIN, 1987, p. 32). Por ora, optamos por escrever para, imediatamente, voltarmos a ler após cumpridas as nossas obrigações de escrita, e sabedores de que logo teremos de realizar nova escolha. Contudo, de certa forma, conformados com isso, pois, enquanto continuarmos ‘humanos, a incompletude de nossas realizações será a regra’, e outros procurarão renovar, corrigir ou simplesmente contestar e rebater aquilo que escrevermos, o que, se ocorrer, nos trará a certeza de que fomos úteis, pois pelo menos contribuimos para as discussões sobre um tema tão complexo e denso.

Também gostaríamos deixar claro que, apesar de termos nossos compromissos humanitários e sociais com determinada forma de pensar a sociedade e suas relações, sobretudo na aplicação dessa forma de pensar quanto ao resgate dos membros menos favorecidos e, por isso mesmo, mais frágeis, tanto no sentido material quanto intelectual, e sentirmos uma inequívoca e inarredável obrigação moral, tanto por sermos educadores quanto por termos nos formados e sermos mestrandos de universidades públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de Londrina, respectivamente, portanto, devedores da população que as sustenta, de nos posicionar sempre em favor do ‘bem comum’, comprometemo-nos a não deixar nossas inclinações político-ideológicas se exacerbarem a ponto de prejudicar a seriedade do trabalho e da pesquisa, que pretendemos seja útil à coletividade, pois encaramos isso como nossa obrigação.

E, como consideramos que educação e pesquisa sérias são também inequivocamente ‘bens comuns’, sem sombra de dúvida, principalmente se a pesquisa for usada por nossos pares educadores para o esclarecimento a respeito do tema que pesquisamos, pois certamente o conhecimento que esperamos ter gerado vai ser multiplicado, mediante suas práticas em sala de aula por muitas vezes, concordamos totalmente com Pierre Bordieu e Chartier em relação às possibilidades de transformar que o intelectual possui: “Mas o intelectual é também alguém que pode agir a distância ao transformar as visões de mundo e as práticas cotidianas” (BORDIEU; CHARTIER, 1996, p. 243).

Esse é um dos objetivos ao qual esperamos pelo menos chegar perto, contribuindo com o que estiver ao nosso alcance para o rompimento de uma visão

hegemônica, que prega ódios seculares e civilizações antagônicas, e que não representa nada de positivo para a convivência produtiva e pacífica entre povos e culturas. Consideramos que isso vale também para o Brasil, pois é necessário cuidar para que a coexistência entre as diversas culturas formativas do país (que aos poucos se mesclam dando origem ao novo) continue sendo possível, e que nossa nação se constitua num exemplo de tolerância e respeito, não apenas ao nível do ‘discurso tendencioso’ e abrandador de tensões como muitas vezes temos notado, mas como política formadora de nação, que é indiscutivelmente ao mesmo tempo ‘multicultural e multiétnica’, e também ‘Una’, no sentimento de pertencimento a ela, sem dúvida, somos um ‘povo novo’.

Visão, dirão alguns, utópica. Pode ser, mas e daí. Sonhar com o melhor é também iniciar o melhor. Afinal, tudo começa nas mentes e nos sonhos. Nesse sentido, compactuamos completamente com o velho Darci Ribeiro, que afirmava que povos como o nosso “são povos em disponibilidade, abertos ao novo, só vislumbrando futuro juntamente com o futuro do homem, da humanidade” (RIBEIRO, 1978, p. 160).

Novamente, enfatizamos o papel da educação e seu poder, que pode assumir um viés de reprodutor e mantenedor do *status quo* dominante, ou assumir um papel emancipatório, esclarecendo mentes e combatendo visões hegemônicas discriminatórias, que servem para corroborar discursos que trazem em seu bojo interesses, mesmo que não se deixem vislumbrar numa primeira mirada, mais superficial: “Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo” (FOUCAULT, 2000, p. 44).

Citando novamente o ‘apesar’ de alguns parágrafos acima, sim, muito embora sintamos uma inequívoca obrigação social e, portanto, uma vinculação inerente com determinada forma de agir e de ação intelectual, procuraremos não prender ideologicamente este trabalho a fórmulas doutrinárias, uma vez que não objetivamos a construção de um panfleto, mas sim um trabalho sério, que procure alternativas reais, implementáveis, oriundas do lado que vier, pois sabemos dos equívocos já causados por intransigências e fundamentalismos. Isso vale para ‘qualquer margem do rio’. Na verdade, qualquer extremismo exacerbado só pode redundar na impossibilidade de construção de pontes sobre esse mesmo ‘rio’ e impedir a ultrapassagem deste pelos dois lados, que ficarão só a vislumbrar o lado inverso com olhares desconfiados, sem o conhecer realmente, impedindo o aumento da perspectiva, dos horizontes, das alternativas, do compartilhamento produtivo. No caso deste trabalho, visamos vislumbrar a possibilidade de ‘paz para dois povos’ que, há

quase um século, sofrem com alternativas equivocadas por parte de suas lideranças, sejam estas de esquerda ou de direita.

Ali, naquele pequeno pedaço do mundo, podemos vislumbrar o que os extremismos podem fazer. Ali, naquele ínfimo e árido pedaço do Oriente Médio, podemos encontrar todos os representantes das loucuras que o gênero humano pode realizar, todos os fundamentalismos religiosos, todos os extremismos políticos, os racismos xenófobos, as intolerâncias. Tudo o que foi gestado no século mais violento e extremista de toda a História do gênero humano (HOBSBAWM, 1994) está ali representado, como em uma demonstração empírica para antropólogos mirarem. Está ali ainda vivo e mantido por quem assim o fez, e como uma cruel demonstração de poder. Quem fermentou, formou e implementou todos os extremismos assassinos do século passado os transplantou para o Oriente Médio, como que para ali lhe servirem de algo, talvez da lembrança viva do que tais barbáries ideológicas podem fazer, e muito já fizeram, em suas próprias terras ocidentais.

Depois de verificarmos isso com o desenrolar de nosso trabalho, concordamos com Sylvia Lenz quando afirma que “ideologias, religiosas ou políticas, servem para camuflar e justificar interesses econômicos de expansão e conquista” (LENZ, 2012, p. 129), mesmo que tais interesses se escondam e utilizem ‘discursos forjados a pretexto de amparar e proteger determinada minoria perseguida’. Porém, ao invés de resolver o problema em seu lugar de origem, transportam-no, e com a população segregada, para outro continente.

Consideramos que o responsável pelas transposições para o Oriente Médio de todos os ‘atuais antagonismos e conflitos ideológicos’ foi o Ocidente. Quem sabe tentando desaguar em outras terras contradições que não conseguiu resolver nas suas, transferindo os problemas. Porém, a volta da xenofobia e dos partidos fascistas na Europa demonstra que a tentativa foi inócua, não resolveram ou exportaram totalmente seus males; pior, os transmitiram como vírus para regiões onde tais doenças anteriormente não vingavam, senão como um germe fraco facilmente eliminado pela própria natureza proselitista da religião majoritária.

O racismo do tipo xenófobo era inexistente no Oriente Médio, muito pelo contrário, ‘o respeito aos povos do livro’(judeus e cristãos), os protegidos, “*Dhimmi*” (MANTRAN, 1977 p. 73), claro, desde que pagassem o imposto de captação dos não muçulmanos a ‘*Jizya*’ (HOURANI, 1977, p. 55), era um preceito muçulmano, e legalmente todos os convertidos desde que não agissem como oportunistas, hipócritas, os “*munafiqun*”, (“que se convertiam apenas externamente, prontos a mudar conforme as circunstâncias” (MANTRAN, 1977, p. 65), se agissem corretamente, membros ‘da etnia que fossem’, eram

considerados pertencentes a comunidade dos crentes (*Umma*) e deveriam ser tratados com respeito e igualdade.

Achamos interessante destacar que o instituto da escravidão, embora tenha existido desde os primórdios no Islã, ‘no início’, em sua maioria, era aplicado a servos, perdedores de guerras, com as quais não entraram em acordo ou não ‘pactuaram’, ou que eram comprados, geralmente de mercadores como os *vikings*, ou *varegues*, como eram conhecidos nas terras eslavas, sempre muito assoladas por estes em busca de cativos. Porém, em período algum da história islâmica, a escravidão ‘jamais se justificou por um conceito racial’.

Que se deixe bem claro que a igualdade dentro do ‘Islã’ era concernente apenas e tão somente aos ‘convertidos verdadeiramente’, e geralmente a primeira ou a segunda geração ainda sofriam com os efeitos da desconfiança à sua conversão; no entanto, os casamentos eram permitidos, e imediatamente o imposto de captação dos não crentes (*Jhizia*) era suspenso, sendo o convertido, perante a lei islâmica, igual a alguém de antiga cepa. Claro que, tratando-se de uma sociedade humana, não podemos contar com o respeito total aos preceitos estabelecidos na legislação, mas os tribunais do *Cadi* sempre se faziam presentes para resolver as mais diversas questões, inclusive as desse teor.

Não fazemos apologia ao Islã, nem o contrário. Devemos ter claro nas mentes que nossos conceitos atuais (ocidentais) de igualdade, liberdade e fraternidade (oriundos dos ideais iluministas e da Revolução Francesa) não podem ser aplicados a outros lugares e povos indiscriminadamente. Sabemos dos equívocos que podem causar as transposições de nossas ideias civilizacionais⁶ para outros lugares, tempos e condicionamentos culturais distintos, tanto na idealização de uma idade áurea nunca existente, de um paraíso terrestre de tolerância, como no seu inverso, qualificando culturas como intolerantes, quando nunca foram, corroborando teses de civilizações antagônicas, o Islã não foi uma nem outra coisa.

Interessante citar dois comentários de egípcios sobre as tentativas de transposição de valores civilizacionais por parte dos EUA. O primeiro, de um funcionário do governo egípcio: “os americanos vêm aqui e querem que nós sejamos como eles. Eles não entendem nossos valores e nossa cultura”, com o qual um jornalista egípcio concordou: “Nós somos diferentes. Nós temos origens diferentes, uma história diferente. Por conseguinte,

⁶ Apesar de, segundo a visão de Samuel P. Huntington, “nós”, os latino-americanos, não compartilharmos da mesma civilização, “a ocidental”, e sim constituirmos outra, diversa, “a civilização latino-americana”. Ver *O Choque de Civilizações*, de Huntington, 1998, p. 52. No estudo desse autor são enumeradas, nada menos que nove civilizações, atuais e diversas, quando não, conflitantes e antagônicas.

temos o direito a futuros diferentes” (HUNTINGTON, p. 1998, p. 268). Concluímos este parágrafo com um ditado islâmico que afirma: “a vós a vossa religião, a mim a minha religião”. Sintetizando: Respeito mútuo é fundamental.

Ambos os extremismos são perigosos (tanto o que faz apologia quanto o de viés antagônico). Posicionamo-nos ao lado de Bernard Lewis (1990, p. 12) quando afirma: “a verdade, como sempre, encontra-se em algum lugar entre esses estereótipos opostos e contrastantes e é mais complexa, mais variada, mais matizada que qualquer um deles”.

Porém, quando afirmamos que o anti/semitismo, tal qual como o conhecemos, é originário na Europa⁷, assim como as piores formas de racismo e preconceito que o mundo viu, temos o breve século XX, não há muito terminado, para convalidar nossa avaliação. E, numa cruel ironia do destino, como a demonstrar a força devastadora e capaz de arraigar-se nas mentes que tais (pré)conceitos têm, hoje ‘muitos’ (de maneira nenhuma todos!) dos descendentes de quem mais sofreu com a xenofobia e o racismo dentro da Europa demonstram tais sentimentos e comportamentos racistas em relação aos árabes/palestinos e também, em algum grau, e a seus compatriotas de origem *sefaradi* e africana.

Depois de estudar um tema tão complexo, não podemos deixar de nos perguntar: Será que um dia os seres humanos aprenderão as ‘lições da história’? Algumas implícitas, outras totalmente explícitas, a nosso ver. Apesar de alguns historiadores atuais se questionarem se a história tem algo realmente a ensinar (lições) ao presente e às futuras gerações, nós cremos que sim, que ela tem muito a nos oferecer e a demonstrar, se não o que devemos fazer, pelo menos aquilo que não podemos repetir de maneira alguma.

No primeiro capítulo, visamos à compreensão de como eram as relações entre esses povos desde a queda de Jerusalém, em 138 d.C., quando uma boa parte da população judaica foi encontrar abrigo justamente em terras de população árabe do Oriente Médio e por muitas gerações ali viveu. Segundo autores como Albert Hourany e José Itzigsohn, essa população conviveu em simbiótico e profícuo relacionamento, tanto que a cultura judaica oriental sefaradi tem, em muitos pontos, mais aspectos comuns com a cultura árabe do que com sua irmã europeia *Askenasi*.

Essa convivência entre judeus e árabes atingirá seu apogeu no governo dos *Omíadas*, na Península Ibérica muçulmana, os quais, aleijados do poder central no império

⁷ Não esqueçamos também dos milhões de filhos de África aprisionados e trazidos para as Américas como carga nos tumbeiros, com base em uma ideologia que embasava a pretensa superioridade do branco, e justificadora da escravidão, essa barbaridade que os positivistas brasileiros designavam de “o crime ocidental” (ver Bossi, Alfredo, 1992, p. 299). Essa ideologia é também construção dos tão evoluídos europeus que se davam o direito de escravizar as populações descritas por eles como bárbaras do continente africano. Pensando bem: quem dava maiores demonstrações de barbarismo ao escravizar outros seres humanos?

muçulmano por uma conspiração, foram buscar refúgio em terras espanholas, onde sua autoridade foi aceita. Lá, iniciaram um emirado com sede em Córdoba, o qual, em sua plenitude, refletiu características sincréticas tanto das culturas muçulmanas quanto judaicas e cristãs. Foi um tempo que muitos consideram como a idade de ouro de tolerância sob o islã, amparados pela política *Omíada*, essa foi a época áurea da civilização de ‘*Al Andalus*’, sem dúvida, bela e fascinante em tantos aspectos.

Estudar esse assunto é um trabalho árduo e marcado pela incompletude inerente ao humano, mas tentar é preciso, e isso fazemos, desde o iniciar desta pesquisa, com a maior seriedade e o mais atento comprometimento. Afinal, sabemos da complexidade e das implicações de um tema tão suscetível a paixões e primordial a milhões de seres humanos, encontrando-se dentro do que Edward Said chamou de “última grande causa do século XX”, e que sabemos adentrou o novo século sem perspectiva de elucidação, pelo menos a curto prazo.

A histórica e, em sua maior parte, salutar e produtiva convivência entre judeus e muçulmanos no Califado de Córdoba, na Idade Média, e em outros lugares, demonstra que a inimizade entre estes povos, apesar das opiniões equivocadas, conceitos e pré-conceitos divulgados pela mídia ignorante ou tendenciosa, às vezes ambas ao mesmo tempo, são oriundos do século XX e do jogo político perpetrado, inicialmente, por britânicos e franceses no Oriente Médio e de certas ideologias europeias, entre outras, o sionismo.

No segundo capítulo, estudamos essa ideologia, que se traduziu numa resposta às perseguições sazonais que as comunidades judaicas sofriam no continente europeu. Paradoxalmente, apesar de ter, no início, elementos de esquerda e socialistas, deixou-se influenciar por pressupostos desta mesma sociedade que os perseguia, e foi também utilizada e manipulada pelas maiores nações do continente, como procuramos demonstrar. Havia escritores sionistas ‘*goyn*’, ingleses e franceses, grandes incentivadores da ida em massa dos judeus à Palestina, e, dependendo da origem do autor, também variava a potência que eles, os judeus, lá deveriam representar.

No último capítulo, ater-nos-emos à penetração dessas potências no Oriente Médio, aproveitando-se da queda do Império Otomano para dividirem seus despojos entre si e da fragilidade política da região para alargar sua influência nesta. Na época, a importância maior ainda era o Canal de Suez e a retenção da Rússia, mas as potencialidades do petróleo já eram presumidas desde a Grande Guerra, antes ainda, já nas últimas décadas do século XIX, e a Segunda Revolução Industrial, e sabia-se, há muito tempo, que a região do Oriente Médio

era rica no óleo negro, o qual, agora, para infelicidade dos povos da região, é também foco da cobiça das potências ocidentais.

CAPÍTULO I

A CONVIVÊNCIA ENTRE JUDEUS E ÁRABES ATRAVÉS DOS TEMPOS

E no livro de D`US, os parentes estão mais próximos uns dos outros do que o são dos outros crentes e dos emigrantes. Contudo deveis tratar todos vossos amigos condignamente. (ALCORÃO, 33:5)

1.1 A DISPERSÃO

Após a segunda revolta, a “de Bas-Korheba” (ROCHE, 1992, p. 200), dos judeus contra o domínio imperial, ocorrida entre 132 e 135 d.C. (a primeira iniciara em 66 d.C. e fora debelada por Tito, que tomou Jerusalém e incendiou o seu templo em 70 d.C.), os judeus foram dispersados por ordem imperial, a Judeia torna-se colônia romana e, a partir de então, vem a ser conhecida como “Palestina”, nome proveniente de *filistins*, povo originário de Creta que ali desembarcara, construindo cidades litorâneas como Gaza, e o principal antagonista dos hebreus, segundo o Velho Testamento; Jerusalém também foi renomeada e passa a ser chamada de *Aelia Capitolina*. A sentença de expulsão dos judeus, promulgada por Adriano, foi renovada em 335 d.C., e, em 438 d.C., o Código de Teodósio II a reitera novamente e “[...] proíbe a construção de sinagogas [...]” (BRUNO, 2005, p. 32).

Os romanos pareciam querer apagar a memória dos habitantes judeus da sua antiga capital⁸, que tantas dores de cabeça lhes haviam dado com suas revoltas e sua particular fé sem ídolos. Os bizantinos, sucessores dos romanos e agora cristãos (uma fé oriunda do judaísmo tão estranho a seus antecessores), não os queriam também, mas, dessa vez, por diferentes razões. Os bizantinos, adotando, à sua maneira, os ensinamentos de Jesus (na vertente de Paulo, autoproclamado apóstolo sem nunca ter encontrado o mestre, a não ser em visão), acomodavam melhor suas consciências atribuindo unicamente a culpa pela morte do Cristo aos judeus. Assim, aliviavam aqueles, dos quais eles eram os sucessores diretos, da culpa pela crucificação (afinal, o romano Pôncio Pilatos lavara as mãos). Também liberavam, portanto, a si mesmos e, assim, iniciavam o que só no século XIX foi classificado por Wilhen Mer como anti/semitismo, desde então presente em elevada escala nas populações de fé cristã

⁸ Somente da Capital e arredores, pois continuaram a existir populações judaicas na Palestina, tanto que retornaram de Tiberíades para Jerusalém em 638, com a permissão do califa Omar, sendo a ideia de uma total expulsão dos judeus da região, segundo o historiador israelense Sholomo Sand, um mito. É interessante ver o debate “A invenção da Terra de Israel”, disponível no YouTube. Também de acordo com esse autor (e outros), um palestino de Ramahla teria geneticamente mais similaridades com os “antigos hebreus” do que um judeu asquenazi de origem europeia, sendo ele mesmo (Sand) um “*sabra* de origem asquenazi”.

oriental. Ainda atualmente, muitos sacerdotes ortodoxos são manifestadamente anti/semitas e não admitem a existência de um povo de Israel, pois, para eles, com o advento de Cristo, a verdadeira igreja (a ortodoxa, claro!) é a nova Israel. Eles se consideram os ‘novos eleitos do Senhor’. De escolhidos a história está repleta.

Depois de espalhados⁹ pelo Império Romano e proibidos de entrar em sua antiga capital, tomada “dos Jebuseus em 1350 a.C.” (TSUR, 1976, p. 99), apesar de não ter sido a primeira vez que tal fato acontecia, esta foi, sem dúvida, a ausência mais longa e dramática, pois os judeus eram impedidos até de praticar suas orações na cidade e, de maneira alguma, residir nela, os remanescentes se espalharam por todo o ‘limes’ do império, atingindo regiões distantes e até mesmo não abrangidas pelas antigas fronteiras romanas, indo muito além, ao extremo Leste europeu, praticando às vezes o proselitismo e cooptando populações¹⁰ que em origem nada tinham de semitas. Isso era então aceito e muitas vezes incentivado pelas autoridades da religião judaica; assim, se explicam passagens como estas, narradas por George Friedman:

Quando em minhas visitas à Polônia, entre as duas guerras lembro-me de meu espanto ao constatar frequentemente, nas ruelas dos bairros judeus em Varsóvia, em Lodz, em Czestochowa, em Bialistok, a presença de grandes rapagões loiros ou ruivos de olhos azuis, o rosto pálido enquadrado por cachos vestidos de levitas negras como, ao seu redor, a multidão de pequenos ‘judeus’. Muitos dos judeus da Polônia e também da Bessárbia, da Ucrânia descendem de eslavos ou de tártaros, convertidos ao judaísmo sob a influência militar e política dos kazares, senhores, do século VI ao X, do imenso império do Dniépr, eles próprios turanianos convertidos ao judaísmo. (FRIEDMAN, 1969, p. 213).

Parece que após a queda do império dos Kazares e a ascensão e predomínio do cristianismo em seu ramo oriental sob a região, a situação de relativa tranquilidade para as populações judaicas e judaicizadas mudou drasticamente, já que o judaísmo, religião dominante dos senhores kazars, passou a ser a religião dos dominados. Muito se depreende, e indícios se vislumbram dessas informações, e de uma possível causa, ou pelo menos uma

⁹ Não necessariamente pela expulsão de sua capital, mas sendo essa característica de ‘espalhamento das populações de cultura judaica’ algo já verificável há muito, existindo comunidades judaicas espalhadas pelo império muito antes da derrota da rebelião de 134/135 d.C., da consequente queda de Jerusalém e da destruição do templo pelos romanos.

¹⁰ Ou pelo menos a elite dirigente destas, como nesses casos acontecia. O mito sobre a conversão dos Kazares afirma que o monarca deles, procurando uma religião mais conveniente que o politeísmo original de seu povo, convoca três representantes de religiões monoteístas: um do judaísmo, um do cristianismo e um muçulmano, e patrocina um debate entre eles. O ganhador da discussão teria como prêmio a conversão do soberano e sua corte; o vencedor foi o sábio judeu.

delas¹¹, do posterior e paulatino segregamento ocorrido no leste europeu. É inconteste que o anti/semitismo era acentuadamente mais forte na Europa oriental, exatamente nas áreas e nos entornos dos antigos domínios kazars no Dniéper, futuro império dos Czares e dos justificadores de seu poder dentro da Igreja Ortodoxa Russa, implacáveis anti/semitas incentivadores dos ‘*pogrons*’ nas vastas terras dominadas pela Moscóvia. Novos senhores, nova religião dominante, velhas teses justificadoras remoldadas.

A Figura 1 apresenta os domínios judeus em terras europeias no século X. Podemos notar que, ao oeste, encontram-se terras cristãs; ao sul e leste, regiões de maioria muçulmana, ao passo que, ao norte, as regiões que comporão o futuro grão-ducado de moscou no século XV eram ainda habitadas por uma grande gama de tribos eslavas que seriam convertidas ao cristianismo ortodoxo ao estilo de Bizâncio nos séculos posteriores. Depois da queda do reino Cazar, podemos imaginar que a situação para quem era judeu de origem, ou para aqueles cujos ancestrais abraçaram o judaísmo, não ficou nada confortável, visto não terem um estado ou governo próximo (nem distante!) para buscarem abrigo, refúgio, ou, simplesmente, que agisse como representante estatal de sua população perante outros governos estabelecidos durante uma perseguição movida contra suas comunidades, como tiveram os cristãos da Palestina durante os atritos com os turcos Seljúcidas, que redundaram nas cruzadas, e foram uma das desculpas utilizadas pelos Estados cristãos para as realizarem.

Figura 1 - Mapa do Império do Império Cazar



Fonte: <http://www.google.com.br/mapa-do-imperio-dos-kazares>

¹¹ Não acreditamos na superstição monocausal e a ignoramos, seguindo os conselhos dados por Jacques Le Goff, no seu prefácio de *A apologia da história: o ofício de historiador*, de Marc Bloch, no qual ele também deixa essa mensagem implícita.

É interessante ressaltar que esse império foi, por muitas vezes, importante antagonista das forças bizantinas e árabes, tendo inclusive obtido a supremacia sobre vários povos bárbaros da região:

Os Cazares expandiram-se rapidamente e cerca de 650 derrotaram os adversários instalados no Cáucaso, os Alanos e os Búlgaros. A expansão dessa nova força para o sul colidiu com o avanço dos árabes para o norte, originando uma guerra em três frentes entre Cazares, Árabes e Bizantinos. (MCEVEDY, 1973, p. 36).

Entretanto, também segundo McEvedy, a partir do século VIII, as guerras constantes e o avanço do Califado Muçulmano, aliados à insatisfação de povos dominados, como os:

Búlgaros do Volga que tiraram partido das derrotas Cazares e declararam a independência; o mesmo se passou com os magiares, tribo finlandesa¹² que havia migrado para a estepe e se transformado em principal instrumento de domínio Cazar no sul da Rússia. (MCEVEDY, 1973, p. 38).

Esses três poderes (Cazares, Búlgaros, Magiares) conservaram relações amigáveis, sendo, todavia, concedido um certo grau de superioridade aos Cazares. Essa supremacia vai decrescer, século após século, até o outrora, grande e belicoso Canado Judaico Eurasiano desaparecer completamente no século XI, em meio a vizinhos que se tornaram bem mais poderosos, não sem deixar vestígios em populações da região, as quais, a partir de então, formavam uma minoria¹³ dentro de estados que não eram mais seus.

¹² Consideramos importante frisar que as constantes migrações de povos, principalmente entre povos germânicos, eslavos e turcos durante toda a alta Idade Média, pela eurásia, puseram essas populações em contato permanente, as quais muitas vezes se alternariam na suserania de uma sobre outra, o que poderia indicar um possível indício do porquê de o vocabulário da língua dos judeus asquenasi, o ídiche, ser 80% composto de palavras de origem germânica. Contatos e alternâncias de suseranias entre Cazares e tribos germânicas foram verificáveis, muitos dos territórios que hoje compõem a Polônia eram de colonização germânica, assim como a Hungria e uma parte da antiga Valáquia (Países de antissemitismo muito mais acentuado que a Alemanha), com o território de uns se sobrepondo ao de outros com o passar dos tempos, até o desaparecimento definitivo do Canato Cazar no século XI, quando populações deste extinto estado, fugindo das invasões mongóis, teriam se refugiado (muitos também foram para regiões islâmicas) em áreas germânicas e eslavas (Ucrânia). Apesar de puristas raciais judeus não admitirem as possibilidades de tais hipóteses, que explicariam, somente em parte, a origem dos judeus *asquenasi* e de sua língua, e condenarem quem as reafirma, como no caso de Arthur Koestler, em *A décima terceira tribo*, de 1976, autor que, embora fosse sionista e *asquenasi*, não dava importância à ‘pureza genotípica dos judeus europeus’. O direito destes a um estado seria, para ele, baseado em uma decisão da ONU, e não em discursos etnobiológicos. Porém é necessário advertir que a “origem kazar”, ou no mínimo (o que achamos) da percentagem genética de sangue kazar na população de cultura judaica europeia, vem sendo usada por grupos anti/semitas, que atualmente vêm criando *sites* e difundido a ideia de que “judeus askenazin não prestam”, não por serem judeus, mas sim por descenderem de um povo considerado por estes grupos racistas como “pérfido e maléfico” como os “kazares”, dado a butins e rapina, anti/kazarismo, em vez de anti/judaísmo/semitismo, a mesma xenofobia preconceituosa, porém, para ser melhor aceita, assumindo outros moldes e discursos. O cuidado é fundamental, pois são *sites* bem organizados e com alguma sofisticação.

¹³ Fenômeno similar ocorrera séculos antes, em áreas do antigo Império Romano, quando os remanescentes dos antigos pagãos, antes dominadores, passam a ser perseguidos pela nova maioria ‘cristã’; o mesmo ocorrerá

Concernente às relações entre os judeus e árabes, é inequívoco que eram estreitas desde a antiguidade, sendo muitos dos hábitos de ambos os povos bastante assemelhados até a atualidade, pelo menos no que tange às populações judaicas de origem *Sefaraditas* (termo que vem de *Sefarad* e significa Espanha em Hebraico). As próprias línguas hebraica e árabe seriam originárias de um mesmo tronco comum, as semelhanças, sob todos os aspectos, são inegáveis, os indícios são claros, eis só dois, para exemplificar: paz em hebraico é ‘*chalón*’, no árabe, ‘*salán*’; dia, em hebraico, é ‘*yom*’, em árabe, ‘*yur*’. Mas, de acordo com José A. Itzigsohn, isso não seria o mais importante, existindo muitos outros fatores que fariam as culturas se encontrarem:

Judeus e árabes têm um tronco lingüístico comum, porém não é só isso que importa, e sim os contatos entre os dois povos e as duas culturas em momentos decisivos para vida de ambos. Os contatos entre judeus e árabes são anteriores à destruição do antigo estado Hebreu. A presença de povos de origem árabe na zona geográfica de Israel/Palestina é muito velha, desde a presença de um povo que se chamava Nabateu, que habitou no que hoje em dia é o deserto do Neguev, até a época da colonização romana, não sabemos bem em que medida foi importante essa influência árabe para a vida dos reinos judeus, mas sabemos que foi importante a presença de comunidades judias e judaizadas na Arábia para a formação da cultura peculiar dos árabes. O Islã está tomado em grande medida do pensamento judeu e de fontes comuns a ambos. Muitas das tradições judias foram recolhidas no islã e incorporadas dentro do sincretismo religioso Árabe. (ITZIGSOHN, 1969, p. 188, tradução nossa).

Na área correspondente ao Oriente Médio, região originária dos Hebreus, a população judaica nunca deixou de estar presente, embora sempre como minoria, mesmo na Palestina, após a expulsão de Jerusalém, esta manteve colônias como a de Tiberíades, de onde retornou quando, em 638 a.C., “Omar I toma Jerusalém e permite 70 famílias judias de Tiberíades entrar na cidade” (BRUNO, 2005, p. 32), mesmo com a contrariedade das autoridades eclesiásticas cristãs de *Aelia*. Omar é irredutível quanto à retirada de uma cláusula dos termos propostos pelos cristãos para a entrega da cidade, que impedia a entrada de judeus na cidade e com a qual não podia concordar. Para ele, os judeus eram protegidos, considerados “*ahl al dhimma*, o povo do pacto ou simplesmente *dhimmis*” (LEWIS, 1980, p. 27), tanto quanto os cristãos, mas, para conseguir um acordo que não contrariasse totalmente os patriarcas cristãos, que não queriam nenhum judeu em *Aelia*, o limite é fixado em 70 famílias¹⁴, no ‘Pacto de Omar de 638’, com as condições da entrega de Jerusalém. Esse pacto

mais tarde na Península Ibérica ‘reconquistada’, quando mouros e judeus são discriminados pelos novos senhores católicos.

¹⁴ Segundo a crença difundida, o Califa teria insistido em 200 famílias Judias.

é citado com frequência por escritores muçulmanos e *dhimmis*; entretanto, Lewis (1990 *apud* TRITON, 1980, p. 56) nos adverte:

É pouco provável que o documento seja autêntico, como assinalou A. S. Triton – não é normal que os vencidos proponham os termos de rendição aos vitoriosos, nem é provável que, no século VII, os cristãos sírios, que ignoravam o árabe e não se propunham a estudar o corão, reproduzissem com tanta fidelidade a sua linguagem e suas prescrições. Algumas cláusulas refletem claramente processos ocorridos num período posterior, e provavelmente – neste como em vários outros aspectos da história administrativa muçulmana – a tradição religiosa atribuíra certas medidas efetivamente introduzidas e aplicadas pelo califa Omíada ‘Umar II’ (717-720) ao menos controvertido e mais venerável ‘Umar’.

No entanto, mesmo não afirmando uma total contrariedade à interpretação de Lewis, é possível intuir um indício possível de contradição nessa análise, pois, exatamente por não conhecerem as prescrições do Islã, os cristãos sírios pretenderam, em uma das cláusulas do acordo, continuar impedindo a entrada dos membros de um povo considerado protegido pelos muçulmanos, com o que, exatamente por isso, o Califa, guardião da pureza da religião e dos ensinamentos do profeta, não poderia concordar. Impedir os seguidores do livro e descendentes de Abraão de entrar na cidade não era possível, como ele explicita em sua resposta posterior.

Apesar das controvérsias, somente a partir da conquista muçulmana, os judeus, mesmo em número limitado, puderam retornar a Jerusalém e nela praticar sua religião, e isso muito a contragosto dos chefes religiosos cristãos da cidade.

Certamente é no século I Islâmico que datam as primeiras formulações de regras quantos aos protegidos. Percebemos isso no próprio Alcorão, no qual várias ‘suras’ fazem inúmeras referências a eles. Os ângulos e as definições sobre os judeus dependem, muito provavelmente, da época em que foram escritos: se no início das pregações do mensageiro, com indulgência e com a esperança de cooptação, ou se já na fase expansionista e ofensiva de Maomé, quando tais esperanças estavam desconstruídas, e o profeta precisava afirmar sua própria mensagem como a atual e única verdadeira, sem grandes concessões a outras retóricas religiosas. É também nesse primeiro século que o sucessor do Profeta, Abu Bekar,

Receando que a mensagem se perdesse com o desaparecimento dos primeiros companheiros e as flutuações dos textos memorizados, encarregou Zaid Ibn Thabet de reunir todos os fragmentos. E Osman, terceiro sucessor de Maomé, mandou organizar o livro definitivo que chegou até nós. (O ALCORÃO, 2012, p. 11).

Constatamos no Alcorão, em algumas ‘suras’ (sura 33, os Coligados; sura 19, Maria), que, diferentemente dos idólatras e politeístas, os membros das religiões cristãs e judaicas não eram classificados como adeptos de uma mensagem falsa, embora desvirtuada por eles mesmos, porém não ‘falsa’; portanto, havia uma dose de condescendência para com estes, os quais não podiam ser repudiados, nem destruídos (a não ser que se voltassem contra o Islã), o melhor seria convertê-los ou, no mínimo, cooptá-los; afinal, apesar de estarem superados com o advento da nova revelação, ainda assim faziam parte de uma linha ininterrupta que provinha de Abraão e, como tal, deveriam ser respeitados.

Por tais motivos, Jerusalém se revestia de conotação especial, e, segundo Hourani, a construção da primeira grande edificação islâmica na cidade, na década de 690, no domo da rocha, local do antigo templo judeu, se insere dentro de um simbolismo bem claro, que pretendia demonstrar que o Islã era o final dessa linha e sua forma mais evoluída e perfeita, superando e completando a de suas antecessoras judaica e cristã:

A construção do domo nesse lugar tem sido convincentemente interpretada como um ato simbólico, colocando o islã na linhagem de Abraão e dissociando-se do judaísmo e do cristianismo. As inscrições no interior deste se constituem na primeira materialização física conhecida de textos do corão, proclamam a grandeza de D`US ‘O poderoso o sábio’ e declaram que ‘D`US e seus anjos abençoaram o profeta’, e exortam os cristãos a reconhecerem Jesus como um apóstolo de D`US, sua palavra e espírito, mas não seu filho. (HOURANI, 1997, p. 46).

De acordo com Hourani (1997), esse ato dissociaria o islã do judaísmo e do cristianismo, mas não os antagonizaria, como podemos depreender, pois o islamismo estaria na linha da revelação iniciada com Abraão, linha em que também estão o judaísmo e o cristianismo, e no referente a este último, não o combate, e sim o exorta seus adeptos a não considerarem “Jesus filho de D`US”, mas seu apóstolo, sua palavra e espírito. Ora, se isso é ‘combater’, entendemos que é um combate bastante ameno e mais no nível das discussões religiosas de Bizâncio, famosa pelo embates entre as diversas correntes dentro de seu cristianismo, que defendiam suas teses em calorosas discussões e longos colóquios, os quais poderiam durar anos.

Como podemos já notar, o tão disseminado antagonismo eterno, milenar, desde o “Genesis”, toda essa retórica infértil e contraproducente a que todos estamos acostumados, disseminada pelos meios de comunicação¹⁵ e por outros veículos, inclusive religiosos, sobre os conflitos entre judeus e árabes, ou judeus e islâmicos, são inverídicos, e o

¹⁵ A “escola de adultos”, como afirmou Gramsci a respeito dos jornais, a televisão, ainda não existia; porém, hoje é verificável que desempenha o mesmo papel ‘educador’, ou manipulador, da opinião pública que muitos jornais tiveram no passado.

antagonismo real era no mínimo irrelevante, já que, desde o início, o islamismo não repudiava o judaísmo, muito menos queria exterminá-lo ou aos judeus, nem aos cristãos, muito pelo contrário, os considerava portadores de verdades quando não desvirtuados, porém, para outros tempos, portanto, ultrapassados, ‘caducos’, como escreve Bernard Lewis (1980).

Entretanto, nunca se formulou um discurso que visasse ao conflito ou ao extermínio dos ‘adeptos do livro’. Tais retóricas, quando aparecem no século XX contra os ‘sionistas’ ou no Ocidente, são pronunciadas, em sua maioria, “[...] por líderes em discursos caricaturais [...]” (VISENTINI, 2012, p. 162) e devem ser consideradas dentro de um arcabouço retórico cultural que não nos é mais compreensível, do tipo que afirma, para conclamar e manipular suas massas, e atemorizar o adversário que pode ou vai dar combate, que a batalha a ser enfrentada vai ser a ‘mãe de todas as batalhas’, ‘que se abrirão as portas da Geena (inferno)’. Repetição de fórmulas discursivas antiquíssimas – para nós do Ocidente só ainda presentes e verificáveis em textos do Apocalipse bíblico, como no ‘*Armagedom*’, a última batalha do bem contra o mal –, retórica, discurso, fórmulas literárias de impacto, repetidas há milênios no Oriente, em todas os conflitos¹⁶.

As querelas que realmente surgirão serão de outro tipo, de cunho bem prático e político dentro de um quadro em nada favorável ao então pequeno grupo de crentes liderados pelo profeta em Medina, num período inicial de afirmação e consolidação do Islã dentro de seu berço de nascimento, a Arábia, e tais conflitos, sangrentos até, nada tinham a ver com pseudos-ódios milenares e incompatibilidades culturais.

Na Península Arábica, a presença judaica resultou em muitas conotações, pois, além dos contatos entre os povos desta e os Hebreus terem sido constantes desde a antiguidade, e após a diáspora provavelmente populações oriundas da Judeia tenham ido estabelecer-se na península, visto sua presença ser facilmente verificada no Sul, onde tribos judias yemenitas faziam desta a sua terra até o século XX, quando se exportaram para o Estado de Israel. Sua visibilidade e presença era inquestionável também no Norte, onde suas tribos faziam dos oásis da região sua morada há séculos:

Os judeus também estavam presentes: tinham no Iêmen algumas comunidades ativas; e na maioria dos oásis ocidentais da Arábia do norte viviam tribos judaicas que se dedicavam essencialmente à agricultura: ocorria isto em kaybar e sobretudo em Yatrib, onde as tribos judaicas dos banu nadhir e dos banu gorayza se imiscuíam nas rivalidades das tribos árabes dos awz e dos khazradj. (MANTRAN, 1977, p. 54).

¹⁶ É interessante lembrar de Sadan Husseim, em discursos veiculados pela TV na época da Guerra do Golfo (1991), afirmando que os EUA, se atacassem o Iraque, enfrentariam ‘A mãe de todas as batalhas’. A similaridade referente a uma espécie de Armagedom não é mera coincidência, ele é recidivo em outros discursos de líderes árabes da região.

Mas é na parte meridional, onde situava-se o importante reino de Sába – que desde a antiguidade mantinha relações com o antigo reino de Israel –, que a presença judaica tomaria outras conotações, outra dimensão, pois, assim como no Império dos Kazar, na Europa do leste, com a conversão de um monarca, o judaísmo acabou se convertendo, por um período, em religião dos dominantes:

Nessas regiões da Arábia meridional puderam situar-se estados como Main, Sába, Qataban, Hadramute. O reino de Sába, o mais conhecido de todos, foi célebre não só por suas riquezas, mas ainda pela barragem mandada construir por um de seus soberanos em Marib. Escavações recentes levaram à descoberta de vestígios de palácios monumentais, de estátuas, bem como de textos epigráficos. Os árabes do sul, habitantes do que se chamou de ‘Arábia feliz’, talvez nem tenham sido árabes, mas falavam um idioma parecido com o árabe. Supõe-se que o reino de Sába entrou em decadência mais ou menos no século V a.C. e caiu então sob o domínio de outro povo árabe do sul, os himiaritas dos quais um dos últimos soberanos, Dhu Nuwas, converteu-se ao judaísmo. É possível que a invasão da Arábia meridional pelos etíopes, em 525, tenha sido provocada pelas perseguições aos cristãos, movidas por Dhu Nuwas; todavia também é igualmente possível que esta intervenção haja tido motivos econômicos, com a intenção dos etíopes de se apoderarem do controle dessa rica região e da passagem do mar vermelho ao oceano Índico (MANTRAN, 1977, p. 50).

Como podemos depreender, e isso sem dúvidas, nesse trecho do trabalho dirigido por Robert Mantran, realmente um monarca árabe, Dhu Nuwas, da tribo dos Himiaritas, conquistou Sába, reino importantíssimo no sul da península, e converteu-se ao judaísmo. Supostas perseguições por parte deste aos cristãos não são taxativas. Colin McEvedy também reforça a ideia de um ‘proselitismo judaico’, quando afirma que, em meados do século IV, “nessa época, a religião judaica ganhou aderentes entre os Árabes e os Berberes” (MACEVEDY, 1973, p. 26), e sabemos que os árabes não haviam ainda iniciado sua expansão, sob a égide do islã, rumo ao norte da África, islamizando os berberes, naturais dessa área; portanto, podemos deduzir, de acordo com esse autor, que judeus haviam praticado o proselitismo nessa região, antes dos muçulmanos.

Comunidades judaicas marroquinas eram comuns até a primeira metade do século XX, sendo algumas mais antigas que os *sefaradis*, expulsos ou fugitivos da Península Ibérica pelo casal de monarcas católicos, Fernando e Isabel, quando muitos buscaram refúgio no mundo muçulmano, tanto que o monarca marroquino os considerava sob sua proteção. Quando foi proclamado o Estado de Israel, em 1948, “o rei se declarou disposto a tornar público um comunicado favorável à partilha e a colocar os judeus marroquinos sob sua proteção” (BAR ZOHAR, 1967, p. 175).

Porém, para nós, o mais elucidador é a constatação da influência, e antiguidade, da presença judaica na Península Arábica, ao ponto de converter um soberano de importante

estado árabe do período, por volta de 525, e isso menos de um século antes do surgimento na história das pregações de Mohamed em Meca, pouco antes de 622, ano marco do calendário muçulmano, iniciado com sua *Hégira* para Medina, ou *Yatrib*, seu nome anterior à chegada de Mohamed, e onde, como se percebe no trecho transcrito mais acima, viviam tribos judaicas dedicando-se à agricultura, as quais “[...] [se] imiscuíram nas rivalidades das tribos Árabes dos awz e dos khazradj” (MANTRAN, 1977, p. 54).

Mas, com a chegada do profeta à cidade, sua tradicional neutralidade será abalada de muitas maneiras. As relações com o ‘mensageiro’ variaram da tentativa de cooptação à perseguição. Assunto do qual trataremos mais adiante.

1.2 A AURORA DO ISLÃ E OS JUDEUS: EXPECTATIVAS E CONTRARIEDADES

E fizemos um pacto com os Profetas e contigo e com Noé, e Abraão, e Moisés, e Jesus o filho de Maria, fizemos um pacto solene
(ALCORÃO, 33:6).

Mohamed foge de Meca, perseguido por sua própria tribo, os *Qorayshitas*, que não se agradaram com suas pregações a respeito de uma divindade única. Afinal, eram os guardiães da cidade e dos locais sagrados há séculos e lucravam com o politeísmo das tribos árabes, que iam à cidade realizar suas adorações. O profeta condena a excessiva confiança no dinheiro e a busca desenfreada do lucro, que, para essa tribo, se dava pela exploração do politeísmo das populações da península. “Com efeito, o corão estigmatiza esta confiança no dinheiro e faz dele o maior dos pecados dos *Qorayshitas*, que leva o homem a esquecer e até negar sua dependência de D’US” (WATT, 1988, p. 104-105).

De acordo com Mantran, bastou esse conteúdo para levantar a oposição dos *Qorayshitas*, que, com o tempo, se tornou cada vez mais determinada. Mesmo assim, parece que Mohamed ainda persiste em suas pregações por alguns anos; porém, com o recrudescimento da perseguição e algumas deserções de convertidos, tal situação culminou com a perda, em 619, em poucos dias, de “[...] sua esposa kadidja e o tio Abu Talib” (MANTRAN, 1977, p. 63). Além da dor pelos desaparecimentos de duas de suas mais íntimas pessoas, a perda do tio se converte também em um retrocesso político, pois este era o líder do clã dos banu hashin e seu protetor, sendo Abu Lahab o seu sucessor, inimigo declarado de Mohamed, que perdeu um importante, senão o maior, sustentáculo que tinha em Meca.

Desiludido e sem apoio, procura emigrar. Em princípio decide tentar apoio entre as tribos nômades e na cidade de Taifa; no entanto, parece não ter tido boa recepção,

nem ser compreendido nessas empreitadas. Depois, segue para a velha cidade de *Yatrib*, situada em um Oasis a 350 km de Meca, com mais ou menos 3.000 habitantes, mais campesina que comercial, região de habitação de duas tribos judaicas arabizadas, que ali se dedicavam à agricultura: “Os nadhir, qorayza e qaynoqa haviam fixado domicílio em épocas passadas e a elas se reuniram duas tribos árabes iemenitas, os awz e khazradj, estas depois de derrotarem as tribos judaicas, lutaram entre si e os awz saíram vitoriosas” (MANTRAN, 1977, p. 63).

Nessa cidade, parece que Mohamed teve mais sucesso, e logo se juntam a ele convertidos da tribo dos khazrad, e, em pouco tempo, obtém-se o juramento de fidelidade de 73 homens e duas mulheres, que lhe oferecem acolhida e a seus seguidores, que ainda se encontravam em Meca, mais ou menos uns 60. Da união dessas duas comunidades, gera-se o embrião da futura *ummã*, e de todo o Islã. Do mesmo modo, foi em *Yatrib*, há muito tempo habitada também por tribos judaicas, que se contornaram as primeiras relações entre o profeta e seus seguidores e os judeus, a princípio provavelmente embasadas na esperança de uma futura conversão destes, ou, no mínimo, de sua cooptação. Para tanto, o profeta realizara algumas concessões a seus ritos, para compatibilizarem-se e assemelharem-se, evocando a origem comum a ambos e a linhagem Abrãanica e Moesética.

Tendo encontrado esse porto seguro para seus seguidores, e onde poderia dedicar-se sem problemas à expansão da nova religião, Mohamed trata de juntar as duas parcelas de seu rebanho em *Yatrib*, mandando aos poucos todos para essa cidade; porém, ele mesmo e Abu Bekr são os últimos a partir de Meca, pois havia retornado para a cidade a fim de arregimentar todos os seus. Conforme Gaudefroy (1990, p. 111),

O próprio Maomé e Abu Bekr foram os últimos a partir e chegaram a Qoba, perto de *Yatrib*, em 12 rabi primeiro, ou seja em 24 de setembro de 622. Esta data é a Hégira (ou, mais precisamente, hidjra, emigração) que assinala uma nova era: considera-se o seu início no primeiro mês daquele ano, no dia muharrem, ou seja, 16 de julho de 622.

Foi, portanto, nessa data, 16 de julho de 622, que oficialmente nasceu o Islã, sendo o período de residência do profeta em *Yatrib* de suma importância para o sucesso de sua empreitada e da posterior conformação da própria religião Islâmica, pois, das 114 suras contidas no Corão, “oitenta e seis foram reveladas em Meca, onde Maomé nasceu, em 570, e viveu até a idade de 52 anos; 28 suras foram reveladas em Medina, onde se refugiou e morreu em 632”(CHALITA, 2012, p. 12), ou seja, é na rebatizada Medina (a cidade do profeta) que Mohamed termina sua obra. Conforme suas próprias palavras: “Hoje completei vossa religião

e vos concedi meu inteiro benefício. Aprovo o islamismo como religião para vós” (O ALCORÃO, 2012, v:5).

É importante ressaltar que todos os ensinamentos foram transmitidos por Mohamad de forma oral, pois, segundo Mansur Chalita, “ele [...] não sabia ler e escrever” (CHALITA, 2012, p. 10). A posterior reunião dos seus textos foi feita após sua morte, a mando de seu amigo e sucessor, o califa Abu Bekr, sendo a compilação definitiva realizada por Osmar (Omar), o terceiro sucessor.

É também em *Madinat Al nabi* (a cidade do profeta), que ele vai realmente organizar seus seguidores, transformando-os numa força coesa de ‘ação’, pois foi através dessa cidade que a nova religião avançou sobre a península e o mundo. Nela o profeta se empenha na tarefa de organizar seus habitantes num todo ordenado, juntando os grupos diversos: “[...] de fato juntaram-se os crentes emigrados de Meca (*muhadjirun*) aos de *Yatrib*, qualificados de ajudantes ou auxiliares (*ançar*)” (MANTRAN, 1977, p. 65).

Havia, como citado anteriormente, importantes grupos judaicos na cidade, os quais Maomé esperava que iriam se juntar a seus fiéis. Afinal, para ele, sua revelação era a complementação das revelações recebidas pelos judeus anteriormente, e ele um profeta a ser aceito por estes, uma vez que, em todo o Corão, existem referências a episódios, figuras e eventos presentes primordialmente na bíblia judaica. Para Robert Mantran, “[...] eis porque fez algumas concessões a seus hábitos, mantendo a oração voltada para Jerusalém e adotando o jejum de 10 *muharrém* (*ashura*), imitando o *tishri* judeu” (MANTRAN, 1977, p. 65), pois era sua intenção, a princípio, integrá-los na comunidade nascente como membros plenos da *Umma*.

Segundo Hamidullah, “as bases da organização da comunidade estavam registradas no Pacto, cujo texto, provavelmente autêntico, a tradição nos conservou” (HAMIDULLAH, 1990, p. 124). Essa comunidade, a *Umma*, seria única, distinta e solidária entre si, formada primordialmente da união dos crentes primevos de Meca e dos convertidos de Medina, estava aberta a outras conversões, e, com sua total união, se constituiriam também numa irmandade fraterna, pois, segundo o profeta, “Todos os crentes são irmãos. Fazei a paz entre vossos irmãos e temeí a D’US. Quiçá recebereis misericórdia” (ALCORÃO, 2012, Sura 49:10). Depreende-se, portanto, que a princípio a intenção era a conversão pacífica e a constituição de uma grande comunidade de irmãos.

Os judeus sempre estiveram inseridos nos planos iniciais de Mohamad para a constituição dessa grande comunidade e abertos aos termos desse pacto fundacional, ‘provavelmente autêntico’, como afirma Hamidullah (diverso do chamado ‘pacto de Omar de

638,' que suscita controvérsias, como já foi citado). Segundo Robert Mantran, esse Pacto afirmaria:

Os judeus formam uma comunidade única com os crentes. Aqueles dos judeus que nos seguirem têm o direito à nossa ajuda e ao nosso apoio, enquanto não agirem incorretamente contra nós ou não prestarem auxílio aos nossos inimigos contra nós. Fora disto, os judeus assumiam o compromisso de observar a concórdia, de respeitar a vida dos muçulmanos e, eventualmente, de participar da defesa do oásis. (MANTRAN, 1977, p. 65).

Contudo, a despeito das concessões, das tentativas de cooptação e de semelhanças entre as duas concepções religiosas, que, além de monoteístas e crerem nos profetas, tinham outras similaridades: “Há alguns paralelos entre a doutrina muçulmana do *Jihad* e a doutrina judaica rabínica do *milhemet mitsvá* ou *milhemet hová*, com a importante diferença de que a noção judaica limita-se a um país, ao passo que o *jihād* islâmico tem alcance mundial” (LEWIS, 1990, p. 27). Atrevemo-nos também a elencar entre as similitudes, quando o assunto é o esforço militar (em árabe *jihad* é luta no sentido de esforço não necessariamente belicoso), como o princípio judaico da *thohar haneshk*, ou pureza das armas, segundo o qual estas devam agir de acordo com regras e rumo a um determinado fim, não indiscriminadamente e sem uma ‘base justa para a luta’, e nisto a guerra deve se justificar. Além dessas similaridades entre as regulações para a guerra, havia a oração voltada para Jerusalém, como no judaísmo, e o jejum, já citados anteriormente.

Apesar desses paralelos, similitudes e laços em comum, os judeus notaram que cada vez mais Maomé construía um arcabouço teórico religioso próprio, inaugurando realmente outra religião bem diversa do judaísmo, e:

Os judeus sentiram que Maomé se afastava gradativamente das concepções e dos costumes judeus e que sua pregação se distanciava de seus livros sagrados. As tribos judaicas talvez nutrissem a esperança secreta de levar Maomé ao judaísmo, da mesma forma que ele esperava convertê-las ao islã. A ruptura entre eles era fatal. Em fevereiro de 624 (data pouco segura), Maomé proclamou que a verdadeira fé era a de Abraão, construtor da Caaba, e que doravante, para a oração, os fiéis deviam voltar-se para ela, e não mais para Jerusalém. Destarte, o profeta estabeleceu definitivamente sua independência religiosa com relação aos povos da escritura, não admitindo mais desde agora outra interpretação da palavra de D’US além da do Corão (MANTRAN, 1977, p. 66).

As esperanças que Maomé nutria de converter os judeus de Medina à sua revelação parecem ter sido desconstruídas de vez por essa data, visto que retrocedeu até em sua estipulação anterior de ser a oração voltada para Jerusalém, o novo preceito estipulava, a partir daí, que as orações deveriam ser na direção de Meca e a *Caaba*. E, da parte dos judeus, o mesmo deve ter acontecido, a esperança de converter novamente um líder árabe ao

judaísmo, como no passado já havia acontecido na península com o Himiarita Dhu Nuwás, do reino de Sába, parece ter sido desfeita, as cartas estavam colocadas, e, como assinalou Mantran (1977), o ‘conflito era fatal’.

Visto os antagonismos e problemas com que se deparava o profeta em sua cidade serem de ordens econômicas, políticas e estratégicas, sua situação era crítica, e se fazia urgente dar uma resposta aos antagonistas. Era uma questão de sobrevivência, e uma demonstração de força de que, na cidade do profeta, quem mandava era ele. O discurso muda, e, a fim de deixar claro que ele era o intérprete da única e verdadeira religião para aquele tempo,

Maomé multiplicou as ações contra os judeus, e os versículos da revelação testemunharam que estes se desviaram do caminho traçado por D’US, os muçulmanos a seu lado, receberam a verdade. Por isso, não se podia tolerar que os judeus difundissem o erro. A tribo judaica dos banu nadhir comprometida com os qorayshitas, foi a vítima desta reação: teve de abandonar Medina e mudar-se para kaybar, deixando bens e armas, que foram distribuídos entre os emigrados. (MANTRAN, 1977, p. 67).

Lewis corrobora os entendimentos de Mantran, afirmando que o rancor provocado pela oposição das tribos judaicas a Maomé se reflete em passagens do corão e nas tradições do profeta predominantemente negativas aos judeus a partir daí (LEWIS, 1990, p. 17). O intelectual líbano/venezuelano Mansur Chalita também parece concordar com isso, quando, no prefácio à sua tradução do Corão para o português, afirma que as relações entre os judeus e Maomé variaram muito de época para época e se transsubstanciaram nas qualificações sobre eles em passagens das Suras, às vezes depreciativas, às vezes não, dependendo da época.

Parece, então, que a constatação de uma mudança de perspectiva, discurso e expectativas entre os judeus e o Islã na Península Arábica é, a partir desse período, ponto pacífico e não contestável, e corroborada pelo próprio Corão, pois do total das 114 Suras pronunciadas pelo profeta, 86 foram em *Yatrib*, e do restante de “28 foram reveladas em Medina” (CHALITA, 2012, p. 12), é exatamente entre estas últimas que encontramos as referências negativas aos judeus.

A respeito desses eventos, é preciso ter claro que os *Qoraiyshitas* foram os principais antagonistas de Maomé em Meca e agora organizavam uma coalizão contra ele reunindo-se sob o comando de Abu Sofyan, inimigo declarado do profeta, “que em março de 627 marcha sobre Medina”. Ora, sendo a tribo judaica dos Banu Nadhir aliada destes, era natural Maomé os expulsar da cidade e privá-los de seus bens e armas, ‘afinal, aliado de meu inimigo é meu inimigo’, sempre fora assim. A coalizão de Meca marcha contra Medina, que é

cercada, a mando de Maomé, por um fosso (*khandaq*). Os guerreiros de Abu Sofyan não logram êxito na conquista da cidade e se retiram, deixando a Maomé o benefício da vitória.

Após esse conflito, salvo pela não insistência dos guerreiros de Meca e pela proteção de seu fosso, já que seu número é imensamente menor, Maomé decide não mais arriscar-se com gente pouco confiável dentro de suas fronteiras, decide então dar um ultimato à última tribo judaica de Medina, os Banu Qurayza, que tiveram, de acordo com Lewis (1990, p. 17), alternativas de “conversão ou morte”, e parece que, diferente das outras que tiveram as opções mais amenas de ‘converterem-se ou emigrarem’, estas mantiveram-se fiéis à sua religião, mesmo com a alternativa extrema da morte:

Segundo o parecer de um árbitro, Said Ibn Moadh, foi condenada à exterminação total: os homens foram decapitados e as mulheres e crianças reduzidas à escravidão. Esta solução drástica suscitou uma reprovação geral. No entanto, convém enquadrá-la nos costumes da época e principalmente na situação especial dos emigrados, sempre temerosos de uma ameaça na retaguarda. Essa foi também a última das ações qualificadas de ‘defensivas’ para os muçulmanos. Doravante, de 628 e 632, desenrola-se a fase ofensiva. (MANTRAN, 1977, p. 68).

Inegavelmente, a solução foi radical e sangrenta, e, como percebemos na leitura do trecho, a reprovação foi geral. No entanto, essa atitude resolvida por um árbitro, nos parece uma espécie de *cadi* (juiz), que se inauguraria nos litígios e julgamentos no mundo islâmico a partir dessa época; foi uma atitude extremada levada pelas circunstâncias de quem acabara de ser atacado, mas foi salvo por uma retirada pouco explicada, ou ‘milagre’. O que se deve ter em vista é que esse tipo de represália era incomum e continuou sendo no Islã. “A perseguição, ou seja, a repressão ativa e violenta, foi rara e atípica” (LEWIS, 1990, p. 15), e realmente não constatamos mais atos como este, que parece ter sido uma atitude extrema para tempos extremos.

Seja como for, a partir daí Maomé decide parar de defender-se somente e parte para o ataque, é o início da expansão islamita, e novamente o encontro dele com ‘Judeus’ é inevitável; porém, mais tranquilo. Indo em direção ao norte, a fim de controlar as rotas de caravanas da Síria, vai deparar-se com a cidade de Kaybar, habitada por maioria judaica e onde se encontravam muitos dos expulsos por ele anteriormente de Medina. No entanto, depois de um mês e meio de hostilidades, os judeus capitularam com o profeta, que lhes concedeu o direito de permanecerem no oásis e cultivarem suas terras, com a obrigação de entregar metade do que produzissem aos muçulmanos, como afirmam MANTRAN (1977) e LEWIS (1980).

Kaybar é o primeiro território conquistado, é o início do ‘Império Muçulmano’, e, segundo Lewis, o acordo e tipo tributário imposto aos judeus da cidade é o ‘*locus clássico*’ para os futuros entendimentos entre o Estado muçulmano e os súditos não muçulmanos, mesmo após os desentendimentos com o Califa Omar (634-644), segundo sucessor de Maomé, e a conseqüente expulsão dos judeus na cidade. Esse Omar (também Umar, ou Osman, dependendo do autor), que os expulsa de Kaybar, é o mesmo que mais tarde os deixa ‘retornar a Jerusalém’, e isso muito a contragosto dos cristãos da cidade, ‘encontros continuados na história’, alguns mais felizes que outros.

O Islã, por razões que não vêm ao caso discutir aqui (ater-nos-emos apenas aos encontros e às convivências entre o Islã e os judeus), realiza sua expansão de forma retumbante pela Península Arábica, controlando-a totalmente, e, em sua marcha de conquista ao norte, vai de encontro à cidade de Jerusalém, a terceira mais sagrada para os muçulmanos. No princípio era a ela que os crentes deveriam dirigir suas orações. Tal cidade então era denominada *Aelia Capitolina* desde a expulsão dos judeus em 135 e, nesse momento, pertencente ao Império Bizantino e habitada por cristãos. Judeus não entravam em *Aelia* por edito do Império Romano, sempre renovado por seus sucessores bizantinos, e pagãos, se existissem nessa época, viviam seus cultos em secreto, visto a ferocidade com que os cristãos os tratavam. Para citar um exemplo, Alexandria e seus tesouros de arte e literários que foram destruídos no século IV d.C.¹⁷, pela sanha irascível dos seguidores da nova religião.

Omar, segundo sucessor de Maomé após Abu Bekr, encontrava-se às portas da cidade em 638. Havia derrotado, dois anos antes, o exército bizantino na Palestina, em Yarmuk, e há muito esperava entrar na ‘Santa’ (como denominavam a cidade); porém, queria fazê-lo sem manchar as ruas da cidade com sangue, muito menos com o sangue de um povo que, para ele, era constituído de *dhimmis*, protegidos, não eram pagãos ou idólatras, aos quais seus preceitos permitiriam a destruição; portanto, haveria de se conseguir um entendimento. Para isso, esperava.

Em fevereiro de 638, quando, enfim, pareciam ter chegado a um termo¹⁸, com a entrega da cidade pelos mandatários cristãos sem perspectiva de mantê-la, ou de receber auxílio de Constantinopla, a intransigência do patriarca bizantino Sofrônio quanto a entrada de judeus na cidade é quase inquebrantável: “os judeus já não estão em Jerusalém

¹⁷ Vale ver o filme Espanhol “Ágora”, de Alejandro Amenábar, 2009, sobre os conflitos ocorridos entre cristãos e outras religiões na cidade de Alexandria, no final do século IV e início do V d.C., os quais passaram rapidamente de representantes de uma religião intolerada a intolerantes, após adquirirem poder.

¹⁸ Também é interessante, para ilustrar a existência desses acordos e a ocorrência dos ‘termos’ e como eram realizados, o filme “Cruzada”, produção de 2005, de EUA, Reino Unido, Espanha e Alemanha, dirigido por Ridley Scott.

desde a época da dispersão. Ajamos de modo que para lá não voltem” (BRUNO, 2005, p. 42), a que Omar teria respondido: “os judeus são o povo do livro. São nossos ancestrais de fé. A cidade deverá estar aberta a eles também” (BRUNO, 2005, p. 42).

Sem dúvida, a retórica propagandística da tolerância de Omar é verificável nesse episódio muito conhecido e já foi usada por escritores muçulmanos e *dhimmis*, como já foi explicitado anteriormente; porém, há o fato, o qual é corroborado por todas as fontes, de que, só a partir dessa data, da conquista muçulmana, é que os judeus, e em número limitado a 70 famílias, puderam retornar à cidade.

De acordo com Lewis (1980), a tradição historiográfica muçulmana atribui a primeira formulação desses regulamentos ao califa Umar I (634-644) “[...] e preserva o que se supõe ser o texto de uma carta endereçada a ele por cristãos da Síria, indicando em que bases estariam dispostos a se submeter – as limitações que estavam preparados a aceitar se violassem tais compromissos” (LEWIS, 1980, p. 29). Segundo essa versão, quando a carta foi apresentada ao califa, ele somente concordou com seus termos após adicionar duas cláusulas.

Entre essas ‘cláusulas’ adicionais inseridas por Omar, estaria a permissão da entrada de judeus na cidade, a princípio, cogitada em 200 famílias. Terminadas as negociações, a entrada na cidade foi permitida a 70 famílias de Tiberíades. Seja como for, é dessa época a institucionalização da *dhimma*, os pactos, e de seus beneficiários, os *ahl al dhimma* (povo do pacto). Como esses aceitaram a soberania do Estado muçulmano sem a resistência armada, tinham direito à tolerância e proteção.

No início, só os *ahl al kitab*, os povos do livro, habitualmente um designativo próprio dos judeus, porém extensivo também a demais religiões com escrituras reconhecidas como possuidoras de ‘verdades’, como os cristãos e zoroastristas, tinham direito à proteção dada pelos ‘Pactos’. Posteriormente, com a extrema expansão do mundo muçulmano e da vastidão dos povos governados por suas leis, “o *Dar al Islam*, a casa do Islã” (LEWIS, 1980, p. 27), diverso do *Dar el Harb* (casa da guerra), ou mundo exterior, ocorrerá a dilatação desse conceito (*Dhima*), para abranger povos como os hindus e outros. E o conceito, muito difundido publicitariamente no Ocidente, principalmente em filmes, de chamar ou julgar alguém de infiel (*takfir*), é mais uma sentença de excomunhão, a qual é aplicada geralmente para quem abandona o Islã ou apostatas, como uma esposa que foi infiel ao seu marido, denotando que este não mais pertence à comunidade dos crentes, e não aplicável aos seguidores de religiões monoteístas, como cristãos ou judeus, a não ser por interpretações forçadas do conceito.

Quando da tomada de *Aelia* (Jerusalém), a versão difundida apregoaria que, depois de acertado o pacto e Omar entrar na cidade, ele foi convidado a orar no Santo Sepulcro, ao que teria respondido: “Se eu rezar em vossa igreja, os muçulmanos a transformarão em lugar de culto muçulmano” (BRUNO, 2005, p. 42). Depois, teria ido à esplanada sobre o monte do templo, onde erguia-se a estátua do destruidor Adriano. Afirmasse que Omar limpou a sujeira e o lixo que os cristãos costumavam jogar no local onde situava-se o antigo templo hebreu, com a intenção de evidenciar o desprezo destes pelos judeus, e ali ‘orou’.

Certamente ainda estavam bem nítidos na memória do califa os tristes e sangrentos episódios passados em Medina, entre muçulmanos e as tribos judaicas, em Jerusalém¹⁹. ‘Omar, o fiel entre os fiéis’, pretendia marcar a entrada da cidade na era muçulmana com novas tintas, sem desencadear um ciclo de perseguições. Os cristãos orientais da cidade, que eram antagonizados pelos de Constantinopla, ficaram aliviados. E sobre a esplanada, local onde erguia-se o antigo coração do judaísmo, Omar manda construir uma pequena e modesta mesquita sem ostentação alguma, como se estivesse somente informando a continuidade da linha religiosa iniciada com Abraão, o pai de todos eles. Portanto, quem sabe um dia, a irmandade entre povos esquecidos do parentesco afloraria novamente. Afinal Ismael²⁰, pai dos árabes, segundo a tradição bíblica e corânica, e Isaac, segundo patriarca hebreu, eram irmãos, mas o ciúme entre a esposa e a concubina os separou (GÊNESIS, 21:10).

Religião à parte, talvez dentro de uma perspectiva e análise confessadamente otimista desse evento, o intuito de Omar seria unir povos que tinham mais compatibilidades que diversidades. Porém, anos mais tarde, o Califa Abb al Malik constrói o Domo da Rocha em 691, e seu filho ergueu a suntuosa e dourada *Al Aqsa* no lugar da singela mesquita de Omar. Parece então que esses ‘irmãos mais novos’ pretenderam demonstrar o quanto estavam poderosos e ricos aos superados velhos e decadentes. Como a fortuna é uma mulher caprichosa ou volúvel, com o correr do tempo, mudando muito de preferidos, e gira com sua roda em espaços de tempo, esses sim muito pouco previsíveis (mas gira sempre!), atualmente quem tem o ‘poder e a soberania real’ sobre essa área e esses tesouros são os que, naquele período e espaço temporal, eram os dominados ‘velhos e decadentes’.

¹⁹ Terceira cidade mais sagrada do Islã, atrás apenas de Meca e Medina na Península Arábica, o berço do Islamismo.

²⁰ Primeiro filho que Abrão teve com a escrava Agar, por insistência da esposa legítima Sara.

História *magistra vitae*, cujo enunciado ainda significa muito, apesar dos detratores e críticos, e são muitos, em ‘determinados sentidos’ concordamos com Reinhart Koselleck (2006), quando afirma que as mudanças estruturais atualmente se dão em intervalos de tempo cada vez mais curtos, portanto: “resultam em predições que têm por objeto não mais eventos concretos singulares, mas sim as condições de um determinado futuro possível” (KOSELLECK, 2006, p. 144).

Apesar de considerarmos que existe a possibilidade, em larga medida, de antever determinado tipo específico de ‘eventos concretos’, pois intransigência, intolerância e humilhações desferidas por um grupo a outro só gerarão a contrapartida em um futuro, às vezes imediato, no conflito entre israelenses e palestinos as experiências concretas que corroboram tais previsões são inegáveis. Há décadas, ano após ano, tem-se verificado isso, força desproporcional desmedida e humilhações desnecessárias de um lado, vinditas, foguetes e, mais atualmente, ataques suicidas de outro.

Atualmente tais futuros, apesar de ainda indeterminados com exatidão, chegam cada vez mais rápidos; portanto, novamente compactuamos com Engels (1884), sobre a necessidade inescapável de estudar e pesquisar em detalhes as condições de vida das formações humanas, para quem pretende dissertar e derivar sobre elas e suas relações (no nosso caso, entre judeus e árabes), sob a pena de produzir, ou melhor, construir falsos muros e convalidar ‘antagonismos inconciliáveis e muralhas segregadoras inexpugnáveis’ nunca antes existentes. E, mesmo se houve, por algum lapso de tempo, toda muralha é passível de ser escalada, ou derrubada; as de Constantinopla, quando caíram sob os turcos, em 1453, exemplificam o que afirmamos.

No tema que pesquisamos, urge de uma forma gritante, mais que necessária, ‘imprescindível’, a desconstrução de muros erguidos no século XX, em forma de discursos e retóricas que justificaram guerras e mascararam interesses. Portanto, é fundamental o trabalho de montagem de pontes (nunca muros), que proporcionem as condições de determinado futuro possível, mas sempre dentro de uma postura de ação ativa, para que ‘predições otimistas’ sejam mais que isso e se tornem ‘possibilidades bem viáveis’, pois o trabalho, para isso, foi realizado e em conjunto.

Nesse sentido, concordamos com Habermas, que pensa ser necessário que transitemos progressivamente da “ação estratégica”²¹ para uma ‘ação comunicativa’, a do entendimento mútuo, pois certamente quando os dois lados se sentirem satisfeitos, mesmo que

²¹ Segundo Habermas (1999), essa é uma ação egoísta, centrada apenas nos ganhos individuais.

não totalmente, a possibilidade de evitar novos conflitos será minimizada imensamente, o consenso é inegavelmente melhor do que uma eterna postura antagônica e sempre possibilitará acomodações melhores com o diálogo ininterrupto dentro de uma perspectiva democrática real e plena, se essa não for a realidade dos dois lados no momento, a busca por parte dos integrantes do grupo não abrangido por tal realidade deve continuar, e as forças progressistas e os intelectuais comprometidos ou simpatizantes delas têm o dever de apoiar estes em sua busca.

1.3 SOB GOVERNOS ISLÂMICOS

*Todos os crentes são irmãos. Fazei a paz entre vossos irmãos e temeí a D`US.
Quicá recebereis misericórdia
(O ALCORÃO, 49:10)*

Depois de concluírem a expansão às expensas dos impérios Bizantino e Persa, os islâmicos avançam pelo norte da África, conquistando e islamizando todo o *Magreb*, chegando até a Península Ibérica, e seu avanço para a Europa só é detido nos Pirineus, na Batalha de Poitiers, em 732. Na Ibéria só restariam pequenos estados cristãos nas montanhas íngremes e inacessíveis do norte. As questões e os conflitos se dariam agora no âmbito interno do mundo muçulmano, pois, desde a morte de Maomé, em 632, se desenvolveriam problemas sucessórios.

No primeiro momento da morte do profeta, apesar da insatisfação do grupo liderado por Al ibn Abi Talib, marido de Fátima, filha de Maomé, que se sente no direito a requerer a sucessão, Abu Becker consegue se impor e assumir o governo, sendo o primeiro dos três chamados Califas legítimos, os quais foram assim chamados por serem os companheiros fiéis, de primeira hora, do profeta desde o começo em Meca. Porém, essa disputa sucessória inicial se refletirá por toda a história do Islã, dando início ao primeiro cisma e divisão no seio da nova religião que se mantém fortíssimo e bem acentuado até hoje, sendo os adeptos de Ali (os *Fatímiadas*, ou *Xiitas*), após o conflito intestino que se inicia em 657, os que procuraram refúgio na Pérsia²², nos antigos domínios *Sassânidas*, onde no futuro se tornaram majoritários, o foram também em regiões do norte da África, no *Magreb*, entre tribos berberes. “Depois instalaram-se no Iêmen, onde se mantiveram no poder até o século XX” (DEMANT, 2012, p. 51).

²² Segundo Demant (2013), os sucessos políticos dos xiitas nesses tempos primevos foram raros, e justamente na área em que atualmente dominam. Após o assassinato de Zaid, em 740, o quinto imã (líder xiita) e seus seguidores, os zaiditas, conseguem temporariamente o controle do Irã setentrional.

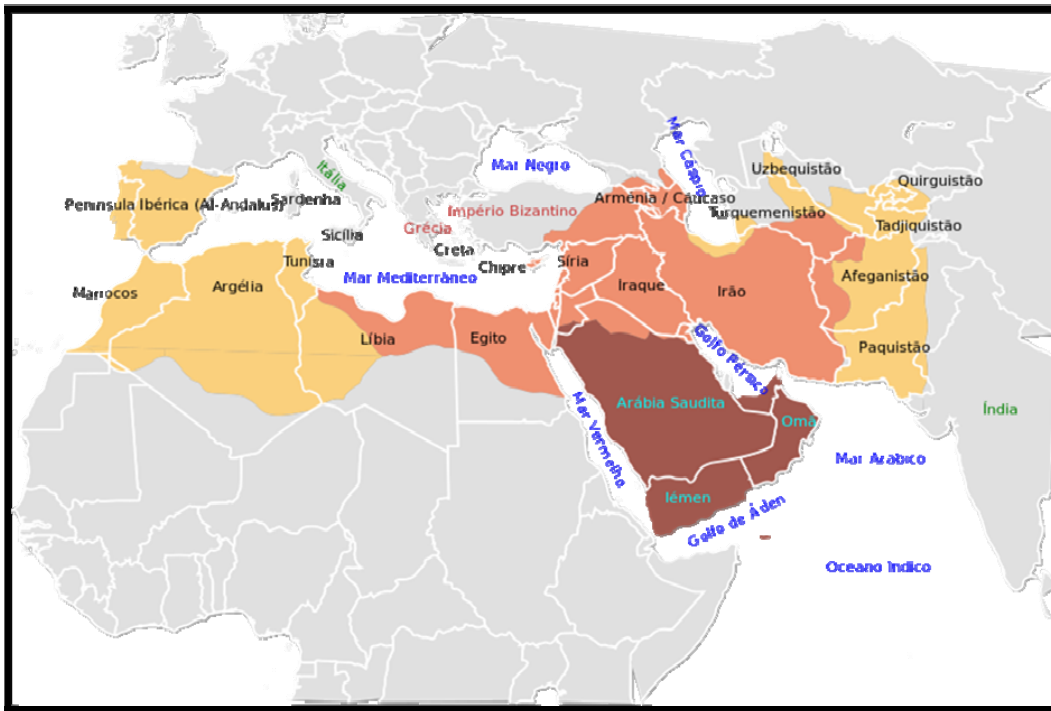
Após a morte de Maomé, três califas o sucederam: Abu Becker, Omar e Otman, este da tribo dos *Qorayshitas* de Meca e do clã *Banu Omeyya* (os Omíadas). Otman morre assassinado por soldados, em 17 de junho de 656 (MANTRAN, 1977, p. 92), e, logo em seguida,²³ Ali consegue ser proclamado califa em Medina; porém, seu reinado tornou-se pródigo pela infelicidade, desde o início lhe fez oposição Moawya, governador da Síria, do clã dos *Omíadas*, até que, por fim, em 661, Ali é assassinado em Kufa por um jovem dos *kharidjitas* (os que saíram), pertencente a um grupo que o havia abandonado por não concordar com sua transigência para resolver a disputa com Moawya, ele aceitara a arbitragem, e um Califa não poderia isso fazer.

Após a morte de Ali, assume o poder Moawya, sendo proclamado “califa em 660 em Jerusalém” (MANTRAN, 1977, p. 94), em seguida, transfere a capital para Damasco e inicia a dinastia *Omíada*, a qual governará o império de 661 a 750 e comandará a expansão do mundo muçulmano até a Europa.

O general Muça Ibn Noçar, entre 705 e 708, conquistou as tribos do centro e oeste do *Magreb*, “cristãs ou judaicas, lançando mão de violentos processos” (MANTRAN, 1977, p. 108). A partir de então, o avanço *Omíada* em direção à Península Ibérica é irrefreável, e, aproveitando-se das disputas e conflitos internos, Córdoba e Toledo são ocupadas rapidamente, entre outubro e novembro de 711. Para ilustração das rápidas e geograficamente imensas conquistas territoriais sob os primeiros cinco Califas, inserimos o mapa da Figura 2.

²³ Nessa disputa, encontra-se a origem de dois principais movimentos de cisão no Islã, o xiismo, do partido ‘*Shia*’, dos adeptos de Ali, para os quais só um familiar do profeta poderia assumir o poder máximo no mundo muçulmano, e o *karadijismo*, em que os integrantes, embora primordialmente estivessem vinculados a Ali, se desvincularam dele e o antagonizaram. A corrente que ficou com Abu Becker ficou conhecida por ‘*Sunita*’, sendo esta a maioria entre as populações de fé islâmicas até hoje.

Figura 2 - Mapa of Expansion of Califate- pt.svg



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2011.

Notamos que o avanço islâmico a partir da área marrom na Península Arábica, conquistada e islamizada ainda sob o comando de Maomé, é, num primeiro momento, sobre regiões em poder do império Bizantino e *Sassânida* (Pérsia), aproveitando-se da relativa debilidade desses Estados, enfraquecidos por lutas e conflitos intestinos, e também pelas guerras frequentes entre eles, rivais de longa data. Porém, a avalanche muçulmana não tardaria, num roteiro que incluiria e dominaria o norte da África, a penetrar em terras europeias pela Ibéria, então dominada pelos visigodos.

É inequívoco que, no que concerne à conquista da Península Ibérica, essa foi grandemente facilitada pela fraqueza da monarquia visigótica e pela ausência de oposição local, mas houve um fator a mais a facilitar decisivamente a conquista: “os judeus de Córdova e Toledo apoiaram os muçulmanos, reagindo assim contra os visigodos que os perseguiram” (MANTRAM, 1977, p. 108). Dava-se início, assim, a uma profícua coexistência entre os judeus das terras de *Sefarad* (Espanha) e os novos senhores dessas terras, os *Omíadas*.

Essa dinastia comandará o império islâmico até 750, quando uma conspiração interna vai destronar o último califa dessa família, e iniciará uma nova dinastia, a dos Abássidas, que mudará a capital de Damasco para Bagdá. Nas acomodações que se darão com essa mudança, todos os integrantes do clã *Banu-Omeya* serão perseguidos e assassinados; porém, um membro desse clã consegue escapar e encontra refúgio em Córdova, na Espanha,

onde é bem recebido, e sua autoridade aceita. Trata-se de Abder Raman, que, para não provocar a ira dos abássidas, não se proclama califa na Espanha, mas cria um emirado, aceitando nominalmente a autoridade universal do califa de Bagdá. Será nesse emirado independente de Córdoba, e sob o governo dos *Omíadas*, que florescerão as relações mais produtivas, profícuas e sincréticas culturalmente entre judeus e árabes, é na península ibérica onde se dará um período florescente de desenvolvimento de ambas as culturas que criaram conjuntamente “nos séculos XI, XII e XIII o foco de civilização mais importante do mundo neste momento, que não se pode chamar nem judeu nem árabe, porque é misto, e que se deu sob um poder político árabe na Espanha, porém com uma muito profunda participação judaica [...]” (ITZGSOHN, 1969, p. 199, tradução nossa).

Na Espanha muçulmana, surgiram nomes importantes dessa cultura mista judeu/árabe, como Maimônides, Ibn Gabirol e Ibn Ezra. Não esqueçamos que todos os pensadores judeus dessa época escreviam em árabe, que a própria gramática hebraica de nossos dias se formou naquela época sob a influência de gramáticos árabes e que o idioma hebraico atual tomou palavras do árabe, muitas das quais bem similares, como já foi exemplificado. Itzigsohn afirma existirem mais similitudes, em campos do

Tipo abstrato e modelos para expressão do pensamento abstrato. De modo que inclusive a cultura judaica atual está muito e profundamente penetrada por essa época de pensamento comum. O pensamento tradicional judeu, a lei judaica religiosa que teve vigência em comunidades judaicas-orientais e européias – orientais até o século XIX e em algumas até o começo do XX, era profundamente similar a legislação religiosa civil árabe. A legislação talmúdica, as lendas do talmud, todo o pensamento traduzido nesse corpo histórico, é profundamente similar a todos os corpos de tipo religioso, civil e cultural do pensamento tradicional árabe. (ITZIGSOHN, 1969, p. 190).

Ainda segundo esse autor, a diferenciação entre a cosmovisão do judeu europeu e o árabe tradicional começaria realmente com o processo do iluminismo, e, para alguém de tradição israeli anterior a isso, seria bem mais fácil identificar-se com a cultura árabe que com a cultura europeia. Ele cita o exemplo do escritor judeu europeu Agnon, que refletia, com tanta clareza em seu pensamento mágico, características árabes que poderiam ter produzido na Babilônia, desde há muito, um centro do judaísmo; o Talmud mais conhecido é o babilônico, “*talmud babli*” (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2005, p. 56), e seu conteúdo definitivo data de 499; portanto, é anterior à islamização dessa região, o que corrobora também a convivência judia/árabe mesmo antes dos governos islâmicos, já que a população da área mesopotâmica era, há muito tempo e em grande medida, formada por tribos árabes.

Porém, como já havíamos discutido anteriormente, essas similitudes vinham de muito tempo. A convivência e as relações entre tribos judaicas e árabes na Península Arábica sempre foram constantes. Além disso, no início de suas pregações, Maomé procurou acomodar, assemelhar certas regras com a esperança de cooptação e conversão dos judeus; portanto, afirmar o início da influência de uma cultura sobre a outra, ou melhor, a origem de determinada característica cultural, se numa ou noutra, é quase impossível, a nosso ver, e percebemos o quanto isso é intrincado e difícil.

Conforme já explicitado anteriormente, como houve muitas conversões ao judaísmo dentro da Europa (no Império Kazar), certamente os oriundos desse e dessa região do continente, o centro e o leste europeu, não deixaram suas características próprias totalmente ao assumir a religião e a cultura judaicas (a culinária e o *ídiche* demonstram isso claramente), e, portanto, concordamos com Itzigohn (1969), sobre as similitudes inequívocas entre as culturas judaica, *sefaradi* e a árabe; porém, somente em parte, quanto a essa e cultura *asquenazi*, que manteve muitas características próprias e naturais de seu berço europeu-oriental. Mas, sem dúvida, no que concerne à importância e ao contingente populacional judaico dentro do mundo muçulmano até o final da Idade Média, esses eram sobremaneira mais expressivos que na Europa. Lewis (1980, p. 67) afirma: “As comunidades judaicas da Europa criaram uma espécie de dependência cultural em relação aos judeus do mundo islâmico, muito mais avançado e sofisticado, estendendo-se da Espanha muçulmana, no ocidente, ao Iraque, Irã e Ásia central, no oriente.”

É interessante perceber que, exatamente quando a decadência galga terreno nas regiões dos antigos Estados muçulmanos árabes, no final da Idade Média, tal situação seria revertida, e a Europa assumiria um papel realmente irradiador da ‘cultura judaica’ (menos na Península Ibérica da ‘reconquista cristã’, que os expulsa), e, em certa medida, o Império Otomano também abrigaria importantes focos dessa cultura.

Porém, no que se refere ao emirado *Omiada* de Córdoba, que posteriormente mais fortalecido e com o enfraquecimento *Abássida* assume a posição de califado, e não há dúvidas quanto à coexistência entre judeus, muçulmanos e cristãos. As características sincréticas dessa florescente civilização são inegáveis, bem como o resultado dessa convivência (denominada por muitos autores de simbiose), profícua e produtiva em inúmeros aspectos, exatamente por ser internacional, como o prêmio Nobel de Física Abdus Salán a caracteriza, nesses primeiros tempos: “a comunidade cultural islâmica englobava toda classe de nações e raças, e a sociedade muçulmana dos primeiros tempos era tolerante para com os estrangeiros e suas idéias” (SALÁN, 1999, p. 93, tradução nossa).

Enquanto a estabilidade e a prosperidade alcançada sob os *Omíadas* duraram, essa convivência também esteve resguardada. No restante do mundo islâmico, as divisões e lutas intestinas levaram à formação de impérios que se pretendiam universais, mas, apesar do desaparecimento da estrutura unitária de governo, isso não levava a um enfraquecimento imediato, pois surgiram estados estruturados e bem organizados e com extensas ligações culturais e comerciais com centros importantes: a Espanha *Omíada*, a Pérsia *Abássida* e *Shiita*, e o Egito e a Síria, sob dinastia *Fatímida*, esse era o mundo Muçulmano da época, com intenso tráfego no seu interior.

O califado *Fatímida* no Egito, segundo Hourani (1995), apesar da orientação ismaelita dos seus califas (outra divergência dentro do islã), não impôs sistematicamente essa doutrina à população, que, em sua maior parte, permaneceu sunita, como ainda é, e com “[...] grandes populações cristãs e judias vivendo, em geral, em pacífica simbiose com eles” (HOURANI, 1995, p. 59). Esse autor nos relata que o califado *Fatímida* Egípcio adquiriu proeminência e prosperidade, graças à fertilidade e produção de suas terras, como havia sido desde a antiguidade. Enquanto essa prosperidade durou, parece que a convivência também foi próspera. Já em Al Andaluz, o califado de Córdoba aglutinava uma população que incluía árabes vindos do Oriente, cristãos autóctones e uma “[...] considerável população judia de artesãos e comerciantes” (HOURANI, 1995, p. 61), e cada vez mais o movimento de berberes do *Magreb* se tornaria mais forte, o que mais tarde lhes facilitaria tomar o poder num momento de fragmentação do califado Andaluz.

De acordo com Hourani (1995), esses diferentes grupos se mantiveram juntos graças à tolerância dos *Omíadas* para com judeus e cristãos; e os *berberes* do *Magreb*, mesmo sendo imigrantes do norte africano, fundamentalistas em sua maioria, e não sunitas, como os *Omíadas*, eram tratados com igualdade por estes, a real igualdade, que só era completa para ‘islâmicos’²⁴, como já nos advertira Lewis. Porém, essa tolerância dos califas de Córdoba para com os fundamentalistas mais tarde lhes alienaria o controle do Estado para dinastias berberes auxiliadas por contingentes chegados da África.

Todo esse amálgama de origens e culturas, aliadas a uma língua comum e a um governo diferenciado e conciliador, ajudou a criar uma sociedade andaluz distinta do resto do mundo islâmico, inclusive sua cultura religiosa islâmica se desenvolveu em linhas mais ou menos diferentes das dos países orientais “e sua cultura judaica também se tornou independente da do Iraque, principal centro da vida religiosa judaica” (HOURANI, 1995, p.

²⁴ Apesar de respeitadas, as outras monoteístas estavam em desigualdade frente ao Islã, “A isonomia real” era somente para os adeptos do Islamismo.

61). Portanto, depreendemos que, nesse momento e em especial durante o reinado dos califas *Omíadas* na Espanha, realmente o que verificamos, se não foi a ‘Idade de Ouro’ da tolerância e convivência entre judeus e islâmicos, e também cristãos dentro do Islã, foi o mais aproximado a que isso chegou. As realizações culturais, artísticas e científicas desse período corroboram essa constatação, não sendo antagonizada por nenhum autor estudioso do tema.

Porém, após o apogeu do poder *Omeya andaluz*, atingido durante o governo de Abd al Rahaman III (912-61), que assume o título de califa, este Estado vai paulatinamente perdendo poder e acaba, a partir do século XI, se desagregando nas mãos de reinos menores, na maioria controlados por dinastias berberes do *Magreb*; aí a situação e o reino da tolerância se reverteriam. Lewis (1990) considera que, nos impérios que se consideravam universais, como os *Abássidas* e *Omíadas*, a tolerância foi ampliada; porém, a partir dos “séculos XII e XIII, há um movimento visível na direção oposta” (LEWIS, 1990, p. 57).

Notamos também que esse momento de retração do mundo árabe/islâmico é cultural e econômico, mas também político/militar, ficando as dinastias árabes na dependência de exércitos estrangeiros: no caso andaluz, de berberes, e, no caso abássida, de turcos islamizados. É exatamente nesse momento, que começam as cruzadas no Oriente, e, no Andaluz, a “reconquista”²⁵ pelos reinos cristãos do norte. Depreendemos, portanto, que a intransigência religiosa e cultural caminham muitas vezes ao lado, ou antes, dos conflitos armados, pois os berberes na Espanha não só terminaram com a tolerância *Omeya*, mas realizaram massacres de judeus e cristãos e conversões forçadas (inconcebíveis sob a dinastia anterior), e os turcos seldjúcidas (diversos dos otomanos) que controlavam Jerusalém humilhavam e extorquiam peregrinos cristãos, sendo essa uma das desculpas para as cruzadas.

De acordo com Lewis (1980), é desse período o caso famoso da conversão forçada de Maiomônedes (Córdova, 1135-1204), que depois vai para o Oriente e reassume seu judaísmo. Todavia, no auge de seu poder e fama, é reconhecido por um conterrâneo muçulmano, que o denuncia e exige como pena a apostasia, a morte. O caso é levado a um *cadi* (juiz), que delibera que a conversão de Maimônedes em Córdova foi obtida por coação, sendo, portanto, ilegal. Como o Corão determina, conversões são de livre vontade; portanto, o retorno de Maiomônedes ao judaísmo não representava uma apostasia.

Consideramos que esse evento influenciou sua pregação contra o proselitismo, que, sem dúvida, nesse período, já ocorria em escala diminuta (até porque uma

²⁵Estamos convictos de que, apesar desse termo ser amplamente utilizado, não traduz a realidade da época, pois, depois de séculos, ‘a civilização’ que se formara na região, assim como a sua população, era algo totalmente novo e diverso da antiga civilização visigótica da península Ibérica; portanto, o que ocorreu, a nosso entender, se assemelharia muito mais a ‘uma conquista por parte dos reinos católicos’, com tudo que tal pressupõe.

religião de ‘subalternos’ não oferecia grandes vantagens a novos agregados), porém sendo ainda realizado por judeus. Uma atitude talvez com resquícios de rancor que o filósofo tinha do domínio do Islã (ele o vai criticar a partir de então), que não era igual, visto a própria proeminência que Maiomônedes teve em outra região, depois de ter voltado ao judaísmo, e, sem dúvida, a equilibrada e coerente decisão do *Cádi*, quando ele foi denunciado por apostasia, corrobora a diferença de entendimento sobre questões religiosas entre as diversas áreas do mundo islâmico. Segundo Roche (1992), seria de Maiomônedes a inspiração de um judaísmo racional e mundial, é ele que o divulga:

Deslocando-se sem cessar, ele levará de sua terra natal Córdoba, de seu paraíso de tolerância, preparado pelos *Omíadas* muçulmanos, a ideia cara de um renascimento do pensamento judaico. É nele que pedira a seus irmãos judeus emigrados nas extensões da Rússia, desde a Criméia até o Volga, de não converter os ‘*goys*’ (estrangeiros). A noção de raça, e Povo toma, então corpo.” (ROCHE, 1992, p. 200).

A Córdoba do tempo de Maiomônedes não era mais o paraíso de tolerância dos *Omíadas* citado por Roche, e a situação dos não islâmicos, e até de novos convertidos, variava muito, sendo nas áreas centrais bem-vindos e bem tratados, mas bastante difícil, segundo Lewis, sobretudo nas regiões controladas por xiitas, a saber, a Pérsia, e de *bérberes* do norte da África, que, na data da conversão forçada de Maiomônedes, dominavam a Península Ibérica, fragmentada em vários pequenos estados, os reinos de *taifas* (*pequenos reinos muçulmanos independentes*).

Esses reinos são *a posteriori* unificados, em parte pelos califas fundamentalistas *Almoádas*, dinastia berbere proveniente do Marrocos, que, insatisfeita com o fato de os *Almorávidas* (sucessora dos *Omíadas*) não conseguirem deter o avanço cristão, forma um império no norte da África, e, com a fragmentação de *Al Andalus* em pequenos estados, a anexa – o norte montanhoso e íngreme continuou cristão. Ao contrário da dinastia *Omíada*, que, ao seu tempo, controlava quase toda a península, esses califas não demonstraram tanta tolerância para com as outras comunidades, o que facilitaria a reconquista.

Figura 3 – Mapa da reconquista cristã sobre o império dos Almóadas



Fonte: WIKIPEDIA, 2013.

As atitudes dos novos dominadores, no caso da Andaluzia, em muito contribuíram para a reconquista cristã, pois as populações perseguidas pelos berberes fundamentalistas auxiliaram as tropas cristãs – reedição da velha história, quando judeus de Córdova e Sevilha ajudaram os árabes na conquista dessas cidades.

Porém, depois de toda a Península ser ‘conquistada’, no final do século XV, com a tomada de Granada (Figura 3), o último bastião mouro em terras ibéricas, em dois de novembro de 1492, a situação das comunidades judaicas não melhorou, muito pelo contrário, e um ultimato foi dado pelos reis católicos: conversão ou saída. Então, populações destes vão procurar refúgio nos Países Baixos, onde farão mais tarde toda a diferença na economia (companhias de navegação patrocinadas com capital judeu) e na cultura e filosofia, a exemplo de Spinoza. Uma grande parte prefere como destino os domínios otomanos, os turcos desse império, ao contrário dos seljúcidas, tinham fama de tolerantes, e assim se comportaram. A comunidade judaica sob os otomanos cresceu e se tornou proeminente, alcançando judeus, no governo dos sultões, cargos elevados e grandes fortunas.

Como o império englobava várias nacionalidades, havia intrigas entre essas e seus senhores, para tentar detratar alguma etnia rival aos olhos dos mestres otomanos, cristãos gregos, entre outros, às vezes tentaram transpor seu anti/semitismo (o termo ainda não existia), típico da Europa, segundo Lewis (1980), para essas relações; porém, tais intrigas palacianas nunca conseguiram assumir contrastes preocupantes. Afirma-se que o sultão Bazaget exclamou quando grande contingente de judeus procurou refúgio em suas fronteiras,

depois de expulso pelo casal de reis católicos: “que cegos, Fernando e Isabel! Livrar-se assim de uma população tão rica e culta e ativa para entregá-la a mim dessa forma” (BRUNO, 2005, p. 44).

A partir daí grandes levas de judeus *sefaraditas* empreenderam também o caminho da Palestina e Jerusalém, seria a primeira onda judaica para a área mas a imigração aumentaria ao longo do tempo. Os massacres do século XVII, na Polônia e Ucrânia, provocariam a fuga de massas consideráveis também de *Asquenazitas* para as fronteiras muçulmanas, e estas, pelo menos nominalmente até o século XX e a Primeira Grande Guerra, seriam controladas pelo Império dos Sultões Otomanos, Senhores da *Sublime Porta*, Istambul.

CAPÍTULO II

O SIONISMO: ORIGEM, TIPOLOGIA E CONSEQUÊNCIAS

2.1 SIONISMO: UM TÍPICO NACIONALISMO EUROPEU

*Então o Senhor me disse: não molestes a Moabe, e não contendas com eles em peleja, 'porque não te darei por herança da sua terra'; porquanto tenho dado Ar²⁶ aos filhos de Ló por herança.
(Deuterônômio Cristão, Dvarim Judaica)*

No primeiro capítulo, fizemos um ‘retrocesso temporal a partir da antiguidade’ para verificarmos os encontros entre judeus e árabes, e judeus e muçulmanos, e percebemos que os muros intransponíveis entre as duas culturas, ou o suposto ‘ódio milenar’, nunca foram assim tão impossíveis de serem transpostos, muito pelo contrário como durante o domínio *Omeya*, na Espanha muçulmana quando a convivência não só foi possível, como foi ‘profícua’.

Agora passaremos a analisar quando e como realmente foram criados e transpostos para a Palestina e também para o Oriente Médio os antagonismos e as contradições que gerariam os atuais conflitos. São eles, exatamente nessa ordem: o imperialismo europeu, e o nacionalismo sionista. O primeiro, querendo estender suas asas sob regiões há muito almeçadas, do ‘homem enfermo da Europa’, o Império Otomano; o outro, buscando uma solução para a xenofobia e o racismo contra os seus, de que o continente europeu sempre foi pródigo em demonstrações.

Podemos afirmar, e nessa questão certamente teremos poucos que se contraponham, que o sionismo²⁷ é fenômeno ideológico surgido na Europa do século XIX e, sem dúvida, influenciado pelos nacionalismos europeus, seus contemporâneos. Semanticamente, pode-se enquadrá-lo como tendo origem na criação de um conceito que pudesse exprimir e denotar direitos políticos, ainda não conquistados, encontrando-se no

²⁶ De acordo com John L. McKenzie (2011, p. 60) o local não estaria assegurado com exatidão, os especialistas teriam dúvidas, mas poderia corresponder a Khirbet Rabah, no planalto Moabita, situada a cerca de 5 km do Sul do rio Arnon, atual Wadi Mojib, e a 45 km ao norte de Kerak. Se essas forem as áreas como existem indicativos de que sejam, deveriam ser respeitadas e ‘reservadas’ para os Moabitas, que, embora descendentes de Ló, sobrinho de Abraão, não são Hebreus, e se encaixam muito mais numa possibilidade de ancestralidade para as atuais populações palestinas do que para a massa de judeus askenazi do estado de Israel. Contemporaneamente, tais áreas são controladas pelo estado Israelense, portanto a “Torá” estaria sendo desobedecida, e com apoio dos religiosos judeus; mas, enquanto houver a dúvida, a desobediência não estaria estipulada, portanto talvez “essa dúvida nunca seja realmente esclarecida”.

²⁷ O termo é cunhado em Viena, em 1885, por Nathan Birnbaum. Ver SCALÉRCIO, 2003, p. 29.

âmbito de uma luta justificadora da legitimidade destes: “Inclui-se aqui a criação dos numerosos ‘ismos’ que serviram como conceitos de agrupamento e de dinâmica para ordenar e mobilizar as massas estruturalmente desarticuladas” (KOSELLECH, 2006, p. 101).

Mesmo que, em seus primórdios, o sionismo não tenha se configurado hegemonicamente como ideologia entre as massas judaicas da Europa, logo encontrou seguidores e terreno propício para crescer. Nesse contexto histórico, o sionismo foi sim outro nacionalismo surgido no continente e com todas as características e pressupostos que tais ideologias pregavam, como a de ‘nossa terra’ como sendo o território de uma nação, e esta a propriedade inquestionável de um ‘povo’, e este seria constituído (e somente) por elementos que compartilhassem uma mesma língua e história com laços que os unissem a um suposto passado em comum, e politicamente a Nação e seu povo teriam de ter a maioria numérica dos habitantes do território nacional, sendo para essa maioria étnica que seriam reservados os direitos de governança, e não ao voto do conjunto dos cidadãos representando a sociedade como um todo, ou seja, etnia em vez de cidadania.

Todas essas premissas auxiliaram na formação da ideologia sionista, que, muito embora originalmente também estivesse muito influenciada pelo socialismo, deixou-se contaminar por pressupostos que futuramente levariam a criação de regimes racistas na Europa. Paradoxalmente em muitos aspectos o raciocínio sionista reproduz o discurso político nacionalista e segregacionista surgido na segunda metade do Século XIX na Europa. Em síntese: “O Nacionalismo Europeu condicionou o Sionismo” (ZUCCHI, 2012, p. 140).

Depreendemos de análises como a de Edward Said, em sua obra “A Questão da Palestina”, um dado ainda mais interessante, senão surpreendente. Ele deixa explícito, em sua abordagem sobre o tema, no capítulo sobre o sionismo, que o nacionalismo judeu teria sido gestado também, concomitantemente, ou talvez ainda antes, nas formulações de europeus não pertencentes à comunidade judaica, “o sionismo *goim*”, dos não judeus. Ora, isso feito conscientemente ou não funcionava em dois sentidos, e ambos favoráveis às potências natais dos autores de tais discursos. Primeiramente, ao resolver um problema exclusivo de seu continente, o anti/semitismo (já que em outros lugares do globo ele seja inexistente ou no mínimo muitíssimo atenuado), transportaram, ao mesmo tempo, sua civilização e seu colonialismo imperialista para uma região que, na aurora do movimento sionista, pertencia ao Império Otomano, refratário aos interesses das potências europeias ocidentais na região, como ficou inequivocamente claro posteriormente. Os turcos teriam mais afinidades políticas e estratégicas com as potências centrais (Áustria e Alemanha) do que com as da Entente, as quais estavam, na verdade, interessadas em se apropriar de suas áreas de influência, como

demonstra o acordo Sikes/Picot de 1916, celebrado entre Londres e Paris, muito antes do término da Primeira Grande Guerra.

O sionismo agiria então como uma força, uma coluna avançada da Europa no Oriente Médio. Said dá, como exemplo, o romance “Daniel Deronda” de George Eliot (1876): “o que é inusitado nesse livro é que o assunto principal seja o sionismo” (SAID, 2010, p. 68). A obra toda é uma apologia ao sentido civilizador do judaísmo, mas de um judaísmo muito peculiar e interessante para o Império Britânico naquele momento. O judaico/sionismo, oriundo e orientado da Inglaterra, que transportaria para o Oriente – então considerado pelos europeus como atrasado e degradado – a iluminação produzida no Ocidente, levando aos bárbaros a salvação de uma nova luz (ou antiga, dependendo da conjuntura que se queira empregar).

Essa nova luz foi, no entanto, produção e produtora de um continente paradoxalmente contraditório, pois, ao mesmo tempo que, de certa forma, iluminará realmente o caminho de uma parcela perseguida da comunidade judaica, cegará e desampará uma outra população (a árabe autóctone da Palestina), ignorada pelas benesses que o ‘movimento emancipatório’ do sionismo representara e proporcionara aos seus, somente aos seus, como afirmou Edward Said: “há um sionismo e uma Israel para os judeus e um sionismo e uma Israel para os não judeus” (SAID, 2010, p. 124), ele, que considerava até os kibutzim coletivistas como sendo instrumentos dessa segregação para com os árabes.

O particularismo, forjado por séculos de segregação no gueto, agora transformava, em certa medida, as vítimas do preconceito em preconceituosos, que se consideravam imbuídos de uma meta superior, grandiosa – cruel ironia, ou paradoxo, como preferirem. Forjado na terra dos paradoxos e das contradições, já na gênese etimológica do nome do continente (Europa) foi construída uma divisão arbitrária e geograficamente inexistente para os separarem, pelo menos em tese, dos bárbaros envoltos nas trevas dominantes de outros continentes, e que estavam à espera de seu contato iluminador.

Essa tarefa inescapável, ‘o fardo do civilizado’, é demonstrada apologeticamente no célebre poema racista de Rudyard Kipling: “O ônus do homem branco”, conclamando seus concidadãos a cumprirem seu destino, não se subtraírem da tarefa sagrada, carregando a cruz que lhes cabia, pois para os povos incivilizados, seriam como o próprio Cristo, ou no mínimo seus enviados, fariam milagres:

O ônus do homem branco

Toma o ônus do homem branco.
 As guerras selvagens da paz
 Enche o estômago da fome
 E faz com que cesse a doença;
 E quando estiver mais próximo
 Nessa busca em favor de outrem
 Vê como a indolência e a loucura pagã
 Arruinaram tuas esperanças...
 Recebe o ônus da raça branca
 Não ouses curvar-te por menos,
 Nem clames por liberdade
 Para encobrir teu cansaço.
 Por tudo o que clames
 Por tudo o que faças ou não
 Os teimosos e silenciosos povos
 Não de suportar o teu peso e o de teus Deuses.
 Recebe o ônus da raça branca
 Acabaram-se os dias da infância
 Os louros alcançados sem esforço,
 O prêmio fácil, desprezível,
 Aí vem investigar tua hombridade
 Por todos esses anos ingratos.
 Friamente estimulado por sabedoria barata.
 O julgamento de teus pares!
 (RUDYARD KIPLING, 1899)

Bastaria uma estrofe para qualquer leitor mediano, e não racista claro, compreender a êxtase apologética, a exaltação da missão civilizadora do europeu branco, da superioridade de seus costumes, de sua religião, tudo, e para essa missão sagrada a população judaica também era conclamada. Afinal, podiam ser europeus de segunda linha e classe, mas europeus ou europeizados, brancos ou embranquecidos, seja como for, não poderiam negar sua sagrada missão de expandir a civilização europeia ocidental da qual, embora perseguidos e segregados, faziam parte. De acordo com Márcio Scalércio, Ze'ev Jabotinsky, um dos grandes nomes do sionismo revisionista e de direita, chegou a afirmar: “nós judeus não temos nada em comum com o oriente e damos graças a D'US por isso” (SCALÉRCIO, 2004, p. 31).

O Oriente era visto pelo olhar europeu como estagnado e atrasado, e o sionismo de direita encara com naturalidade a tarefa de propagar a civilização de que a ocidental fazia parte. Com isso, de lambuja, levariam também o Império Britânico, onde ainda não tinham chegado, mas logo chegariam a todos os recônditos da terra – se pudessem, teriam anexado o cosmos –, para infelicidade dos ingleses e sorte dos planetas, que estavam longe demais para a anexação, ou o teriam feito, ou tentado fazê-lo. A seguir, para exemplificar até onde podiam chegar tais desejos expansionistas, um trecho da fala de Cecil Rhodes:

O mundo está totalmente parcelado e o que dele resta está sendo dividido, conquistado e colonizado. Pense nas estrelas que vemos a noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas se pudesse; penso sempre nisso entristece-me vê-los tão claramente e, ao mesmo tempo, tão distantes. (RHODES, 1895 apud PADRÓS, 2004).

Eis a utopia do imperialismo: anexar o cosmos inteiro; porém, se não chegaram a tanto, nenhum lugar desse planeta, infeliz planeta, seria deixado livre de sua expansão tentacular. Para isso, lançariam mão de todos os meios disponíveis, ou a disponibilizar-se. Utilizaram, inclusive, um problema continental, de uma população perseguida e segregada, transmutando seu ideário justificador do colonialismo em ideologia nacionalista; algo que, pelo menos naquele momento histórico na Europa, deveria ser antagônico a isso, visto os nacionalismos europeus de então lutarem pela autonomia, em muitos casos de minorias, em relação aos impérios dominantes. Outros nacionalismos também foram, muitas vezes, utilizados e manipulados por e a favor de determinado império em detrimento de outro, mesmo dentro do continente europeu, a exemplo do pan-eslavismo, patrocinado pelo Império Czarista em seu benefício e para enfraquecer os Habsburgos da Áustria.

Nesse sentido, o nacionalismo, evocado geralmente por populações exploradas e dominadas, se viu transmutado e servindo a interesses do colonialismo e de um imperialismo que sabia transformar uma dominação exploratória em retórica ufanista: “Por onde esse império estendeu suas fronteiras, miséria e opressão, anarquia e fanatismo tenderam a desaparecer e foram substituídos pela paz, a justiça, a prosperidade, o humanismo e a liberdade de pensamento, palavra e ação” (LORD CURZON, 1907).

As milhares de vítimas flageladas pela fome na Índia nesse período, causada pela destruição de sua manufatura tecelã, devido à invasão dos tecidos ingleses, talvez não compartilhassem das mesmas opiniões de Lord Curzon. Mas também talvez, se um sobrevivente de uma das tribos africanas dizimadas com a chegada de representantes desse império de paz e justiça pudesse ler esse pequeno trecho de “Homem de Destino”, de Bernard Shaw, concordaria com ele, sobre como um inglês, sabedor de seu dever para com a Pátria e com Cristo, age em defesa destes, e cumpre sua sagrada missão:

Quando precisa de um novo mercado para suas mercadorias falsificadas de Manchester, envia um missionário para ensinar o evangelho da paz. Os nativos matam o missionário, ele corre as armas em defesa da cristandade; em nome desta luta e conquista; e se apossa do mercado como uma dádiva do céu. (SHAW, 1913, p. 25).

Como Bernard Shaw muito irônica e perspicazmente nota, o cumprimento do dever é sempre recompensado pelos céus com honras e, claro, mercados, uma das palavras-chave dentro da tarefa civilizatória do homem branco e das empreitadas britânicas, segundo afirma ‘Lord Curzon’, prosseguindo no mesmo discurso na Câmara dos Lordes, em 11 de dezembro de 1907: “creio que no âmago de um empreendimento Britânico arde essa centelha da flama celeste com que a providência tem amplamente abençoado, até hoje nossos empreendimentos”.

Céus, flama celeste e providência, lucros, mercados e empreendimentos, tais palavras se combinam perfeitamente no discurso das potências imperiais, ávidas por saciarem uma ganância que, como percebemos em alguns parágrafos acima, nas palavras de Cecil Rhodes, se mostrará insaciável e, na mente de alguns como ele, autor do trecho que transcrevemos, tão doentia a ponto de cobiçar os astros do céu e se doar por não poder anexá-los. Essa retórica que embasava e justificava uma suposta missão iluminadora e sagrada, pregada por políticos e grandes capitalistas, e difundida por autores e romancistas apologistas do eurocentrismo, seria exportada para a Palestina por intermédio do sionismo, ou pelo menos por um tipo de sionismo, como bem nota Said:

A iluminação dos grandes fatos que engrandecem os sentimentos é uma frase característica de Eliot, e não há dúvida de que a aprovação que ela concede a seus sionistas resulta da crença de que se tratava de um grupo que expressava quase a perfeição suas próprias idéias grandiosas sobre uma vida de sentimentos expandida (SAID, 2011, p. 71).

Tais ideais grandiosos, como a transposição de uma civilização avançada e moralmente superior, encontrariam no romance “Daniel Deronda”, que os demonstra em inúmeros exemplos. Said também nota que, diferentemente dos projetos de outras potências coloniais nas quais os povos considerados atrasados estavam incluídos em sua *Mission Civilisatrice*, tanto os sionismos ‘goim’ de Eliot quanto o do judeu Mosses Hess, apenas diverso desse no que tange à potência patrocinadora, não incluem os ‘autóctones’.

Para Hess (idêntico ao de Rudolf Hess, da cúpula do nazismo) indubitavelmente seria a França (antes do caso Dreyfus claro!), a potência portadora a entregar o ‘tão almejado estado aos seus’; porém, tanto Eliot como Hess, tirando a diferença quanto às preferências em relação às nações protetoras, atuam similarmente no campo do discurso, como se a Palestina estivesse despovoada. Nesse aspecto, corroboram e incentivam as ações de possíveis colonizadores da área, como os líderes puritanos que comandaram a colonização da América britânica, tomando posse dessa terra como se ela fosse desabitada e

ignorando os nativos sempre que possível, pois eles não estavam incluídos em seus planos, em sua grande tarefa, ideologia duradoura e transposta depois na *Frontier Tesis* de Fredrik Jackson Turner, segundo a qual, “o progresso e a prosperidade contínua e sustentada dos Estados Unidos somente seriam possíveis por meio de uma constante e ilimitada expansão das fronteiras norte americanas” (PECEQUILO, 2003, p. 75).

Talvez resida aí uma possibilidade explicativa do porquê de o sionismo ter tido sempre tão boa recepção nos EUA, além, é lógico, da grande e atuante comunidade judaica do país, sendo o sionismo defendido até por alguns de seus presidentes, sem dúvida muitos no país fizeram analogias e encontraram semelhanças entre as atitudes dos colonos americanos em relação aos seus nativos e as dos grupos sionistas (houve algumas exceções, e muitas omissões) para com as populações árabes da Palestina, acharam similaridades e gostaram!.

É emblemático e elucidador que Hess, concluindo um discurso certa vez, cita na íntegra e enfaticamente o francês Ernest Laharanne, o qual, devido ao discurso, ousamos classificá-lo também de ‘*sionista goin*’; porém, logicamente, como se pode notar, com interesse em utilizar os judeus no benefício de sua pátria em regiões distantes, como interlocutores desta, em suas palavras, mediadores privilegiados entre os continentes. Eis o texto, a retórica apologética chega ao extremo, depreende-se muito dele, principalmente porque não foi escrito e proferido inicialmente por um judeu, mas de novo por um ‘gentio’, que, dessa vez, não é do Império Britânico, como Eliot, mas sim da principal potência rival, a França:

Uma grande vocação está reservada para os judeus: ser um canal vivo de comunicação entre os três continentes. Vocês serão o sustentáculo da civilização para povos ainda inexperientes, seus professores nas ciências européias, para as quais sua raça tem contribuído tanto. Vocês serão os mediadores entre a Europa e Ásia oriental, abrindo as rotas que levam à Índia e a China – essas regiões desconhecidas que, em última instância, serão lançadas a civilização. Vocês chegarão à terra de seus antepassados condecorados com a coroa do antigo martírio e ali, finalmente, curar-se-ão de todos os seus males! seu cabedal levava cada vez mais vastas extensões de terras áridas ao cultivo; seu trabalho e diligência transformarão mais uma vez o solo cansado em vales fecundos, recuperando-os das areias usurpadoras do deserto, e o mundo voltará a prestar tributo ao mais antigo dos povos (HESS apud HERTZBERG, 1976, p. 133)

Como se pode deferir também no texto, entre tantas outras, como plantar em um solo cansado, recuperá-lo das areias do deserto como se nada existisse ou fosse produzido na terra onde eles estariam destinados, a apologia à missão sagrada dos judeus, e de sua raça (terceira linha) como se tal existisse, era, a todo momento, enaltecida, alimentada por autores europeus que nada tinham de semita em seu sangue. Muitos dos próprios membros da

comunidade judaica europeia não o tinham originariamente em seus antepassados, o eram por conversão, pois o proselitismo só deixou de ser realizado na baixa Idade Média por argumentação de Maimônides de que a integridade cultural do judaísmo estaria em risco se tal prática continuasse, porém, na verdade, com boa dose de revanchismo pelas razões explicitadas no Capítulo I.

O judaísmo, desde que deixou de ser a religião da elite governante de qualquer estado soberano, perdera os atrativos, até para muitos de seus membros de antiga cepa que não suportaram as pressões inerentes a pertencerem a uma minoria dominada e abraçaram o cristianismo ou o islamismo.

Mas, anteriormente a isso, vastas populações haviam sido judaizadas de distantes e descontínuas regiões do continente, que iam da Península Ibérica ao Dniéper, no Império dos Khazares, eles próprios turanianos convertidos ao judaísmo (FRIEDMANN, 1969, p. 213), e também na Península Arábica, quando, em sua parte meridional, “Os himiaritas, dos quais um dos últimos soberanos, Dhu Nuwás, converteu-se ao judaísmo” (MANTRAN, 1977, p. 50). Daí a enorme diferença entre as culturas/tradições judaicas, *azkenazi* e *sefaradi*, para não falar nas diversidades fenotípicas, que invalidam qualquer classificação plausível, ou no mínimo séria de nomear/classificar uma ‘raça judaica’, ou o mais absurdo ainda, a pureza desta.

Tais retóricas segregacionistas, de purismo racial, encontraram solo fértil para crescerem na Europa e foram incorporadas por muitos dos integrantes das comunidades culturais, ou tradições, como preferirem, que mais sofreram com o racismo e o preconceito, triste ironia, cruel ironia, o vírus se alastra e faz as vítimas se transformarem em algozes de outros, a doença se dissemina infectando um lócus territorial antes livre dela, a Palestina e o Oriente Médio.

Infelizmente as ideologias racistas europeias encontraram ecos nos dois lados, em judeus e também em muçulmanos, nas figuras do *Mufti* (líder religioso muçulmano de Jerusalém) e do Xá da Pérsia, os dois fãs do nazismo e de seu líder, por mais paradoxal que seja, já que, no caso de Adj Amim, o ‘*mufti*’, a admiração provinha de um semita²⁸. Já no caso do Persa, o general golpista Reza Kan, o carinho era tanto que mudou o nome do país, para demonstrar ao *Führer* a sua origem ariana, então a Pérsia virou Irã, um país de arianos,

²⁸ Nesse caso também não tão ‘puro’, pois no encontro entre o Mufti e Hitler, é notória a admiração que o Fuher teve ao notar que os olhos de Adj Amin, eram de um ‘azul límpido’, como o céu, a paixão do Mufti deve ter aumentado nesse momento ‘tão especial’.

diferentes dos povos semitas e tártaros-mongóis que os cercavam, todos encontravam ‘outro para sentirem-se melhores’ e provavam sua superioridade.

Como foi dito de outra forma, o racismo é o elitismo da plebe, e eu completo, dos ignorantes, ou mal intencionados e suficientemente dispostos para utilizar-se de ardid tão inescrupuloso e cruel a fim de tirar proveito em benefício pessoal da ignorância alheia. Ou seja, o indivíduo pode não se considerar ninguém em importância, mas pelo menos, ora, não é judeu, negro, asiático, qualquer minoria dentro do país serve, tendo alguém ou um grupo para se considerar melhor, o sentimento de inferioridade e fracasso, de impotência perante as situações difíceis em que se encontra, parece ser atenuado.

Logicamente, regimes políticos souberam utilizar-se desse sentimento, não muito difícil de fazer aflorar em massas despolitizadas, e, claro, ter um bode expiatório para pôr a culpa das dificuldades do país sempre veio bem a calhar, para governantes demagogos e os aspirantes a ocupar o posto.

Certamente os líderes sionistas não eram tão ingênuos, ou manipuláveis, para não perceberem o discurso das potências e de seus intelectuais (nesse sentido quase ao nível orgânico), a fim de utilizarem-se deles e do problema judaico na Europa em prol de seu expansionismo, mas sabiam-se ainda fracos para prescindir do apoio de uma ou outra ‘mão portadora’, houve inclusive casos de líderes que procuraram integrar-se burocraticamente no já moribundo ‘homem enfermo do oriente’, estudando direito e legislação em Istambul, nunca se sabe, e o Império Otomano poderia sobreviver.

Porém, é importante ressaltar que, entre as correntes dentro do sionismo, havia uma de cunho progressista, Isaac Akcelrud nos remete a uma “opção anticapitalista” (AKCELRUDP, 1984, p.54), formada por operários, sindicalistas, tolstoianos, internacionalistas panfletários, bundistas (do partido Bund). Eles podiam tranquilamente fazer a América, onde a população judaica crescia em tamanho e influência, sem passar pelo trabalho, pela aspereza de uma terra onde, sem dúvida, eram uma comunidade minoritária e menos importante, porém, na perseguição de uma utopia social, preferiram ir à Palestina, fazer da Palestina seu lar e pôr em práticas seus sonhos igualitários.

O problema, segundo a análise de Said, exposto na obra *A questão da Palestina*, foi que esses idealistas deveriam, eles próprios, fazer tudo, pois não queriam explorar população alguma, e onde “não circulava dinheiro não havia polícia, nem cadeia, nem sinagoga, nem rabino. Todo poder pertencia à assembleia democrática” (AKCELRUDP, 1984, p. 54). Todavia, suas comunas rurais igualitárias, os *kibutz* (as primeiras da história, antes até mesmo da revolução russa), tornaram-se tão fechadas em si mesmas que, ao não

admitirem a exploração de outros, com o tempo seus escrúpulos se tornaram barreiras, e as benesses advindas de um trabalho comunitário, onde tudo girava em prol do social, ficaram restritas a seus próprios habitantes e aos de sua origem, e, com o recrudescimento de um estado de guerra interna e externa entre árabes e judeus, tais comunidades se fecharam mais ainda, o particularismo do gueto em outra forma, triste ironia, de novo!.

Consideramos que, a partir daí, nas guerras que sobrevieram, é que realmente, ergueu-se um muro de intolerância, a cada litigante morto, guerreiro ou vítima civil, mártires se construíram, e o estado democrático compartilhado, que seria, em nossa opinião, o mais viável e sensato, ficou cada vez mais distante: “No banho de sangue que se seguiu os parentes e descendentes de mártires sionistas bateriam no peito orgulhosos desses sacrifícios pessoais, exatamente como fazem hoje os parentes dos mártires palestinos” (FINKELSTEIN, 2005, p. 16).

Apesar de a História não se repetir integralmente, não discordamos de Marx²⁹, porém, ela, a História, ironicamente, como é construída por protagonistas humanos – que, a um momento, podem ser os sujeitos ativos da ação histórica – que é irremediavelmente e sem escapatória ação de um coletivo (grandes homens nada realizam sozinhos). Em outros momentos, esses mesmos sujeitos, ativos anteriores, podem se tornar as vítimas passivas; temos exemplos bem claros disso ao término do último conflito global. Isso em um curto espaço temporal, repetindo-se a patologia, só que, em sentido contrário, e achamos que, em muitos aspectos, no conflito entre os judeus e os árabe/palestinos, isso ocorra novamente, com a diferença que as comunidades árabes da palestina nunca ‘perseguiram ou segregaram os judeus’.

Sintetizando, as vítimas de ontem podem, em muitos aspectos, se tornar os algozes de hoje, e isso pode ocorrer em um processo que se dá mais no nível inconsciente, não sendo, portanto, percebido, do que no consciente, pois o discurso trabalha e comunica também desse modo, muito mais dentro da esfera do implícito e do subliminar do que no explícito e escancarado.

A mutação acontece sem os participantes a perceberem, e tendemos a pensar que essa transformação seria inaceitável se tivessem consciência disso, pelo menos para uma boa parte dos participantes de tal processo, pois, assim como o velho Conde León Nikolaiévich Tolstoi (TOLSTOY, 1910, p. 25), cremos que existe e arde em cada indivíduo humano uma centelha divina, inerente a ele, e que o faz, a princípio, bom (bem no princípio,

²⁹ Apesar de consideramos que interpretam mal a taxativa dele, pois se referia especificamente ao arremedo de apoteose de Lui Napoleão imitando o tio ilustre.

ou no fundo, muito no fundo em alguns!). Embora suponhamos, devido às atitudes de muitos seres da nossa espécie, que estes tenham tomado muita chuva, e, com isso, a centelha divina neles tenha se apagado ou, numa melhor hipótese, tenha se atenuado, é uma ‘*explicação climática*’ e uma desculpa, afinal.

A outra alternativa para a enormidade de absurdos praticados por muitos poderia a nós, deixar explícito, aí de forma bem clara, que alguns seres humanos nem mereceriam ser assim classificados. Mas ainda temos muito respeito por tudo que cremos encontrar-se simbolicamente dentro dos verbetes ‘humano’ e ‘humanidade’ e todo o sentido que essas palavras evocam, e devemos/temos de crer que o melhor é possível, e quem sabe a centelha divina possa, de alguma forma, em algum momento, acender-se de novo, para isso é preciso procurar, produzir se necessário for, o fósforo e estar disposto e preparado para acendê-lo, Tolstoy morreu crendo nisso, talvez tenhamos a sorte do velho mestre, e acreditar sempre, apesar de tudo, na possibilidade do melhor acontecer.

Segundo Akcelrud, haveria, no início do século XX, um ‘sincronismo judeu/árabe’, pelo menos entre as corrente progressistas e internacionalistas de ambos os lados, isso é realmente verificável por esse período em muitos pontos, Akcelrud cita Mohamed Heikal, amigo de Nasser, ex-diretor do *Al Haram*, jornal do Cairo, que afirma, entre outras coisas:

Em 1925, foi fundada a união dos trabalhadores árabes com a ajuda da ‘*Histradut judaica*’. Os melhores elementos pensaram driblar o exclusivismo nacional com a tática de organizações separadas, mas unidas estrategicamente na luta comum. O *mufi* de Jerusalém, futuro aliado de Hitler, venceu a disputa pelo controle do sindicato. Após os distúrbios de 1929, os trabalhadores judeus e árabes criaram uma fraternidade operária para conclamar a ajuda mutua e a luta contra o ‘veneno do ódio racial’. O governo inglês suprimiu a organização, alegando que há razões para acreditar que seus membros se entregarão a atividades destrutivas. (HEIKAL *apud* AKCELRUD, 1984, p. 56)

Apesar de Edward Said desconhecer, ou conscientemente omitir isso e muito mais, talvez devido às suas próprias inclinações ideológicas ou imperativos estratégicos intelectuais, já que produzia e lecionava nos EUA, e durante toda a sua vida tentou angariar a simpatia da opinião pública norte-americana para a questão e os sofrimentos dos árabes palestinos, sabedor de que, se demonstrasse simpatia, ou, se achassem que tivesse qualquer afinidade com a esquerda e o comunismo, no país do Macarthismo, poderia lhe ser e à sua causa, muitíssimo prejudicial, ele admite: “A oposição palestina em Israel dependia, em primeiro lugar das corajosas iniciativas do Partido Comunista com membros judeus e árabes” (SAID, 2011, p. 148), e isso nos idos de 1950, anos depois da proclamação do estado de Israel (1948), e mais longe ainda dos primeiros internacionalistas, membros da *Histradut*, ou do

Hashomer Hatzair (jovem guarda), procurarem ampliar uma ação conjunta com grupos de vanguarda árabes contra os britânicos.

Bem, sabemos que com o tempo as tendências reacionárias, em ambos os lados, pareceram levar a melhor, devido às escolhas estratégicas e aos imperativos que um mundo então bipolar exigia, num planeta onde um dos dois lados deveria ser impreterivelmente escolhido, mas isso não mais existe, quiçá o ‘sincronismo antigo’, que existiu entre essas comunidades (utilizadas pelos imperialismos, fossem estes de esquerda ou direita, na época da Guerra Fria), possa iniciar de novo, mesmo que timidamente de alguma maneira, e hoje talvez árabes e judeus consigam escolher o seu próprio lado ao optarem pela Paz!

2.2 SIONISMO POLÍTICO: DA IGUALDADE FRACASSADA NA EUROPA AO ATIVISMO NA PALESTINA

*E chegaras até defronte dos filhos de Amom:³⁰ não os molestes, e com eles não contendas: ‘porque da terra dos filhos de Amom não te darei herança’, porquanto aos filhos de Ló a tenho dado por herança
(Deuteronomio Cristão; Dvarim Judaico)*

Bem antes de tudo isso, concomitante ao Iluminismo no final do séc. XVIII, surgia também a ‘Haskalá’, ou Iluminismo judaico, que, em seu arcabouço, continha ideias de integração fraterna entre os indivíduos, a futura Revolução Francesa e seus ideais igualitários pareciam ser a solução para a discriminação e os preconceitos dos homens para com os homens. Também, de um vindouro governo igualitário de cidadãos suplantando o antigo regime e apontando um futuro melhor para todos, independentemente de etnia, credo ou riqueza, a restauração e a santa aliança cedo terminaram com esses sonhos, e a realidade dos *pogrons* na Europa ortodoxa dos Czares se fez logo sentir novamente.

A expressão anti-semitismo é anotada em 1879 por Wilhen Mer ao dar nome e classificar um fenômeno bem antigo em terras europeias. Ainda surgiriam outras ideias de pensadores sociais como Karl Marx e Arnold Tonybee, que “Consideravam o

³⁰ Terra dos filhos ‘de Amon’, os descendentes de Ió, sobrinho de Abraão, segundo Mckenzie (2011, p. 31), a sua região corresponderia quase aos limites atuais do Reino Jordaniano, tendo ainda hoje sua capital ‘Ama’, um nome que denotaria a origem amonita, parece que as guerras não muito ferrenhas entre os dois estados no século XX, e uma relação em que muitos analistas sintetizariam, quando afirmaram que o “rei Abdula da Transjordânia” seria o melhor inimigo que o estado de Israel poderia ter, nos faz concluir que, pelo menos aí, a Torá, a lei religiosa judaica, foi de certa forma obedecida, e os primos nunca se antagonizaram tão ferrenhamente assim.

antisemitismo um fenômeno passageiro, condenado a desaparecer tão logo o mundo tivesse se libertado dos últimos vestígios dos preconceitos medievais” (TSUR, 1976, p. 8).

Na França o caso Dreyfus reacendeu a antiga chama do ódio racial que se imaginava (pelo menos por uma parte da intelectualidade judaica) em vias de total extinção, Alfred Dreyfus, o único oficial judeu do Estado-Maior do Exército francês foi acusado de traição, condenado sem provas e “injustamente degradado” (MASSOULIÉ, 1996, p. 49). Embora pertencente a uma família alsaciana de antiga cepa, que tinha optado pela França depois de 1871, ele jamais conseguiu ultrapassar o posto de capitão. “Preso, em seguida julgado por atentado à segurança do estado, foi condenado à prisão perpétua, ainda que nenhuma prova concludente pudesse ter sido estabelecida” (TSUR, 1976, p. 31).

Theodor Herzl, “o arauto do Estado, considerado o fundador do sionismo político” (MASSOULIÉ, 1996, p. 49), e originário do império austríaco, da então tida como emancipada e esclarecida Viena, era um jovem jornalista judeu que se encontrava na França por aqueles tempos e se comoveu com o caso. “Trancafou-se em seu quarto de hotel (hotel de Castile, rua Cambon, no bairro de Madeleine) e escreveu, em umas poucas semanas, um panfleto intitulado O Estado Judeu” (TSUR, 1976, p. 32). Esse panfleto (*L'État des juifs*), editado em 1896, foi marco do movimento sionista na Europa, com seu primeiro congresso em Basileia (1897), muito embora identifiquemos outros movimentos mais ao leste como o *Hovevei Sion* (amantes de Sião), que realiza seu primeiro congresso antes, em 1884, em Katovice (ZOHAR, 1967, p. 34).

François Massoulié apresenta o sionismo como um movimento político, integrado na Europa da segunda metade do século XIX, partidário da emancipação coletiva da comunidade judaica. Esse caráter estratégico-laico do movimento será fortemente criticado, sobretudo pelos religiosos ortodoxos, e manterá o sionismo como movimento minoritário pelo menos até a primeira década do século XX. Em 1911, estas comunidades coletivistas – os Kibutzim – são inauguradas, formando, a partir de então, “A espinha dorsal da implantação sionista na Palestina” (MASSOULIÉ, 1996, p. 47).

É importante destacar que as terras dos primeiros ‘assentamentos sionistas’ na palestina foram em boa parte compradas de proprietários absenteístas árabes com fundos próprios, desde muito tempo aristocratas europeus de ascendência judaica, como Sir Moses de Montefiore e o Barão Edmond Rothschild, patrocinavam a compra de terras para seus desafortunados irmãos na Palestina. Houve assentamentos agrícolas judaicos patrocinados por aristocratas inclusive no sul do Brasil, na região da atual cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul.

Esclarecemos que preferimos utilizar ‘assentamentos’ e prescindirmos do termo ‘colônias’ para esse período inicial de estabelecimento judaico europeu na região, pois seu sentido atual dentro do contexto do conflito israelo/árabe palestino se refere a terras que consideramos inequivocamente pertencentes ao povo palestino, ou seja, são expropriativas deste. Escolhemos para esse espaço temporal a utilização apenas do termo ‘assentamentos’ devido à alegada ‘legalidade desses núcleos iniciais’; contestados ou não, as transações e seus pagamentos foram realizados, e a documentação referente a essas transações existiu; portanto, não nos sentimos com capacidade de discutir a sua validade, que consideramos estar no âmbito do direito internacional.

Apesar de a palavra ‘colônias’, nesse período, não abranger somente o significado mais geralmente representado ‘nos dias atuais’, conotando a colonização sobre uma região inerentemente pertencendo a outrem, ou seja, uma ação intrinsecamente de cunho imperialista. No Extremo Sul do país, ainda hoje o termo ‘colônias’ se refere apenas a áreas rurais, de produção agrícola, e ‘colonos’ é um designativo aos habitantes desses lugares. A ‘colônia’ era (lá ainda o é) esse local de produção, e em muitíssimos casos não pré-habitado anteriormente, a exemplo das colônias italianas na Serra Gaúcha, região composta de imensos ‘perais’, precipícios, onde os imigrantes italianos foram, no final do século XIX, ‘assentados’ para fazer a América³¹.

Às vezes, ou quase sempre, só a experiência proporcionada pela ‘penúria’ dos primeiros tempos resultará num desenvolvimento real e sustentado, como Eduardo Galeano já notara em “As veias abertas da América Latina”, onde explicita, em uma passagem, sua opinião sobre a ‘importância de nascer pequeno’, como nasceram as treze colônias do norte (futuros EUA), diversas dos grandes e ricos vice-reinados espanhóis. Hoje em dia não é necessário ser especialista para saber qual região é mais desenvolvida.

Depois desse pequeno ‘adendo’, voltemos a como se formaram os assentamentos de que trata nosso trabalho. A Organização Sionista Mundial, criada em 1920, e a Agência Judaica, fundada por Weizmann em 1928, também tratavam de angariar fundos para compra legal de terras; porém, muitas vezes os proprietários árabes, verdadeiros senhores feudais delas e, em sua imensa maioria, moradores de cidades litorâneas como Beirute, vendiam propriedades habitadas sem nem ao menos informar os desafortunados que

³¹ E realmente fizeram, construíram sua Mérica, em meio a esses imensos abismos e kanyons (entre eles, Itaimbenzinho, o segundo maior do continente), nem tribos indígenas formavam aldeamentos perenes na área, os sítios que encontramos são na maioria pré-históricos. Lecionei e pesquisei na área, que atualmente é a região de maior progresso econômico do RS, suplantando em muito a parte meridional do estado, outrora de esplendor, proporcionado pelas fortunas provenientes da pecuária e do charque.

trabalhavam e eram explorados juntamente com suas famílias por esses membros das elites árabes.

Essa especulação em alguns casos se mostraria também passível de fraudes, pois o código de terras turco era recente, só datava de 1858³², e, a partir dessa data, muitos desses ‘proprietários registraram terras que não lhes pertenciam’, alargando suas posses e depois vendendo-as aos sionistas, situação essa que piorará com a queda do Império Otomano e o vácuo de autoridade que lhe sucedeu. Apesar disso, e dos problemas inerentes a várias dessas transações que ocorreram, a área dos núcleos e assentamentos iniciais judaicos na palestina eram juridicamente legais até início da década de 1940, sendo regulados pela “lei Britânica de transferência de terras na Palestina de 1940” (TSUR, 1976, p. 101), que tenta delimitar as novas aquisições para os assentamentos judeus. Com a declaração de independência de Israel, em 1948, e principalmente devido à guerra que sobreveio, o que ocorrerá, sob nenhum aspecto, é justificável ou defensável, está no âmbito da expropriação ilegítima e injustificável.

Para Massoulié, o sionismo se desenvolve no contexto do pós-guerra e do retalhamento das províncias árabes do Império Otomano tombado, e sempre à sombra de uma grande potência ocidental, e, a partir daí, de maneira mais agressiva que aquela inaugurada anos antes.

A Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, tornará público o apoio que o governo inglês dá à organização sionista, pois “Promete criar na Palestina um lar nacional para o povo judaico” (MASSOULIÉ, 1996, p. 52-53). Essa declaração, na mesma medida em que contradiz a promessa feita aos nacionalistas árabes de criação de seu reino, em troca do apoio destes à derrubada Otomana, atesta a dubiedade e o pragmatismo inglês, agora interessado na posição estratégica da região (dada a proximidade desta com o Canal de Suez) e no avanço territorial relativamente à França.

³² Preferimos não indicar nenhum endereço específico, pois todos os autores pesquisados fazem alusões panfletárias a um ou outro lado; porém, é possível verificar facilmente, através da internet (Google), pelo título: código de terras turco/otomano de 1858, que há *sites* que o utilizam e o transcrevem em partes, tanto de defensores dos sionistas, quanto de palestinos, os primeiros completamente convictos de que compraram legalmente as terras dos primeiros assentamentos, e os segundos convictos também de que foram roubados, em nossa opinião ambos estão ‘corretos’, em nosso entender, quem agiu com má-fé real foi quem registrou como suas terras que não lhes pertenciam e as vendeu, sem dar nenhuma satisfação a seus moradores e aos produtores rurais, pequenos campesinos que delas retiravam o sustento seu e de suas famílias. A realidade, como sempre, não se encontra nem em um extremo nem em outro das convicções, mas é mais uma mescla das duas, e o paradoxo aí é que, mesmo as duas versões sendo verdadeiras, os professantes e defensores delas, por não procurarem entender a outra e seus argumentos, somente desclassificando estes, assumem uma postura sectária, e, neste vestir de roupa (o sectarismo excludente), invalidam o que poderia ser imensamente ‘salutar’ para a confecção de um novo modelo para a compreensão da questão, onde os dois lados são sujeitos ativos, porém também foram (e são) ‘passivos’ de ações que lhes escaparam (e escapam) o controle; “conhecereis a verdade e esta vós libertará” (Bíblia cristã, livro de João, 8:32).

A partir de 1922, a Grã-Bretanha se torna mandatária sobre a região Palestina, a imigração judaica se desenvolve atendendo ao plano dos sionistas de povoamento da região que, contrariamente a todos os demais mandatos, não concede a seus habitantes o direito à autodeterminação; nesse momento, isso é favorável ao projeto sionista, o número deles na área ainda não poderia garantir-lhes uma proeminência e isso comprometeria seus planos. É projeto inglês estabilizar a população judaica da Palestina em algo próximo de um terço da população total. Assim será até a iminência da Segunda Guerra Mundial, quando os interesses britânicos passam a dificultar a entrada de judeus provenientes da Europa.

Akcelrud distingue três diferentes levas migratórias: os judeus da Europa Oriental, que chegaram à Palestina como pioneiros e voluntários; os da Europa Ocidental, que desembarcaram às escondidas como refugiados; e os condenados pelo nazismo ao extermínio, os quais ninguém queria acolher, como revelou a ‘Conferência de Eviã’. “A política inglesa de apaziguamento de Hitler fechava as portas da Palestina aos judeus, ajudando a propaganda nazista no Oriente Médio. Começa então nova epopéia, a imigração clandestina, a *haapala*”. (AKCELRUD, 1984, p. 61).

Lotfallah Soliman, discutindo os critérios utilizados pela agência judaica e pela organização sionista para a concessão de vistos de imigração à Palestina (a emigração de judeus da Alemanha no período inicial do hitlerismo é livre), constata que, na realidade, suas preocupações eram “menos salvar judeus que salvá-los com seus capitais” e, sobretudo, levar para a Palestina apenas ‘material humano’ (a expressão é de Bem Gurion) que, “segundo certos critérios políticos de idade e de formação, pudesse contribuir para a edificação de um Estado” (SOLIMAN, 1990, p. 85).

É nesse contexto que se realiza o acordo de “*Havaara*” entre a agência judaica e o regime alemão, acordo comercial que levava, apesar das críticas³³, a salvo alguns milhares de condenados ao extermínio na Europa para a Palestina e tão somente a ela, outro destino não interessava de nenhuma maneira aos dirigentes do ‘*Ischuv*’, a comunidade judaica na Palestina. Apesar da possibilidade de imigração para outros países, paulatinamente essas portas se fecharão, como demonstrará a conferência de Éviã de 1938, poucos queriam aceitar os condenados ao extermínio na Europa.

³³ Que são feitas, principalmente, porque, no período inicial do hitlerismo, a imigração judaica era livre, retendo-se seus capitais, com o acordo, estes poderiam levar o capital, em forma de compras nas indústrias alemãs (sendo as negociações realizadas entre os órgãos oficiais sionistas), apenas para a Palestina. Parece que o motivo humanitário, desse acordo, encontra-se nitidamente ligado ao ‘capital que os candidatos à imigração possuíam’, talvez o interesse em salvar os capitais estivesse no mesmo parâmetro que o de salvar vidas, senão maior, a *Raison D’Etat* sempre falaria mais alto.

As transações decorrentes do Acordo de Haavara se realizarão, principalmente, na forma de troca de compras no parque industrial alemão com o próprio dinheiro dos beneficiados, retido na Europa pelos nazistas, e:

Uma sociedade fiduciária, o *Havara Trust and Transfert Office*, é criada sob a égide do Anglo-Palestinian Bank. Tem por função gerir os interesses dos judeus candidatos a imigração e negociar com exportadores e industriais alemães. O montante das transações é fixado em três milhões de marcos, com possibilidade de renovação. (SOLIMAN, 1990, p. 82).

Tanto maquinário adquirido nas negociações quanto o “material humano”³⁴ iriam direto para *Eretz Israel*, a Terra de Israel (não admitindo-se outro destino senão este), auxiliar na consecução do objetivo estatal, sempre em primeiro lugar. As transações que iniciaram em 1933 chegaram a 37 milhões de marcos e só findaram em 1939, com o início da guerra.

É interessante destacar que, no boicote comercial contra mercadorias produzidas na Alemanha hitlerista, iniciado desde 1933 nos EUA e que se estendeu a outros países do Ocidente, com apoio de comunistas e judeus de vários setores, a Agência Judaica e seus principais líderes se posicionam contra.

Paradoxal e curioso que “De todas as personalidades marcantes do sionismo, somente Jabotinsky se insurge abertamente contra a decisão da organização” (SOLIMAN, 1990, p. 80), ele que ideologicamente era fascista. Porém, pelo que se pode notar, era somente admirador do regime Italiano, e não vinculado aos acordos e alianças que este realizou (Eixo), a ponto de um pragmatismo que poderia demonstrar-se autodestrutivo, ou mesmo suicida, se a guerra que sobreveio não tomasse os rumos que tomou, e, mesmo assim, lá pelos idos de 1943, em Stalingrado, ou seja, no meio do conflito, com a grande ofensiva soviética, essa a verdadeira causa da derrocada Nazista.

Tudo poderia ter sido diferente, e o pragmatismo do *Ischuv* e da Agência Judaica poderiam ser encarados hoje bem diversamente, mais como um crime que como uma escolha estratégica ou a melhor opção do momento, mas o ‘Senhor Destino’ e principalmente os ‘Russos’ conspiraram a seu favor (do *Ischuv*) na condução dos rumos da guerra.

Para Soliman, a questão ideológica fundamental parece clara: construir um Estado judeu para – e só para – o povo judeu. A prática terrorista se intensificaria há mais ou menos seis meses do fim do mandato britânico (ocorrido em 15 de maio de 1948), e atesta,

³⁴ Expressão de Bem Gurion.

além da desigualdade militar notória (pelo menos em relação aos palestinos), a intenção *a priori* de estender as linhas de fronteira expulsando e/ou dizimando a população autóctone.

Infelizmente ocorreram ações de extrema violência que corroboram as análises de que foram planejadas racionalmente, não sendo apenas contingências de um estado de guerra. Cattan (1987) e Soliman (1990) relatam o massacre de Deir-Yassin, ocorrido em 10 de abril; conforme Cattan, tal acontecimento situa-se dentro de um “Esquema habitual de ocupação” (CATTAN, 1987 p. 129). O episódio em questão se refere à matança da quase totalidade da população de uma aldeia isolada que, atacada à noite, não mostra sequer resistência, à barbárie particular a esse evento; e o fato de ele ter sido empreendido pelo *Irgun*, grupamento paramilitar, autorizaria o discurso autodefensivo das forças oficiais israelenses (*Haganah*) quanto a seu ‘não’ comprometimento com o ocorrido.

Soliman (1990), contudo, refutando a teoria do consentimento a contragosto do *Haganah*, cita a correspondência de seu comando enviada aos líderes do *Irgun* e do *Lehi-Stem*: “Gostaria de atrair sua atenção para o fato de que a tomada de Deir-Yassin está incluída em nosso plano geral. Não faço nenhuma objeção a que o senhor se encarregue desta ação, desde que esteja em condições de manter o lugar” (SOLIMAN, 1990, p. 130).

Muito embora atualmente só o massacre perpetrado pelo Yrgun seja lembrado, milícias árabes revidam com o mesmo barbarismo, a 13 de maio, e “massacram os habitantes do *Kibutz Kfar Etzion*” (MASSOULIÉ, 1996, p. 63), a partir daí, de lado a lado se perpetuam as matanças, não há como deixar de admitir isso.

A repercussão desse acontecimento na aldeia Deir Yassin vai comprometer a tão propalada Pureza das Armas Judaicas – *Tohar Haneshk* – e a porá em questão no futuro, quando se iniciará, por parte do Ocidente, um olhar mais atento e crítico quanto a justiça dos atos de Israel e questionamentos sobre os direitos das populações árabes da Palestina. Por muito tempo o Ocidente se recusou a enxergar essas populações e suas penas, e ainda hoje muitos em Israel e fora dela apelam para qualificações de anti/semitismo ou se utilizam do *marketing* em cima da *Shoá* para fazer calar ou desqualificar quem chama atenção para atos de força desmedida, desnecessária ou mesmo desumana praticados contra árabes palestinos.

Muito embora tais atos e excessos de lado a lado (não esqueçamos, só para exemplificar, de quando o Grande *Mufti* de Jerusalém, Hadj Amin, jogava as multidões muçulmanas contra judeus, causando massacres destes) tenham ocorrido e ocorram ainda, é inegável, não há como ser ingênuo quanto a esses assuntos, sob a pena de auxiliar, como espectadores passivos e omissos, um jogo que prejudica e tem matado milhares de seres humanos.

Alguns dos que denunciam as desumanidades cometidas por forças israelenses muitas vezes querem que tais casos ocorram. São tendenciosos e demagogos e utilizam-se desses ocorridos para detratar Israel, sendo sua glória, como quem diz: ‘Viu, esses judeus não prestam mesmo’, sentem-se corroborados em suas frases de preconceito, e há também os que são realmente anti/semitas e sob nenhuma circunstância ou aspecto desejam a paz entre israelenses e árabes, afinal, ambos seriam em sua origem semitas e, enquanto continuarem se matando mutuamente, farão na verdade seu serviço, realizarão sua meta: acabar com ambos.

A informação séria é fundamental, mas é necessário a realização da análise crítica dessas informações para que vire conhecimento real elucidador. “Segundo alguns sociólogos, hoje vivemos numa sociedade do conhecimento, ou sociedade da informação, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos” (BURKE, 2003, p. 11).

Portanto, todo cuidado é necessário para não virarmos massa de manobra nas mãos de disseminadores de informações a serviço de interesses muito próprios, os quais não estão ligados aos conceitos de nação ou soberania, nem os defendem, a não ser quando os interessam, quando lhes dá lucro, e esses muito menos são internacionalistas no sentido socialista.

Os dois modos de visão de mundo e também de ação (nacionalismo e socialismo internacionalista), embora ideologicamente antagônicos, quando se batem irrefletidamente, na realidade fazem o jogo do Grande Capital e de seus donos, que pouco se importam se quem morre é de sua religião ou povo. Na verdade, para tais o mundo é um parque de diversões, e os seres humanos brinquedos dos quais se pode extrair ganhos.

Esses jogadores do tabuleiro de xadrez global são internacionais e muito internacionalistas sim, mas no sentido de seus interesses, Estados-Nação, governos e uma população culta e politicamente atuante no sentido da preservação de seus interesses e direitos sociais conquistados em época de concessão (mais por medo de reviravoltas sociais que pelo senso de justiça das elites políticas), ou a conquistar, são entraves a seus lucros e às suas manipulações.

O discurso está presente em ambos os lados, e muito mais, em lados que preferem não aparecer de jeito nenhum, são atores, sujeitos partícipes do que ocorre; porém, preferem, precisam permanecer incógnitos, para manipularem melhor, para usufruírem mais de seus interesses, pois serem descobertos poderia tirar-lhes a vantagem de manipulação sobre a opinião dos demais, de poder sobre os demais, apoderando-se da direção dos acontecimentos a partir das sombras. Segundo Foucault: “O discurso não é simplesmente

aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2000, p. 10).

Nesse sentido, há mais por trás do conflito israelo/árabe do que os beligerantes que aparecem, as lutas políticas que se travam, ou mesmo as visões de mundo que parecem tão antagônicas, mas, na realidade, são discursos que mascaram e servem a interesses que nada têm a ver com a causa ou com os dos povos que sofrem com a guerra endêmica na região.

Perguntamos se ainda é possível existirem indivíduos bem informados, porém ingênuos o suficiente para achar que os bilionários sauditas³⁵ estão preocupados de verdade com a causa e o sofrimentos dos palestinos, tanto os de Israel quanto os que trabalham para eles em seu próprio território na Península Arábica, em empregos que os seus cidadãos (entenda-se súditos) não querem e nem trabalhariam por acharem indignos. Explorar uma mão de obra de desterrados é mais interessante, porém não está livre de problemas para os exploradores, como se sabe; não por tempo indefinido!

Há também quem creia que capitalistas judeus americanos ligados à indústria armamentista, petrolífera ou financeira com interesses estratégicos na área choram e se remoem de dor por israelenses mortos em atentados; talvez haja algum que chore sim, exceção para confirmar a regra de que choram, morrem e matam, mas por seus lucros somente, sua força e, ao mesmo tempo, sua fraqueza extrema.

Atualmente, mais do que nunca, devido à massa de informações com a qual somos bombardeados, é necessário distinguir, processar e transformar a informação crua em conhecimento real, desmistificador. “Também precisamos distinguir entre conhecimento e informação, ‘saber como’ e ‘saber o quê’, e o que é explícito e o que é tido como certo” (BURKE, 2003, p. 19).

Recusar posturas ingênuas é preciso, mais que isso, fundamental, e todo cuidado é necessário, pois agora está em voga a difusão, para calar os mais atentos e desconfiados, da seguinte tese: ‘ele crê em teorias da conspiração, coitado!’ Isso também é discurso que serve a interesses, é preciso e extremamente necessário cuidar da ordem do discurso, a quem se direciona, e talvez a parte mais difícil, descobrir quem o proferiu inicialmente, onde realmente teve origem, a quem serve, pois esses geralmente se encobrem por trás de uma nevoa protetora difícilíssima de descortinar.

³⁵ Pois muito dinheiro saudita para lá foi deslocado, “recursos de Riad”, como escreve Alexandre Roche (1992, p. 209).

Nenhum ator internacional, seja do tipo que for, age, interfere ou opina sobre os conflitos no Oriente Médio desinteressadamente ou por causas exclusivamente humanitárias, assim como dizia o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, “em política nada acontece por acidente, se alguma coisa acontece, você pode ter certeza que foi planejado” (VISENTINI, 2012, p. 158), e não temos dúvidas de que os planejamentos políticos projetados sobre o Oriente Médio sempre procuraram satisfazer a interesses que pouco tinham a ver com os dos seres humanos que sofriam e sofrem com uma guerra perpétua, e ainda hoje é assim.

A tragédia de Deir-Yassin é inegável, pois foi atestada por inúmeras fontes ligadas ao próprio governo israelense; porém, sem eximir a política oficial israelense da corresponsabilidade, devemos destacar que as duas forças sionistas que realizaram atos como esse (e terroristas também quando do mandato britânico) foram o ‘*Irgun* e o *Stern*’, duas facções de extrema direita que foram desintegradas logo em seguida à estruturação do estado, o *Irgun*, de Beguin, discípulo de Jabotinsky (de inegáveis inclinações fascistas), foi a *manu militari* e não sem antes entrar em conflito com a ‘*Haganah*’, base do futuro exército regular, precursor do ‘*Tsahal*’, que unificará todas as armas.

Porém, tanto essas tendências como também suas lideranças não sumiram, foram para o jogo político constituindo-se em partidos (ex: o *Likud*), que hoje detêm uma massa eleitoral muito grande em Israel e que, junto com os partidos religiosos, constituem atualmente os principais obstáculos na real busca da paz, vale citar, para melhor entendimento do quadro do atual Israel, que já foram governo inúmeras vezes.

Quanto à ideologia dos principais dirigentes do movimento sionista, Lotfallah Soliman afirma: “Basta examinarmos detidamente para constatar que entre os três grandes sionismos políticos pós-Herzeliano, Weizmann, Ben Gurion e Jabotinsky, não havia nenhuma divergência quanto aos objetivos” (SOLIMAN, 1990). Apesar das declarações conjunturais de uns e de outros, apesar das acusações recíprocas, todos os três eram ‘Estadistas’ e todos os três, em graus diversos, pretendiam fazer de toda a Palestina o Estado do ‘povo judeu’ de volta à ‘terra que era dele’.

E com tal objetivo todos concordavam, todos queriam a volta à pátria ancestral, mitológica, bíblica, uma nação de glórias, mantida viva em suas mentes por séculos de orações sempre a repetir “Ano novo em Jerusalém”, mesmo que essa pátria não mais existisse também a séculos, que importava, afinal estava viva em sua história, em sua narrativa como povo da diáspora, e podiam, deviam recriá-la, “História é recriação, e o historiador é o mediador, o conduto dessa recriação” (DOSSE, 2001. p. 51).

Nesse sentido, todos os líderes sionistas, das diversas correntes, sentiram-se como historiadores realizando um fazer histórico aplicado, materializado, construtores, erguendo, ou melhor, recriando a pátria de seus ancestrais, mesmo que aquela recriação não fosse o ‘recriar’ de nada que realmente houvesse existido, mas sim um fenômeno totalmente novo e fruto das condições muito peculiares que estavam dadas pelo século XX.

Porém, nem sempre fora assim. No início do movimento à região, o local para o estabelecimento do núcleo estatal esteve por vezes em aberto, em discussão, o discurso que fazia da ‘palestina uma terra sem povo para um povo sem terra’, conclamando os judeus para lá, nem sempre foi o único. Tanto que, durante a vida de Herzl, ele próprio pela via das conversações diplomáticas, tentou encontrar um pedaço, qualquer que fosse da superfície terrestre, onde pudesse estabelecer “um lar nacional, núcleo de um futuro estado independente” (MASSOLÍE, 1996, p. 49). Seria um estado que poderia oferecer segurança e amparo em termos de um interlocutor constituído para uma população espalhada e sem representante legítimo perante outros governos.

Herzl entrara em contato com o sultão otomano e o kaiser alemão, não tendo sucesso, foram cogitadas Chipre e uma área na Argentina; porém, em 1903 Londres oferece Uganda (como se lá também não houvesse uma população autóctone). O congresso sionista aprova, por pequena maioria, a proposta, a rejeitando imediatamente após a morte de Herzl em 1904, afinal não haveria sentido um sionismo sem Sião, é ‘o fracasso provisório da via diplomática do sionismo’ seguida por Herzl e continuada por Chaim Weizman, futuro presidente do estado de Israel; porém, a predominância de agora em diante será dos sionistas práticos e de suas ações objetivas.

Em Said (2012, p. 9), há referências, e essas bem plausíveis, visto serem do diário de Herzl, de que este preferiria e planejava a Palestina como o destino e objetivo do sionismo. Sim, não discordamos de que qualquer líder do movimento a preferiria, por inequívocas razões que não precisam ser repetidas. Porém, é interessante destacar que, enquanto viveu ele, o líder inquestionável do sionismo, aventou seriamente outra possibilidade, de outra área (Uganda), e esta foi colocada em votação como projeto e “aprovada pelo congresso sionista em 1903” (MASSOLÍE, 1996, p. 49).

As observações de Said acerca do diário de Herzl quanto à população árabe da palestina³⁶ são de 1895 (SAID, 2011, p. 15); portanto, oito anos antes. Nesse período,

³⁶ Herzl observa, em seu diário, que o movimento Sionista teria de estimular a população ‘pobre da palestina’ a cruzar a fronteira, em busca de emprego em ‘países de trânsito’, e isso seria conseguido se lhe fosse negado

certamente muita coisa foi se transformando na cabeça do líder sionista, ou porque teria posto a proposta em votação, e conseguido aprová-la, uma proposta que a maioria hostilizava, sendo tal aprovação sem dúvida conseguida somente por prestígio dele, visto ser por extrema minoria, e descartada logo após sua morte, em 1904.

Mesmo nessa época uma considerável, e, muitas vezes, influente parcela da comunidade judaica, criticava o projeto por continuar fiel à “[...] idéia de uma emancipação pessoal no contexto dos países onde moram, e acusavam os sionistas, com seu projeto de ruptura com o Ocidente, de fazer o jogo dos anti/semitas” (MASSOULIÉ, 1996, p. 48), a corrente socialista dentro do sionismo pregava essa ruptura. Havia também a vertente que pregava ‘o sionismo cultural’ de *Ahad Haám*, a qual afirmava que Israel deve tornar-se um refúgio para o judaísmo, para a cultura judaica; nesse sentido, “é preciso não tanto preparar a terra para o povo, mas o povo para terra” (MASSOULIÉ, 1996, p. 49).

Para François Massoulié, o movimento nunca esteve completamente unificado e encontrava-se dividido mesmo quanto aos objetivos básicos. Ele contesta a unidade do movimento antes de tragédia sob o nazismo: “[...] dos *pogrons* de odessa (1881) até auschwitz, o sionismo adquiriu uma trágica legitimidade” (MASSOULIÉ, 1996, p. 48), e só a partir daí é que as diversas tendências deixaram suas diferenças por hora de lado, por uma luta em comum.

No entanto, podemos deferir que – apesar do mosaico ou colcha de retalhos que, em muitos aspectos, o movimento era, assim como o judaísmo europeu (controvérsias nunca lhe faltaram), pelo menos em sua veia política –, o objetivo era claro: só a constituição do estado era realmente importante e fazia diferença para os judeus.

De qualquer forma, com o panorama proporcionado pela afirmação do nazismo e pelo fortalecimento do sentimento anti/semita, o sionismo político aparecerá como uma alternativa aceitável, e para muitos a única digna de ‘luta concreta e objetiva’. Os defensores dessa vertente dentro do movimento propunham a criação do Estado judaico na Palestina mediante a sua colonização por judeus espalhados pelo mundo, especialmente os residentes na Europa. De fato, durante as décadas de 1920 e 1930, a imigração judaica para a Palestina aumentou significativamente, gerando conflitos que, com o tempo, só fizeram recrudescer, e até hoje não se verificam perspectivas a curto prazo de resolução.

emprego na palestina; porém, essa anotação é de 1895. Oito anos mais tarde, o líder sionista encararia seriamente ‘Uganda’ como opção e destino, em vez da Palestina.

Mas o que tentamos vislumbrar é que, no contexto do sionismo e do mundo ocidental, houve e foram postas em pauta e discutidas outras possibilidades³⁷ para o designado ‘problema judaico’. Posteriormente Stalin na URSS também colocará a sua maneira de resolver as questões dos ‘seus judeus’ (sua filha era casada com um), com a criação de um território autônomo para estes e seu deslocamento forçado para o extremo leste da URSS.

Jacob Tsur, inequivocamente um apologista panfletário do Sionismo político, quando afirma: “Entretanto, apesar das divergências estratégicas ou táticas existentes entre as diversas formações ‘*Hagana, Irgun Tsvaí-Leumi e Lohamei-Herut-Israel*’ – todas elas participaram da mesma luta de libertação nacional, tendendo todas para o mesmo fim” (TSUR, 1976, p. 61), confirma as dedutivas de Lotfallah Soliman citadas alguns parágrafos atrás, quanto aos objetivos dos três sionismos políticos pós-Herzelianos (Weizmann, Ben Gurion e Jabotinsky), e isso anos antes de Soliman escrevê-los. Não descartamos a utilização de palavras semelhantes para exatamente a analogia ser realizada, ingenuidade nestas questões é quase um crime; porém, com certeza Tsur não se importaria, pois era exatamente o que queria afirmar: “A total convergência de todos os grupos políticos dentro do movimento Sionista” (TSUR, 1976), apesar de suas diferenças ideológicas, em direção ao mesmo fim almejado, ‘a construção do estado de Israel’.

Se o que um egípcio, Soliman (como foi transcrito em alguns parágrafos acima), afirmar igualmente o mesmo sobre os objetivos das correntes dentro do sionismo, achamos que ele (Tsur) sem dúvida não reclamaria, pelo menos nisso consideramos que as afirmativas se encontram; portanto, talvez a prova real, para usar um termo da álgebra (só para constar, uma invenção árabe), tenha aí sido realizada.

Porém, mais tarde, as divergências existentes no Sionismo vão situar-se noutra parte. Enquanto Jabotinsky ideologicamente ligado ao fascismo e considerado pelo próprio Mussolini como o ideal do novo homem fascista, queria que o objetivo final fosse continuamente proclamado em alto e bom som, Weizmann, até sua morte, e Ben Gurion, até 1942, pensavam que a proclamação de objetivo como esse seria no mínimo inábil, alienaria certas simpatias, além de despertar prematuramente a animosidade dos árabes.

³⁷ Além de Uganda, foram aventadas também terras em Madagascar, Argentina e Chipre, para o estabelecimento de colônias judaicas. No caso de Uganda, parece que o governo britânico daria apoio ao estabelecimento de uma espécie estatal lá, como se a população local fosse inexistente, pois o governo de sua majestade preferiria brancos, mesmo que fossem judeus, que fariam o serviço dos ingleses na administração do país e em prol dos interesses da coroa.

Embora isso, todos os três estavam convencidos de que o sionismo deveria desenvolver-se sob as asas protetoras de uma grande potência, mas, enquanto Weizmann era anglófilo e contava com o apoio mais oportunista que ideológico de Zeev Jabotinsky nessa vinculação, Ben Gurion, que, em sua juventude na Polônia, vinculara-se a grupos socialistas judeus, como o *Pooley Sion* (operários de Sion), e foi fundador posteriormente do *Mapai* (partido trabalhista de Israel), atribuía pouca importância à escolha da ‘mãe portadora’, com a única condição de que esta fosse capaz de levar o projeto até sua maturação. Jabotinsky, tribuno inflamado, acreditava na onipotência do verbo, Weizmann, finório da política e da diplomacia, enquanto Ben Gurion, realista e pragmático, voluntarioso, ciumento e ditador, priorizava a ação *in loco*, às ‘situações de fato’ sem as quais tanto o verbo quanto a diplomacia seriam inúteis.

Jabotinsky, querendo tudo agora, recusara todos os planos (tudo que considerava concessão), enquanto Weizmann e Ben Gurion os aceitaram todos como “*à-valoir*” esperando que a evolução das relações de força permita extorquir novos *à-valoir*, até a realização do Grande Israel, aquele do “Terceiro Templo” (SOLIMAN, 1990, p. 139-140). E parece que estavam certos, as condições objetivas que se desenvolveriam a partir do final da primeira guerra mundial evoluíram, para que pudessem extrair ganhos, e esses cada vez mais substanciais rumo à finalização, ou limiar real, de seu projeto, o Estado.

CAPÍTULO III

RUMO À IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O INÍCIO DA HISTÓRIA SEM FIM (1916 A 1948)

Não vos entremeis com eles, porque vos não darei da sua terra nem ainda da pisada da planta de um pé: porquanto a Esaú ‘tenho dado a montanha de Seir³⁸ por herança’ (Deuteronômio cristão; Dvarim judaica)

3.1 CONTEXTO POLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Até a Grande Guerra, o Oriente Médio era uma divisão administrativa do Império Otomano gerida por governantes locais e organizada em províncias cujas delimitações físicas eram mutáveis, variando de acordo com as relações locais. Sua submissão à Sublime Porta (Istambul) implicava basicamente o pagamento de taxas, sendo o tipo de exploração tradicionalmente exercido pelos Otomanos de viés tributário, diverso dos modelos ocidentais exploratórios das colônias praticados por países europeus.

Segundo Visentini (2012), as potências ascendentes do continente europeu, em processo de industrialização, voltaram-se para essa região de “notável importância geopolítica”, e ainda sob o controle da decadente Turquia – o “Homem doente da Europa” –, iniciando o que seria conhecido como “A Questão do Oriente” ainda na segunda metade do século XIX:

A chamada Questão do Oriente, desencadeada com a Guerra da Crimeia (Inglaterra e França contra a Rússia, em 1856) abarcava a tentativa inglesa de controlar a passagem para o oceano Índico (após a construção do canal de Suez, 1867), de impedir o acesso do Império russo aos mares quentes e abertos e, posteriormente, de obstacularizar a projeção alemã para a região (através da estrada de ferro Berlim-Bagdá). Neste último aspecto já ocorria uma competição aberta pelo controle do petróleo – a fonte de energia dos motores a combustão, que moviam a II Revolução Industrial (VISENTINI, 2012, p. 17).

Com o advento do novo século e da Primeira Guerra Mundial, as potências da Entente Cordiale procuraram o apoio da população árabe na luta contra o Império Turco,

³⁸ Segundo o dicionário Bíblico de John I. McKenzie, as ‘Montanhas de Seir’ seriam, sem dúvida, “a cadeia de montanhas que se estende do SO do mar Morto ao longo do lado Oeste da Arabá” (MCKENZIE, 2011, p. 783). Essa região deveria ser reservada aos descendentes de Esaú, primogênito de Isaac, segundo patriarca hebreu, e irmão de Jacó, o terceiro, que ultrapassa o irmão, no direito à primogenitura, após enganar o pai; porém, a Esaú e seus descendentes (não Hebreus) estaria sempre reservada essa área, hoje controlada pelo “Estado Israelense”, contrariando assim o que a Torá estipulava, e com apoio irrestrito dos ‘religiosos ortodoxos judeus’.

incentivando os movimentos de independência³⁹ com promessas de medidas favoráveis à autonomia política e à unidade árabe. Porém, antes mesmo do término do conflito, França e Inglaterra acertaram entre si uma divisão da região de acordo com seus interesses estratégicos, por meio do acordo secreto de Sykes/Picot, em 1916, buscando consolidar sua presença na Síria e na Palestina, respectivamente, intenção neocolonialista que geraria um conflito com os interesses árabes que pretendiam a autonomia.

Interessante observar a enormidade territorial que a Inglaterra e a França, secretamente por meio desse acordo, outorgaram a si do ainda moribundo Império Otomano. No mapa a seguir (Figura 4), podemos verificar as regiões que, pelo plano, estariam diretamente sob o controle dessas potências, além de outras que também estavam sobre sua influência hegemônica.

Figura 4 - Partilha do Oriente Médio



Fonte: thebogdemocracy,2013.

Contrariamente às ambições franco-britânicas sobre a área – intenção nitidamente neocolonial –, ao final da guerra, o que predomina na diplomacia internacional é uma postura de rechaço ao colonialismo, influenciado pela Revolução Russa e as teses de

³⁹ Interessante para ilustração da ‘Revolta Árabe’, incentivada pelos britânicos, o filme “Lawrence da Arábia”, produção inglesa, de 1962, dirigido por David Lean.

Lenin, e pela posição norte-americana, expressa em 1918 nos quatorze pontos do presidente Wilson, com o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos, o que é incorporado ao Pacto da Sociedade das Nações. Nessa conjuntura, o sistema de mandatos estabelecido nos tratados do pós-guerra coloca-se como saída para manter o controle sobre as áreas antes mantidas sob o domínio dos países derrotados, camuflando o domínio colonial, que se mantém sob novo formato. O Oriente Médio é dividido entre a França e a Inglaterra sob tal regime, que, em tese, representaria um controle provisório, mas sem prazo final pré-fixado ou, segundo sua própria interpretação, de quando os países estariam maduros para se autogerir.

Segundo Martines Carreras, “Tras el Tratado de Versalhes, um año más tarde, em maio de 1920, la conferencia de Sam remo legalizó los arreglos e repartos territoriales, previamente acordados entre Francia e Gra Bretanhã em detrimento de los árabes” (CARRERAS, 1991, p. 53). Apesar das posições contrárias expressas na Doutrina Wilson e da Revolução Russa e seu anti-imperialismo engajado causarem arrepios ao mundo ocidental, a Conferência de Sam Remo referendava o acordo de Picot-Sykes, que repartira os domínios Otomanos, mesmo antes do término da guerra. Isso é realizado pelo Tratado de Sèvres, um acordo de paz imposto à Turquia em agosto de 1920, no qual ficou estabelecido que deixavam de integrar o império derrotado uma série de territórios, entre os quais a área que atualmente corresponde à Síria, ao Iraque, ao Líbano, à Palestina e à Transjordânia, onde foram estabelecidos mandatos sob a tutela inglesa ou francesa, com a delimitação de fronteiras artificiais, tudo reconhecido pela Liga das Nações.

Os planos das potências europeias vencedoras, a respeito do destino dessas áreas, receberam o aval internacional através da Liga, prenúncio de que esta não seria bem-sucedida em seu objetivo inicial, pelo menos em sua pró-forma, de mediar e resolver questões e defender interesses de povos sem se deixar influenciar pelo poderio dos envolvidos, a II Grande Guerra provaria isso.

Assim, foi implantado um novo sistema de dominação na região, com a divisão dos árabes e o desmembramento das áreas do Império Turco no Oriente Médio nominalmente em diferentes Estados; porém, na realidade, colocados sob a tutela e administração europeia. Isso frustrou o nacionalismo árabe, que fora incentivado pelos países da Entente (França e Inglaterra, já que o Império do Czar enfrentava seus próprios dilemas internos com a revolução), no curso da Grande Guerra, com o objetivo de enfraquecer Istambul.

Vale citar, para visualização mais adequada dos interesses rivais há muito tempo atuando e competindo na região, que o canal de Suez, construído numa aliança entre franceses e o rei Ismail do Egito, e inaugurado em 1875, fora arrebatado pelos ingleses numa jogada realizada pelo primeiro-ministro Disraeli, que, aproveitando-se das dificuldades econômicas do rei egípcio, compra as ações deste, assegurando o controle britânico do canal. Tal negócio, realizado por um judeu, como o nome demonstra, corroboraria, no futuro, um discurso anti/semita (anti/judaico), por parte de alguns no Egito. Lotfallah Solimam é testemunha ocular de um evento em que tais retóricas seriam apregoadas e o descreve em sua narrativa:

Assim é que num dia de 1947, após a ONU ter votado a resolução sobre a partilha da palestina, enquanto, no decorrer de um debate organizado pela juventude *Wafdist*, eu me esforçava para limitar os estragos fazendo uma distinção entre ‘judeus’ e ‘sionistas’, é por um membro desta pequena minoria que me vi atacado: a compra pela Inglaterra das ações do canal de Suez, compra que serviria de prelúdio ao bombardeio de Alexandria e a invasão e à ocupação inglesa do Egito em 1884, foi realizada por um judeu (Disraeli), por intermédio de outro judeu (Henry Oppenheim), graças à contribuição financeira de um terceiro (Lionel Rothschild) (SOLIMAM, 1990, p. 72).

Solimam relata que, como o público era composto, em sua maioria, pela ala democrática do *Wafd*⁴⁰, a qual, tal como ele, era contra o plano de partilha proposto pela Liga das Nações, pensou estar amparado contra as teses anti/semitas. Ledo engano, as argumentações dele de que “nem todo judeu era um Rothschild e Oppenheim ou sionista” não surtiriam efeito. O discurso do ódio irracional parece mais eficaz nessas ocasiões extremas, mas deixemos essa análise para outra oportunidade e voltemos às acomodações realizadas pelas potências vencedoras ao término da primeira guerra.

O sistema de mandatos foi instituído e regulado a partir do art. 22 do Tratado de Versalhes e corresponde à cláusula do Pacto da Sociedade de Nações (votado em fevereiro de 1919), que pretendia regular a situação das colônias pertencentes aos países derrotadas na guerra e habitadas por populações ainda não capacitadas para se dirigirem por si mesmas. Contexto em que se enquadravam⁴¹ as regiões separadas do Império Otomano, correspondentes à Palestina, Síria, Líbano e Iraque, cuja administração deveria ser guiada por um mandatário. Esse sistema gera descontentamento e conflitos na região, pois os árabes são liberados do domínio Otomano, mas colocados sob a tutela dos Impérios Francês e Britânico. Assim, ao invés da projetada nação árabe unida, tem-se a divisão da região em nações

⁴⁰ Do árabe ‘delegação’, e nome do partido nacionalista liberal e burguês do Egito, fundado em 1918, e influente nas décadas de 1920 e 1930, dissolvido após a queda do rei Farouk, em 1952.

⁴¹ Ou melhor, que potências europeias ‘achavam’ que se enquadravam, mas, na verdade, estas estavam defendendo seus próprios interesses de expansão na área.

distintas e heterogêneas, representando, ainda, razão adicional para o descontentamento entre os árabes o compromisso assumido pela Inglaterra com os sionistas.

De acordo com Martinez Carreras (1990, p. 55), o desmembramento do Império Otomano deveu-se à iniciativa francesa, que pretendia estabelecer-se na Síria e no Líbano, e aos sionistas, que queriam ocupar a Palestina, tendo colaborado a Inglaterra ao aceitarem o projeto de divisão, ao invés de tentar estabelecer um protetorado único sobre toda a área. Outro fator que contribuiu para o desmembramento é a atitude dos setores dirigentes árabes, tradicionais e conservadores, que não apresentaram uma oposição efetiva à desagregação e terminaram por aceitá-la e cooperar com as potências mandatárias, buscando o apoio ocidental para manter seu poder. França e Inglaterra desenvolvem uma política de alianças com as famílias dominantes locais, que ganham tronos, mas não independência, estando a população submetida a um dominador estrangeiro e a uma elite local subserviente e corrupta, que não busca mudanças.

Na Síria, com o término da Grande Guerra, o Partido da Independência Árabe proclama a independência sob um regime de monarquia constitucional, Feysal ocupa o trono e o país abrange os atuais territórios da Síria, Líbano, Transjordânia e Palestina. Contudo, em julho de 1920, a França ocupa a região e depõe o rei, instalando sua administração e delimitando novas fronteiras, concedendo autonomia a certos territórios com o objetivo de obter apoio de grupos minoritários e dividir a oposição, é o caso do Líbano, que se torna Estado autônomo em relação à Síria.

Londres organiza a criação da Transjordânia, que antes integrava a Palestina, objetivando constituir um Estado que fosse área de transição e permitisse um equilíbrio estratégico entre o Iraque, a Palestina, a Arábia Saudita em formação e a Síria francesa. O governo do novo reino é dado a Abdullah, dirigente da elite árabe e segundo filho de Hussein, de Meca, da família dos Hachemitas, que em troca renuncia seus direitos sobre o Iraque a favor de seu irmão Feysal, que, por sua vez, havia sido expulso pelos Franceses da Síria.

Winston Churchill organizou todo esse esquema em nome do Reino Unido, a fim de beneficiar os seus antigos aliados *Hachemitas*, deflagradores da Revolta Árabe contra os turcos em 1916, cujo líder foi o filho de Hussein de Meca, Faysal, mas que seriam expulsos da Península Arábica pelos sauditas. Nessa época Churchill era “secretário das colônias, depois de haver celebrado no Cairo uma conferência que estudou diferentes possibilidades para resolver a situação” (MARTINEZ CARRERAS, 1990, p. 64).

Desde 1919, os reinos peninsulares do *Nejd* e do *Hedjaz* estavam em conflito. O *Nejd* era controlado pelo *Saudita* Abdlaziz, do ramo islâmico do *Wahhabismo* (prega uma volta aos valores primevos do Islã), que realiza campanhas sucessivas contra o *Hedjaz*, controlado pelo Hachemita Hussein, o ‘*Cherif* de Meca’, até que, em 1924, Abdlaziz invadiu o vizinho, que é controlado com facilidade. O *Cherif* se coloca sob a proteção britânica e abdica em favor de seu filho ‘Ali’, debaixo do qual tenta colocar os restos de seu Estado, até que, em 1925, os Sauditas o derrotam, unindo completamente os dois reinos. O que restou na península ficou por conta do Yemem, que também se constituiu em um Emirado independente, e de outros pequenos reinos, então, política e economicamente insignificantes.

Londres, que baseia boa parte de sua política para a área devido a confiança que tem na família dos *Hachemitas*, logo encontrará ou fabricará postos (entenda-se tronos) em que possa assentar seus protegidos, logicamente para que estes defendam os interesses britânicos na região, mesmo às custas de divisões arbitrárias de território e recursos, que poderão levar, e levarão, a conflitos no futuro. Também o Kuwait, riquíssimo em recursos petrolíferos, foi inventado em termos de fronteiras criadas artificialmente por ingleses a fim de beneficiar a uma família aliada local (os *Al-Sabah*) e também aos seus próprios interesses, dividindo terras e seus imensos recursos subterrâneos, com antagonismos fronteiriços permanentes que acabarão redundando na invasão do país pelo Iraque em 1990⁴².

Pedimos licença para realizar um breve adendo e salto ao futuro em nossa narrativa, para relacionar essas manipulações geográficas artificiais das primeiras décadas do século no Oriente Médio a conflitos bem atuais e conhecidos. As Guerras do Golfo proporcionam exemplos claros do que a política manipulatória praticada pelas potências ocidentais sobre a região pode gerar. Esse conflito ainda bem presente em nossa memória, com seus desdobramentos nefastos repercutindo muito até hoje, tanto na região castigada pela guerra como também nos EUA, combatido economicamente pelos bilhões, alguns dados falam em trilhões de dólares queimados⁴³ com a guerra contra o Iraque, a fim de defender seu aliado⁴⁴, apesar de inicialmente ter beneficiado algumas áreas da economia americana com

⁴² Uma das queixas iraquianas contra o Kuwait era exatamente que este realizara exploração petrolífera perto da fronteira em comum, no campo de Rumailá, e retirou do subsolo importantes quantidades de óleo que pertenciam às jazidas situadas em território iraquiano, ou do subsolo iraquiano. A rigor subsolos não respeitam fronteiras, são, a grosso modo, vasos comunicantes. Em função desse bombeamento, oculto e ilícito, segundo os iraquianos, que ocorrerá durante o conflito Irã/Iraque, o governo de Sadan Hussein reclamará uma indenização de 2,5 bilhões de dólares do Kuwait. Ver CAUBET, 1991, p. 12.

⁴³ Há cálculo, em matéria da Veja, disponível em <http://vejaabril.com.br/tema/osama-bin-laden>. Existem outros, mas esse, apesar de estar publicado nessa revista, serve para dar uma ideia da enormidade dos recursos despendidos desde o início das intervenções americanas.

⁴⁴ Interessante destacar que, quando ouvira as reclamações de Saddam Hussein contra o Kuwait, a embaixadora americana Sra. April Glaspie afirmou, em 25 de julho de 1990: “Não temos opinião sobre os conflitos entre

interesses no Oriente Médio, a rigor as de sempre, as que sempre lucraram com a desgraça mundial, a de armamentos e a do petróleo.

Porém, tais gastos influenciaram decisivamente, se não redundaram na grave crise estadunidense⁴⁵, que repercutiu em todo o globo, haja vista uma crise na maior economia planetária não passar impunemente, ou seja, a humanidade toda sofre pelos desvarios gananciosos em busca de lucros imediatos e sem medir consequências humanitárias (ou medindo e pouco se importando). Os donos dos interesses que mais danos causam ao planeta tanto no que se refere às vidas humanas perdidas em conflitos insanos, fomentados pelos senhores das armas – o conflito atual da Síria é um exemplo –, quanto à vida do meio ambiente natural, comprometido e talvez irrecuperável, são estes: a grande indústria armamentista e a petrolífera e seus dirigentes, bem como os políticos atrelados a elas, são os causadores dessas tragédias.

Portanto, quando os aiatolás xiitas do Irã chamam os EUA de grande satã, talvez em certo sentido não estejam exagerando tanto assim, já que a maior parte dos controladores dessas indústrias são norte-americanos ou ligados a eles.

Gratos pela licença e voltando a década de 1920, a Inglaterra busca assegurar o domínio sobre a região da Palestina para obter uma ligação terrestre com o Canal de Suez, o qual já controlava, garantindo, assim, a rota de ligação mais rápida e eficiente entre áreas longínquas integrantes do Império Britânico e a metrópole, a situação da região se tornaria ainda mais delicada devido a negociações e acordos contraditórios:

[...] entre os principais podemos citar acordo de Syks-Picot – que colocava a Palestina sob controle internacional, sendo que na conferência de San Remo, em 1920, se decidira pelo mandato britânico – e a declaração Balfour, de 1917, na qual a Grã-Bretanha se comprometia com o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu (VISENTINI, 2012, p. 22).

No curso das tratativas sobre o futuro da região, haviam sido feitas promessas contraditórias, tanto no sentido da libertação dos povos árabes quanto no sentido de estabelecer-se ali “um lar nacional para o povo judeu”, amparado na Declaração de Balfour, de novembro de 1917. O texto da declaração é o primeiro escrito oficial britânico a reconhecer o direito aos judeus de estabelecerem seu “Lugar Nacional” na Palestina, palavras bem dúbias e que deixam o leitor interpretar como preferir. Os ingleses dizem sem dizer. Num

países árabes, como o seu litígio com o kuwait”. Na mesma semana, o porta-voz de James Baker e seu adjunto para o oriente próximo declararam que a América “Não tinha a obrigação de ajudar o Kuwait, se fosse atacado” (ver CAUBET, 1991, p. 15), ambiguidade discursiva que certamente influenciou na decisão iraquiana de invadir o vizinho imaginando-se livre para tal.

⁴⁵ Comparada por analistas à Crise de 1929, em rigor econômico e perda de postos de trabalho.

mesmo e pequeno texto tentam satisfazer os judeus do movimento sionista, dos quais pretendem ter o apoio, principalmente por estes já estarem bem organizados na Palestina e, portanto, com condições de os auxiliarem na desestabilização do Império Otomano, pedem a Lord Rothschild que entregue a declaração de apoio a um importante amigo seu, e líder da federação sionista, Chaim Weyzmann (químico da área de explosivos), que tantos serviços prestara aos britânicos com seus inventos, porém, procurando não se comprometer com as outras comunidades da Palestina, eis o texto, é só lê-lo com atenção que se perceberá a dubiedade da redação:

Foreign Office
2 de novembro de 1917

Estimado Lord Rothschild:

Tenho grande prazer em lhe enviar, em nome do governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia com as aspirações sionistas judaicas, que foram submetidas ao gabinete e aprovadas por ele. O governo de Sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um 'Lugar Nacional' para o povo judeu, e se esforçará em tudo que seja possível para facilitar a consecução deste objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país. Lhe agradecerá se colocasse esta comunicação no conhecimento da Federação sionista.

Sinceramente seu
Arthur James Balfour

Essa declaração, como se pode perceber, na verdade não prima muito pela clareza nas intenções, diz mais pelo que deixa de afirmar, e acabara na falta de outra prova documental ou acordo real assumido, constituindo-se na base para a futura configuração de uma solução de compromisso para o problema anti/semita no continente europeu, porém redundará paradoxalmente num novo 'estranhamento' e em novos conflitos, agora entre os judeus e os árabes habitantes da região palestina (e de todo o Oriente Médio). As potências europeias nesse contexto deságuam uma contradição que é sua no mesmo movimento em que reiteram seus preconceitos, transportando-os para a região.

O sionismo descobrira, enfim, seu Papa Urbano⁴⁶, o Lord Baulfour. A carta ao barão “desse descendente de uma velha família inglesa tornou-se declaração, reconhecimento oficial do sionismo, fim do exílio anunciado” (BRUNO, 2005, p. 51). Logo

⁴⁶ Alusão nossa ao papa Urbano II, que no século XI convoca a primeira cruzada em Clermont Fernand, para a “tomada dos muçulmanos da Terra Santa” pelos cristão europeus, a diferença é que agora seriam os judeus europeus a ‘conquistarem a terra aos árabes.’

tal documento tornou-se público, isso somente dois anos depois de ser expedido, em 1919, porque, diferentemente dos britânicos, os sionistas não haviam se comprometido com promessas dúbias, interessava-lhes a revelação dos compromissos firmados por Londres com eles, no entanto, com isso as dificuldades, que, de qualquer modo, já seriam grandes, se tornaram ainda maiores, principalmente em relação aos árabes, segundo José Martinez Carreras (1991 *apud* ALI MERAD, 1995, p. 45):

Esta declaração determinava unilateralmente o futuro estatuto da Palestina e estava em contradição com os compromissos morais e diplomáticos adquiridos pela Grã-Bretanha com os árabes, especialmente na pessoa do rei Hussein, e que se manifesta com toda sua cruza ao término da Primeira Guerra Mundial. Sua revelação em 1919 provocou a indignação dos árabes, dando início a uma nova e dramática fase na história do Oriente Próximo (CARREIRAS, 1991 *apud* ALI MERAD, 1995, p. 45).

Ao final da guerra, aconteceu a instalação do mandato inglês, que atuou na região com três forças: a potência mandatária, os sionistas judeus (as condições do Mandato Britânico foram objeto de negociação também com a Organização Sionista, na Conferência de Paz de Paris) e os árabes palestinos, que se consideram traídos por Londres e organizam reação dirigida contra os judeus e os ingleses. É inevitável o fracasso do Mandato Britânico, pois deveria atender a objetivos inconciliáveis, tendo se comprometido a buscar o desenvolvimento do povo submetido ao mandato, com a perspectiva de sua futura independência, e com o estabelecimento de um “lar nacional para o povo judeu” na mesma região. Paulo Fagundes Visentini corrobora a atuação dessas três forças, as quais, segundo esse autor, estariam representadas por:

A Grã Bretanha, que exercia o mandato na região e que, já em 1937, reconheceu a necessidade de partilha da palestina entre um estado judeu e outro árabe; os judeus sionistas, que passaram a criar instituições próprias, constituindo quase um estado, a partir da Organização Sionista Mundial, da Agência Judaica, do Conselho Nacional Judeu e da Confederação Geral do Trabalho Judeu; e os árabes, que, já por sua vez, passaram a ser representados pelo Conselho Supremo Muçulmano e pelo Partido Árabe Nacional (VISENTINI, 2012, p. 23).

A Sociedade de Nações concedeu à Grã-Bretanha, na Conferência de São Remo, em abril de 1920, o mandato sobre a Mesopotâmia (CARRERAS, 1991, p. 76), e foi proclamada a independência sob o governo monárquico de Abdullah, o qual é destituído a posteriori, pois se mostra incompatível com os interesses franceses e britânicos na área. Em face das dificuldades para o controle da região por meio de um mandato direto, em agosto de 1921, Londres instala no governo um soberano que considerava mais confiável (Feysal) e

reconhece a independência do país, conservando o direito de intervenção militar em caso de guerra. Em razão da riqueza da região em petróleo, os países ocidentais tinham especial interesse na manutenção da estabilidade política da área correspondente a antiga Mesopotâmia⁴⁷. Feysal, que havia sido expulso pelos franceses da Síria, obtém o apoio inglês para subir ao trono do Iraque, em troca da renúncia do seu irmão Abdulah, que é compensado com o trono da Transjordânia, outra invenção britânica.

Concluimos, sem muitas dúvidas ou contrariedades, que a artificialidade com que foram construídas as fronteiras no Médio Oriente após a queda do Império Otomano, no fim da Grande Guerra, pela ação dos britânicos e, em menor escala, por franceses é fator de inquestionável influência nos antagonismos e futuros conflitos que se abaterão sobre a região, tanto os que tangerão a sionistas e árabes quanto os que acontecerão entre os próprios árabes, e também posteriormente, na década de 1980, entre Iraque e Pérsia, esses já como desdobramentos da Guerra Fria entre EUA e URSS, que se desenvolve a partir da década de 1950 e, desde seu início, com as duas superpotências atuando na região e fazendo dela mais um dos palcos de seu enfrentamento ideológico, ou seja, mais um fator complicador para a parte do globo que mais dispensava isso, a situação já era desesperada ao extremo.

3.2 O IMPACTO DA ASCENSÃO DO NAZISMO E DA II GUERRA MUNDIAL SOBRE A PALESTINA

*A terra pranteia e se murcha; o mundo enfraquece e se murcha:
enfraquecem os mais altos do povo da terra
(ISAÍAS 24:4)*

A ascensão do nazismo e a eclosão da II Guerra Mundial influenciaram tencionando, de forma decisiva, a situação política do Oriente Médio, especialmente no que tange aos que se constituiriam nos futuros embates entre judeus e árabes, mas não somente nessa questão como também na configuração dos novos estados nacionais da região. O Oriente Médio foi assumindo importância estratégica fundamental para o imperialismo desde o final do século XIX. O desmembramento do Império Otomano tornou a área esfera de influência de potências capitalistas.

Ao largo desse período, desenvolveu-se uma tensa relação entre as velhas potências, as populações locais e o movimento sionista – processos influenciados pela II Guerra Mundial, de uma forma geral, e pelo nacional socialismo particularmente. O *Mufti* de

⁴⁷ Segundo Eric J. Hobsbawm (2007), a ideia de um Estado-Nação soberano e secular, na Mesopotâmia, seria inclusive mais recente ainda que a do estado territorial judeu, preconizado pelos sionistas, ver Hobsbawm (2007, p. 107).

Jerusalém era um admirador do nazismo que também contava com a simpatia do Xá da Pérsia mais ao leste. Tudo isso contribuiu decisivamente para que a região adentrasse a década de 1940 em um clima político instável, tendo como principais desdobramentos a questão sobre a Palestina e o acirramento de movimentos nacionalistas árabes.

A visualização de um panorama amplo das reais implicações e dificuldades que envolvem essa questão remete-nos ao anti/semitismo europeu e ao problema judaico no continente, o qual se agravou sensivelmente durante o período entre guerras, tornando-se literalmente, para os judeus, ‘sem perspectiva alguma de resolução’, e com a ascensão de Hitler ao poder, ao contrário como sabemos. A afirmação do nazismo, ao longo da década de 1930, contribuiu para o fortalecimento do ‘sionismo de cunho estatista’, pois até então havia, entre os próprios judeus, discordância em torno do caráter político do movimento.

Um pouco antes, surgira a percepção, em muitos membros da comunidade judaica, de que o salvador teria de ser construído por ela e seria a representação de uma ideia. Dentro dessa interpretação o sionismo político se encaixava perfeitamente, oferecendo-se como materialização dessa construção. Afinal, de todos os inúmeros messias aparecidos durante a diáspora judaica, alguns levando a catástrofes, o sionismo parecia oferecer uma alternativa bem implementável e material; porém, para alguns, apresentava um defeito enorme, visto que teriam de lutar e trabalhar muito e contra forças, no momento, bem superiores, para colocá-lo em prática, em ação. Pior, esse messias dependia totalmente deles, não era como esperavam, ou seja, o que iria realizar tudo sozinho e, contando com poderes sobrenaturais, mover céus e terras pelos seus escolhidos.

Faziam parte dos grupos contrários ao sionismo muitos religiosos ortodoxos que combatiam o projeto de criação de um Estado judeu, por considerá-lo leigo e sacrílego, uma vez que o subordinava a identidade judaica a um projeto político e pregava o retorno à terra prometida antes da volta do messias. Porém, já em 1902, havia aparecido o partido Mizrahi e com ele o:

Sionismo religioso, segundo este os judeus são um povo apenas porque lhes foi dada a Torá para que eles observem seus preceitos, e os dois exílios do povo judaico foram provocados pelo abandono da aliança com D’US. Unindo-se ao movimento sionista por razões táticas, eles esperam reorientá-lo para um retorno à religião (MASSOLIÉ, 1996, p. 49).

O movimento, que até então detinha um caráter estritamente laico, começava a ser invadido, a princípio de modo cauteloso e incipiente, por influências religiosas.

É interessante realizar, em certo sentido, um salto temporal avante em nossa narrativa, para destacar que justamente os herdeiros ideológicos dessas comunidades ultrarreligiosas, que, durante muito tempo, foram contrárias à ideia, são os que, após o sucesso do projeto sionista estatal (inicialmente laico em todas as suas vertentes) se instalaram no novo Estado. Atualmente, são os mais reacionários e intransigentes, e quando os acordos propostos possam, em qualquer percentagem, mínima que for, tirar-lhes alguns metros quadrados de terra, reagem violentamente e em geral seus assentamentos ficam em áreas notoriamente de posse árabe. Geralmente cercados por uma maioria, a qual não se furtam de provocar, apelam para as forças de defesa do Estado, apesar de estarem desobrigados a servir nessas mesmas forças, e isso vem causando bastante embaraço e constrangimento aos comandantes militares de Israel.

São esses grupos também que, segundo pesquisa realizada pelo “jornal de centro-esquerda israelense *HaAretz*”⁴⁸, não têm vergonha de defender estradas diferenciadas para árabes e judeus, oferecer exclusivismo em cargo públicos, proibir árabes de residirem em bairros de maioria judaica, proibir o voto aos árabes, além disso são contra qualquer acordo que redunde em um estado aos palestinos; ou seja, são assumidamente ‘racistas’. Seu preconceito e suas ações fazem lembrar os anos em que, no sul dos EUA, negros e brancos não podiam dividir a mesma calçada. Interessante que os que hoje ainda defendem tais absurdos nos Estados Unidos, os representantes da KKK⁴⁹, odeiam também os judeus e são manifestadamente anti/semitas.

Também é relevante fazer uma analogia com o que esses ultraortodoxos desejam quanto ao seu apartheid dos palestinos, pois nos parece muito similar com o que fizeram por séculos na Europa com os judeus, o confinamento em guetos. A exclusão dos palestinos é análoga à exclusão que os antepassados destes que defendem isso sofreram. Será que não notam isso ou o sentimento de revanche pode ser descarregado em qualquer um, em cima de seres que nada lhes fizeram, muito pelo contrário, suas comunidades viveram com eles tranquilamente por séculos no mundo muçulmano, inclusive na Palestina, lado a lado, a exemplo de *Safed*,⁵⁰ enquanto na Europa os judeus eram perseguidos, segregados e humilhados.

⁴⁸ Disponível em: <<http://esquerdacritica.wordpress.com/2012/10/23/somos-racistas-dizem-os-israelenses/>>.

⁴⁹ Klu Klux Klan, nome de várias organizações racistas norte-americanas, que apoiam a supremacia branca e o protestantismo (padrão *WASP*), em detrimento de outras religiões e etnias. Em seu período mais forte teve influência principalmente na região do sul dos EUA.

⁵⁰ Aldeia da palestina, famosa na idade média por abrigar comunidades religiosas judaicas

O sectarismo dos ultraortodoxos excluía as representantes do gênero feminino dentro de sua própria comunidade étnica, não permitiam às mulheres judias rezarem no muro das lamentações, interdição essa só enfrentada em 2013 por decisão da Suprema Corte de Israel, o que não os impede de ainda tentarem as excluir, afinal, só eles sabem interpretar a vontade de ‘*Adonai*’, o que uma corte laica pode entender dela! Um exemplo do que são capazes, e isso há poucos anos, foi o assassinato do primeiro ministro Israelense Yitzhak Rabin, em 4 de novembro de 1995, por um extremista religioso judaico, Rabin havia assinado com Yasser Arafat, da OLP, o acordo de Oslo II, em 28 de setembro de 1995. As negociações que resultaram no acordo renderam a Rabin, Shimon Perez e Arafat o prêmio Nobel da Paz de 1994, eles que, à exceção de Perez, registravam em seu passado atos de bem pouca paz, muito pelo contrário. A Rabin rendeu, ainda, um tiro e a morte por ter sido considerado traidor por judeus ultraortodoxos.

Os antepassados desses fundamentalistas, que inicialmente eram contrários ao sionismo de cunho político e estatista, com a difusão das pregações racistas na Alemanha de Hitler (que culminarão na carnificina dos campos de concentração), possivelmente acabaram se convencendo de que as alternativas eram escassas, senão inúteis, e muitos engrossaram também as fileiras dos que optaram pela ‘*Aliá*’⁵¹; outros preferiram destinos menos trabalhosos, enquanto estes estiveram abertos para eles; porém, quando esses se fecharam⁵², e a Europa se deparou com o problema dos refugiados que ninguém queria, sedimentou-se ainda mais a convicção dos que só viam solução com a constituição do ‘Estado Judeu’.

A ascensão do nazismo e a eclosão da II Guerra mundial agravaram sobremaneira a questão e os choques entre judeus e árabes na palestina, pois, a partir de então, a imigração judaica aumentou de forma avassaladora, e qualquer contestação aos seus princípios era vista como politicamente suspeita e poderia ser taxada de também ser anti/semita. Na verdade, percebe-se que a questão palestina configura-se como um desdobramento de problemas e questões surgidas já no início do século XX, pela penetração das velhas potências europeias no Oriente Médio, e do anti/semitismo continental, que

⁵¹ ‘*Subida*’ em hebraico, termo utilizado para designar a imigração à Palestina.

⁵² A hipocrisia ocidental e a lavada de mãos, ao estilo ‘*Pilatiano*’, são bem demonstradas pela ‘*Conferência de Evia*’, entre 6 e 15 de julho de 1938, na França, quando 32 países responderam ao convite do governo norte-americano para tratar da questão dos refugiados, todos elencaram desculpas, algumas muito bem fundamentadas, para eximirem-se do problema, o que corroboraria a frase de Hitler, que não perderia uma oportunidade como aquela, dada tão gentilmente na conferência, ao afirmar que eles os bárbaros alemães haviam recebido a todos, sem excluir ninguém, por tanto tempo, que, por isso mesmo, é que adquiriram o ‘*problema judeu*’, ver Solimam (1990, p. 89-89).

culminou e teve seu ápice em termos de horror com a “solução final implementada pelos nazistas”.

Importante frisar que, às vésperas da Segunda Guerra, já existia grande número de judeus sionistas na Palestina, os quais anteriormente tiveram permissão do governo londrino mandatário para ingressar na região, outros que vieram burlando as restrições britânicas, “no ano de 1939, a cifra já chegava a 400 mil judeus na palestina” (VISENTINI, 2012, p. 23). Além de colônias de origem *Sefaradi* de longa data e também populações que poderiam remontar sua origem até a antiguidade, mas essas duas bem diversas dos Sionistas de origem *Askenazi*, e muito provavelmente com mais afinidade cultural com as comunidades árabe- palestinas, porém logicamente, mesmo se contadas em conjunto, ainda assim completamente minoritárias, se comparadas à população árabe.

Um importante contraponto à imigração judaica foi o grande levante de 1936. A partir daí, frente a um contexto crescente de oposição árabe, para tentar minimizá-lo, o governo britânico imprimiu uma política de restrição à imigração judaica na região, estabelecida em 17 de maio de 1939 pelo Livro Branco, como forma de não comprometer seu domínio imperial no mandato. Essa política restritiva teve como contrapartida do movimento sionista a organização de campanhas de sabotagem e terrorismo contra a Inglaterra e a população árabe. O objetivo era pressionar o poder mandatário inglês a abdicar das restrições quanto ao número de judeus que poderiam ingressar na Palestina.

E de acordo com Bar-Zohar (1967) e Soliman (1967), em 6 de novembro de 1944, Lorde Moyne, que acabava de ser nomeado Ministro de Estado, residente geral da Grã-Bretanha no Oriente Médio, era abatido no Cairo por integrantes do Lehi-Stern. Ele era considerado pelo grupo como o responsável pela implantação do segundo Livro Branco, quando dirigiu o Colonial Office em 1941, e “notório anti-sionista” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 19). Interessante citar que esse mesmo Lord Moyne, depois da derrota da Alemanha, chegou a sugerir seriamente: “nós vencemos o império hitlerista, agora expulsaremos os alemães da Prússia oriental onde então será criado um Estado judeu” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 112). A curiosa sugestão foi imediatamente recusada por Gurion, que não admitia outro destino para os judeus sobreviventes, muito menos para a criação de um Estado para eles que não fosse a Palestina. Mas, a partir dessa sugestão, podemos depreender que o nobre inglês não era só anti/sionista como também bastante anti/germânico – já que nesse caso não haveria a desculpa para essa proposta de ser um antagonista ao nazismo, o qual havia sido derrotado, estava sepultado embaixo dos escombros da Alemanha do pós-guerra –, nos parece que tal proposta

era contra à população civil da Prússia, que também havia sofrido, e sofria ainda, com a catástrofe oriunda da loucura hitlerista.

O movimento sionista, ao apostar no projeto de criação de Israel na Palestina, eximiu-se de embate político mais sistemático pela resolução dos problemas advindos da perseguição judaica no âmbito interno do continente. Provavelmente consideraram tal projeto ineficaz e de resultados incipientes, visto muito da história dos judeus na Europa cristã não ser, via de regra, só ‘essa’ claro!, mas infelizmente ‘essa’ reeditada de país em país, com nuances mais ou menos sombrias, sendo a história da segregação e do preconceito aos seus, e escolhendo, por isso, a opção estatal de terra e território nacionais e um governo próprio que garantissem o que almejavam e acreditavam que somente um Estado seu poderia lhes conferir.

Supomos que ainda antes da eclosão da guerra, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e a promulgação, em 1935, das “Leis para defesa do sangue e da honra (as leis de Nurenberg), que proibiram os casamentos e relações extra-conjugais entre judeus e alemães não judeus (arianos) sob ameaça de severas penas, inclusive a morte” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 17), as lideranças políticas do movimento tivessem concluído que não tinham nenhuma outra alternativa, pois, com a eminência da guerra:

Os sionistas não tinham escolha. Na realidade, jamais tiveram. Na verdade eles eram os primeiros a perceber que Hitler era ferozmente anti/semita e que podia ir muito mais longe em sua empresa de depuração do Grande Reich e da totalidade da Europa, senão do mundo, da ‘gentalha’ que constituíam para ele as ‘raças’ classificadas por seus teóricos como ‘inferiores’ e ‘poluentes’. Eles sabiam que se saísse vitorioso da guerra, Hitler não faria distinção entre judeus sionistas ou não sionistas. (SOLIMAN, 1990, p. 67)

O término da II Guerra imprimiu nova feição à situação, pois, a partir de então, qualquer política contrária aos objetivos estatais que concedessem uma pátria aos sobreviventes do extermínio ficou inviabilizada, e a federação sionista e a agência judaica souberam utilizar-se do marketing sobre a tragédia ocorrida (*Shôa*) para realizar suas metas. Longe de julgar, consideramos seu planejamento em busca de determinado fim histórico que achavam ser sua missão uma obra de construção estatal nunca antes ocorrida, digna de muitas análises e, sem dúvida nenhuma, de admiração, senão por muitos dos métodos utilizados, que considero equivocados, pelo menos por sua irresoluta obstinação, muitas vezes enfrentando condições em nada favoráveis, mas que redundou na consumação de seu objetivo final, a constituição de seu Estado.

Por outro lado, é importante ressaltar que o ressentimento entre árabes e judeus que se iniciou a partir de então é fenômeno histórico que inexistia até a primeira metade do século XX, gerando-se, a partir da penetração imperialista na região e da transposição para o Oriente Médio dos antagonismos e preconceitos oriundos da Europa. Enfatizamos que o projeto sionista e sua ideologia, mesmo daqueles com as melhores e mais humanas intenções entre os sionistas, é produto da cultura europeia tanto quanto são os judeus *askenazi* que, nos primórdios do movimento para a Palestina, se dirigiram como colonos, portanto o estranhamento e as mútuas dificuldades de compreensão eram inevitáveis.

Destacamos que, como muitos líderes sionistas frequentemente alegavam estar “agindo em nome do judaísmo mundial” (FINKELSTEIN, 2005, p. 16), as massas árabes temerosas, e com razão, acabaram se convencendo de que a alegação era verdadeira, como se sabe, uma mentira repetida mil vezes, com o tempo, parece (somente parece!) crível, e muitos palestinos passaram a dar crédito a essas alegações, e, ainda durante o mandato britânico, muitos judeus não sionistas começaram a ser hostilizados na Palestina.

Como os líderes do movimento (ou das correntes majoritárias, se havia uma pequena exceção merece ser lembrada!) e seu projeto pretendiam realmente a criação de um estado judeu, ‘e exclusivo para judeus’ (eis a grande diferença), tal temor se justificava e, “especialmente depois de 1967, os judeus não-sionistas de todo mundo foram-se tornando, senão uma pequena minoria, certamente uma minoria cada vez menos ouvida” (FINKELSTEIN, 2005, p. 16). Como para fazer a antiga distinção era necessária uma boa dose de sofisticação intelectual, “não seria razoável esperar que o grosso da população árabe, assim como as multidões encolerizadas que dela faziam parte, continuassem a fazer esta distinção” (YESHUA PORAT *apud* FINKELSTEIN, 2005, p. 17).

Nesse panorama, os judeus e principalmente os pioneiros do sionismo, em sua totalidade, apareciam e representavam para as massas árabes como sendo os verdadeiros representantes do Ocidente, do imperialismo e da usurpação, mesmo que o intento deles não fosse realmente esse, de modo algum era, pelo menos por parte de uma das correntes do movimento sionista, que, quando ainda militava na Europa, já se batera contra tais oponentes, infelizmente com o tempo seu peso e importância no *Ischuv* decrescerá muito.

Não podemos deixar de fazer um esforço analítico, ou pelo menos realizar uma tentativa nesse sentido, no que tange à incompreensão que se seguiu, pois os sionistas estavam impregnados pelo mirar e a cultura europeia, provavelmente do eurocentrismo arrogante desta, caracterizada por uma visão carregada ideologicamente de pressupostos que dividiam a humanidade e os povos em civilizados ou bárbaros atrasados.

A explicação para a oposição atual entre o mundo árabe muçulmano (com a Pérsia a origem é mais recente ainda) e o mundo ocidental cristão deve ser buscada, justamente, no contexto da primeira metade do século passado; ou seja, nas promessas firmadas pelas antigas potências ocidentais frente aos árabes, em função do apoio prestado por estes no processo de desestruturação do Império Otomano, bem como no apoio do Ocidente ao projeto sionista e à criação de um estado judeu na Palestina, encartado pelas massas como representante e braço armado do Ocidente na região, e posteriormente na transposição para o Oriente Médio dos antagonismos das duas superpotências e sua Guerra Fria, e não em pseudo-ódios milenares ou choque de civilizações com diferenças inconciliáveis.

A História demonstra que tais diferenças foram muitas vezes bem ‘conciliáveis’, muito embora tais teses cumpram um papel ideológico que mascara os reais interesses de dominação sobre toda a região e seus recursos, principalmente energéticos. Outro desdobramento da penetração imperialista na Palestina, da eclosão da Segunda Guerra e do avanço do sionismo foi o fortalecimento de movimentos nacionalistas árabes no Oriente Médio. Justamente durante a II Grande Guerra consumou-se a independência dos países árabes no Oriente Próximo, em detrimento do domínio colonial europeu. Durante esse processo, a Inglaterra tendeu a assumir uma postura favorável às demandas nacionalistas como forma de sustentar sua influência política e militar na região. Por outro lado, os projetos de unificação da região em um grande estado árabe continuaram em pauta, ainda que não viabilizados. Em uma breve análise comparativa, podemos afirmar “que o nacionalismo Judaico venceu o Árabe” (MASSOULIÉ, 1996, p. 65), pois conseguiu configurar-se enquanto Estado, ao passo que o projeto de criação de um estado árabe unificado não logrou sucesso.

Destacamos mais duas questões: primeiro, chamamos a atenção para o fato de que a imigração judaica, ao resolver o problema do anti/semitismo na Europa, cria um novo problema, agora para o povo palestino, centrado principalmente na questão dos refugiados, despossuídos de suas propriedades e de suas raízes ao serem deslocados de suas terras quando foi criado o Estado de Israel e, de imediato, travada a guerra entre este e os estados árabes da região. Segundo, é que esses mesmos refugiados, ao mesmo tempo que causarão instabilidade nos países hospedeiros e na região como um todo, serão também motivo de constante preocupação para o Estado de Israel, pois se organizarão e iniciarão uma luta ininterrupta, com os meios de que possuem, contra o Estado judeu.

3.3 PÓS II GUERRA MUNDIAL - A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS

Não temas, pois, porque sou contigo, trarei a tua descendência desde o oriente, e a ajuntarei desde o ocidente. Direi ao norte; entrega; e ao sul; não retenhas, trazei meus filhos de longe, e minhas filhas das extremidades da terra
(ISAÍAS, 43: 5,6)

Com o término da II Guerra Mundial e a derrota do Nazismo e a consequente informação para a opinião pública mundial dos horrores e da perseguição perpetrada por ele aos judeus europeus culminando com a política nazista da solução final para o “problema judaico”, ou seja, o genocídio de sua população, houve uma comoção mundial (principalmente nos EUA), que tornara ainda mais fortes as opiniões (no Ocidente) a favor da criação de uma pátria judaica.

Na Palestina, a tensão entre as comunidades judaicas e árabes aumentavam, entre elas, o poder mandatário britânico entrincheirado; porém, este não foi capaz de deter o que já se vislumbrava ser o início de uma ‘guerra interna’, muito pelo contrário, se constituía em alvo desta: “em 22 de julho de 1946, o hotel King David, centro da administração britânica, foi pelos ares: 91 mortos. Dinamitara-o o *Irgun*, sob ordem da *Haganah*, que queria expulsar os ingleses com fogo e sangue” (BRUNO, 2005, p. 53).

A onda de imigração pós II Guerra, embora ilegal, só tende a crescer; mesmo antes da guerra, essa imigração havia aumentado de forma preocupante, tanto que o governo britânico mandatário já havia em 1937, através da “Comissão Peel, concluído que há uma incompatibilidade entre as aspirações nacionais das duas comunidades e, pela primeira vez, propõe a partilha da palestina em dois estados” (MASSOLIÉ, 1996, p. 59).

Do início da Grande Guerra, em 1914, ao final da segunda, em 1945, a população judaica na palestina multiplicou-se mais de oito vezes, conforme os dados abaixo.

Tabela 1 - População judaica na Palestina antes e logo após a II Guerra Mundial

Ano	Número de judeus na Palestina
1882	24.000
1889	50.000
1914	85.000
1946	700.000

Fonte: COLEÇÃO GUERRA NA PAZ, 1984.

Não podendo deter a imigração clandestina de judeus, Londres encaminhará à ONU a Questão Palestina em 1947. As Nações Unidas elaboram então um plano de partilha, pelo qual o território passaria a abarcar um Estado judeu e outro árabe. O judeu, com 14 mil Km², incluindo a Galileia Oriental, a faixa que vai de Haifa a Telaviv e a região do deserto de Negueve até o Golfo de Ácaba; o Árabe, com 11 mil Km², incluindo a Cisjordânia e a faixa de Gaza; e Jerusalém teria *status* internacional. A Figura 5 apresenta o mapa com a visualização geográfica de tal plano:

Figura 5 - Plano de Partilha da Palestina



Fonte: BBC BRASIL, 2001.

Em termos populacionais, o Estado judeu comportaria 498 mil judeus e 497 mil árabes, abrangendo 56% da Palestina; o árabe comportaria 725 mil árabes e 10 mil judeus e abrangeria 44% da Palestina; Jerusalém, com uma população de 100 mil judeus e 105 mil árabes, teria *status* internacional. Não é preciso ser um exímio matemático para verificar que, apesar de o plano conceder maior extensão territorial para o Estado judeu⁵³, este teria percentualmente quase a mesma população de árabes com cidadania e direito a voto. Israel, desde seu princípio, foi uma democracia, e mesmo hoje os 19% de árabes que têm cidadania israelense elegem proporcionalmente o mesmo número de representantes no *Knesset*

⁵³ Teria percentualmente mais território, 12%, porem a população total seria bem maior que isso em comparação com o estado árabe, 995 mil moradores para o estado judeu, sendo metade árabe, e 735 mil no estado árabe, sendo somente 10mil judeus, a conta é fácil, e demonstra com facilidade que o plano não foi 'assim tão premeditadamente favorável aos judeus como hoje também se difundiu retoricamente', sem falar na qualidade das áreas, a maior parte do território judeu ficava em área totalmente desértica.

(Parlamento), poderiam ser bem mais, e isso faria toda a diferença, como foi aventado como possibilidade na introdução deste trabalho. Porém, os estados árabes vizinhos não tinham interesse em aceitar o plano de partilha.

Esse plano, votado através da resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, continha disposições em sua parte III que determinavam a retirada da potência mandatária até 1º de agosto de 1948, encerrando-se seu mandato. Determinava também que ganhariam independência tanto o estado árabe quanto o judeu; e a área de regime especial internacional de Jerusalém, dois meses depois da retirada das forças armadas britânicas. Além do estabelecimento de uma união econômica da qual deveriam fazer parte os ‘dois estados palestinos’ tanto como a cidade internacionalizada de Jerusalém, o plano contava com outras importantes disposições que julgamos convenientes citar.

Garantia, em seu capítulo I, que o acesso aos lugares santos não seriam de nenhuma maneira dificultados, estariam protegidos a liberdade de culto e trânsito a todos os residentes dos dois Estados (judeu e árabe) e também aos da cidade de Jerusalém, tendo o cidadão de qualquer uma das entidades estabelecidas na Palestina a garantia de livre acesso às entidades estatais dela, sendo este legal de um ou outro estado.

Quanto aos direitos das minorias residentes, estariam asseguradas as prerrogativas de exercerem a liberdade de consciência, ensino de sua religião, costumes, tradição cultural e língua, sem nenhuma forma de preconceito ou restrição quanto à imprensa e publicações de uma ou outra comunidade minoritária dentro dos Estados árabe ou hebreu, e garantidas as reuniões públicas: a liberdade de consciência deveria ser completamente assegurada, sujeita somente a exigência de ordem pública e dos costumes.

Sobre as terras e a sua posse, afirmava: “Nenhuma apropriação de terra possuída por um árabe no estado judeu ou por judeu em estado árabe será consentida, exceto por propósitos públicos. Em todos os casos será paga indenização total, a ser fixada pela Suprema Corte, antes da desapropriação” (ONU, 1947).

Jerusalém constituir-se-ia sob um *corpus separatum*, subordinada a um regime internacional especial, e seria administrada pelas Nações Unidas, sendo tarefa da autoridade administrativa principal proteger e preservar os interesses espirituais das três grandes fés monoteístas: cristã, judia e muçulmana. O governador não poderia pertencer nem ao Estado árabe e nem ao judeu, e os moradores poderiam optar pela cidadania *ipso facto* da cidade ou tornarem-se cidadãos dos estados judeu ou árabe. A cidade, assim como toda a Palestina, estaria incluída numa união econômica e regulada por uma junta econômica mista,

bem como seria desmilitarizada, muito embora o governo tivesse o direito de recrutar força policial, porém seus membros deveriam ser de fora da Palestina.

O plano de partilha foi votado após protelações e somente depois que seus defensores tiveram a absoluta certeza de que não haveria uma derrota; além dos sionistas, o próprio presidente americano Truman se empenha pessoalmente em garantir a aprovação. A última sessão, que deveria ter sido iniciada no dia 27 de novembro, devido ao fato de ser um feriado norte-americano, no qual se comemora o Dia de Ação de Graças, foi adiada para o dia 28, dando mais tempo para os defensores do projeto e o próprio Truman pressionarem:

Que, fazendo as vezes de seu departamento de estado, intervém pessoalmente, nem para os sionistas, que mobilizam todos seus amigos. Alvos privilegiados, as nações absenteístas; para 'convencê-la', Washington - a exemplo da agência judaica - não recua diante de nenhum 'argumento'. Instigada pela administração americana, a companhia de borracha Firestone previne a Libéria de que reveria seus projetos de expansão se Freetown não alterar seu voto. E chegam mesmo a ameaçar a França, que se absteria por medo das reações no norte da África, de cortar-lhe provisões. Oferecem a alguns chefes de delegação envelopes e até mesmo presentinhos para suas esposas (SOLIMAN, 1990, p. 118).

Akcelrud discorda de que o apoio americano fosse total. Ele afirma que personalidades militares como o general George Marshal e o próprio Pentágono preferiam o não estabelecimento do Estado de Israel e, mesmo depois da votação, atuaram contra ele: “na verdade os americanos queriam reabrir a questão (isto é, anular a votação da Assembleia geral presidida por Osvaldo Aranha)” para criar “[...] nova oportunidade de entendimento entre judeus e árabes” (AKCELRUD, 1984, p. 67). Segundo esse autor, Washington reconheceu Israel porque Moscou não lhe deu alternativa, e, analisando-se o arsenal com que as forças de defesa de Israel conseguiram realmente se armar e assegurar a implantação do Estado veio direto da Tchecoslováquia a mando de Stalin, a hipótese tem muito de verossímil, pelo menos em parte.

Seja como for, com a inarredável postura do presidente americano Henry Truman a favor do estabelecimento do Estado judeu, mesmo contrariando o general “Marshall e seus assessores que discordavam, por acharem que a postura norte-americana favorável às demandas judaicas prejudicaria seriamente as relações dos Estados Unidos com o mundo árabe” (SCALÉRCIO, 2004, p. 27). Isso, numa época e num globo cada vez mais dependentes do petróleo; e contando com os votos do bloco soviético, a proclamação do estado encontrava-se cada vez mais factível e mais visível nos horizontes sionistas.

A União Soviética, com interesse em desestabilizar a região e acabar com o Império Britânico, mistura seu voto e de seus satélites com os EUA, então, no dia 28 de

novembro de 1947, a “[...] legalidade internacional que permitiu a criação do Estado de Israel é formada” (SOLIMAN, 1990, p. 120). Na realidade, essa resolução não propunha somente a criação do Estado judeu, mas sim a divisão da Palestina em um Estado árabe e outro judeu, e a internacionalização de Jerusalém e sua união econômica, como já foi demonstrado anteriormente, Soliman, apesar de ser nitidamente contra o plano por este “ter sido traçado num asilo de loucos”, também reconhece a inabilidade dos árabes em negociar algo melhor adequadamente: “os árabes, inábeis e ainda pouco acostumados às justas internacionais, rejeitam o plano” (SOLIMAN, 1990, p. 140). Analisamos que possivelmente não fora só isso, havia fatores complicadores a mais, a exemplo de os representantes de algumas nações como Jordânia e Síria terem seus próprios planos para a Palestina, como parte de seus territórios.

O que os árabes palestinos, “[...] representados pelo Conselho Supremo Muçulmano e pelo Partido Palestino Árabe Nacional” (VISENTINI, 2012, p. 23), não perceberam e, portanto, também rejeitaram o plano, que claro nunca foi nem de longe o ideal, e os sionistas percebem imediatamente, é que a aceitação deste lhes daria, afinal, seu Estado e legitimidade e, sobretudo, a base de que precisavam, o resto, bem o resto conseguiriam depois, estavam para isso se preparando há décadas e, a partir dali, do aval internacional, lançar-se-iam a ‘avanços mais substantivos’.

Na Palestina, perto do Mar Morto, no hotel Kalia, o homem que é considerado o pai do Estado de Israel aguarda ansioso ao resultado da votação, é então informado de madrugada: “Bem Gurion recebe a boa nova; o projeto de criação de um estado judeu foi adotado pela ONU por 33 votos contra 12 e 10 abstenções” (ZOHAR, 1967, p. 144). Ele volta imediatamente a Jerusalém, sabia que não era o fim de nada, muito pelo contrário, o limiar de nova luta, agora para a consolidação do Estado, mas, para isso, preparavam-se há muito.

Desde as formações iniciais do *Hashomer* (A Guarda), que substituiu os antigos seguranças de origem beduína e circassiana⁵⁴ contratados dos *kibutz*, os destacamentos de defesa evoluíram muito; a *Haganá* já era uma força considerável, contando com milhares de recrutas, no entanto, havia “ressalvas quanto a sua disciplina militar” (ZOHAR, p. 148). Já o *Palmach* constituía-se em respeitável força de combate, disciplinada e bem treinada, contava com cerca de 3000 homens e seria a base da força armada de Israel. Havia também os grupamentos clandestinos, o *Etzel* e o *Lehi*, que no momento foram tolerados e utilizados em ações de ‘limpeza’, apesar de o comando da *Haganá* sempre negar

⁵⁴ Segundo Peter Demant (2013), aqueles chechenos que, no século XIX, reemigraram para o Oriente Médio são chamados de cherquesses ou circassianos.

qualquer vinculação oficial com tais grupos, devido a sua violência, e tentar manter a fama incólume da ‘*thohar aneshek*,’ a pureza de armas da Haganá.

Mas, como Soliman afirma, “os mitos só tem vida longa quando a inteligência abdica” (SOLIMAN, 1990, p. 121), a lenda sobre justiça das armas das FDI não se perpetuará, pelo menos não indefinidamente. A inteligência acordará de um sono que, para a infelicidade de tantos que sofreram, durou muito tempo. Michel Bar Zohar, doutor em Ciências Políticas e biógrafo oficial de Bem Gurion, com acesso ao próprio ‘chefe’ e a seus dados, afirma que há muito os judeus se preparavam para os embates, que todos os líderes do sionismo tinham certeza de que um dia chegariam:

Na primavera de 1939, os depósitos secretos da *Haganá*, espalhados pelo país, contavam com 6000 fuzis, 1 milhão de cartuchos, 600 metralhadoras leves e pesadas, 24000 granadas, 12000 obuses, sem contar milhares de fuzis ‘legais’ nas mãos das forças policiais judaicas, em caráter de forças auxiliares nem as armas de que dispõem as outras organizações clandestinas, o ETZEL – iniciais da ‘Organização Militar Nacional’ e o LEHI – iniciais de ‘Organização pela Liberdade de Israel’ (BAR-ZOHAR, 1967, p. 106).

Nessa citação, verificamos que os arsenais eram consideráveis desde 1939 e inicialmente eram preparados para o enfrentamento com os britânicos. Nesse trecho também podemos vislumbrar as forças judaicas principais da época: a oficial, a *Haganá*, aglutinada por Gurion, que conseguira reunir grupos socialistas, trabalhistas e também os de tendência anglófila de Weizman, e os que buscavam somente uma pátria e reforçavam as fileiras dos milhares de ‘recrutados da *Haganá*’, e as outras duas que também constituíram grupos armados: o ETZEL e o LEHI, popularmente conhecidos por o *Yrgun* e *Gang Stern*, de tendências nitidamente de direita.

Porém, esses arsenais e seus dirigentes, que, até 1939, eram preparados para um previsível embate com os britânicos, foram redirecionados, principalmente no que tange aos efetivos. Com o início da Segunda Guerra em 1939, os planos mudaram: Bem Gurion, apesar de ainda combater obstinadamente o livro branco dos ingleses, segundo Zohar, percebe que o inimigo principal dos judeus é Hitler, então, depois de finalizadas as últimas negociações, no já citado Acordo de *Havaar*, entre o *Ishuv* e Hitler, acordo que, apesar das críticas, levava à Palestina, bem ou mal, milhares de condenados ao extermínio. Claro, só interessava ao *Ischuv* e à agência judaica que fossem levados para lá.

Depois do término das transações decorrentes do “*Havaara*”, exatamente em 1939, e do início da guerra, as fileiras britânicas estarão mais cheias no Oriente Médio, agora de soldados judeus, pois:

Mais de 30.000 homens e mulheres combateram em todos os fronts do oriente médio, na Líbia, na Grécia, na Tunísia e na Sicília. Prudentemente caracterizados sob o nome ambíguo de Palestinos, os regimentos judaicos do Ischuv honraram a bandeira da estrela de Davi. Em Bir-hakein, os legiários do general Koenig prestam continência a uma companhia do *West African Rifles*, que perdeu 450 homens, 9/10 de seus efetivos no campo de batalha. No Fort-Gourad, o ponto de partida da invasão da Síria é marcado por uma batalha sangrenta entre somalis e judeus. Neste dia Moshe Dayan, futuro chefe do estado maior do Exército de Israel e vencedor do Sinai, perde sua vista esquerda. Para-quedistas judeus, homens e mulheres partem em missões suicidas na Europa ocupada. Após longos anos de conversações junto ao governo britânico, Weizmann e Shertok realizam seu ‘objetivo de guerra’, a criação de uma brigada judaica. Equivalente a uma divisão reforçada, este exército judaico, o HAYL - iniciais de brigada judaica combatente -, participará nos combates decisivos na Europa e hasteará a bandeira azul e branca em Berlim no dia da vitória (BAR-ZOHAR, 1967, p. 110).

Serão esses quadros de veteranos que fornecerão a futura oficialidade profissional da *Haganá* e do *Palmach* (tropa de choque) na guerra, que sobrevirá, apesar da desconfiança inicial dos chefes dessas formações, que preferiam combates improvisados e baseados na bravura e coragem de seus homens, “com os quais já haviam realizado feitos consideráveis” (ZOHAR, 1967, p. 148), a planejamentos profissionais de um exército regular, dos quais os veteranos incorporados da Segunda Guerra Mundial não mais prescindiriam.

Pelo que notamos, não foi somente a Legião Árabe da Transjordânia, a serviço do rei Abdula e comandada pelo inglês Glub Pasha, “a mais formidável força militar da região” (SCALÉRCIO, 2004, p. 56) treinada pelos britânicos, pois toda a formação militar dos futuros dirigentes das FDI de Israel fora realizada sob o comando e treinamento específico dos britânicos na II Guerra Mundial, inclusive as suas famosas unidades paraquedistas. A contribuição desse considerável efetivo judaico dentro do Exército inglês será citada, na futura Declaração de Independência de Israel, como um dos motivos pelos quais Israel “mereceria figurar ao lado dos povos que fundaram as Nações Unidas”⁵⁵ e, portanto, também incluir-se na família de ‘nações soberanas’, com direito a uma cadeira entre elas.

Seguiu-se à resolução 181 da ONU um estado de guerra interna, que já se vislumbrava desde 1946, porém, intensificou-se depois de o plano de partilha ser aprovado pelas Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947, quando:

Uma semana mais tarde, começava a batalha de Jerusalém. Os árabes assediaram a cidade. Os judeus destruíram o hotel Semiramis, os árabes, o prédio do *Palestine Post*, a rua Bem Yeuda e a sede da agência judaica. O bairro judeu da cidade velha ficou sob assédio. Não menos de 30.000 dentre os 100 mil judeus abandonaram a cidade. (BRUNO, 2005, p. 53).

⁵⁵ Ver Declaração de Independência de Israel, 5º parágrafo, documento completo disponível em: <http://www.pazagora.org/1948/05/declaração-da-independência-de-israel>.

As unidades judaicas há muito sabiam da inevitabilidade dos embates, e certamente do lado árabe palestino também; suas milícias eram comandadas pelo celebre e “mais notável guerreiro de que dispunham Abedel Quader al Husseini” (SCALÉRCIO, 2004, p. 58), e, apesar da coragem e muitos atos de bravura demonstrados, e de estarem levando a melhor até março de 1948, quando “o fornecimento de armas às forças judaicas pelos países ocidentais, em especial a Tchecoslováquia, inverte a situação” (MASSOLIÉ, 1996, p. 63), os grupos milicianos palestinos não serão mais páreis para as, agora melhor armadas, tropas da *Haganá*, e do *Palmach*, que contavam com o auxílio da *Gang Stern* e do *Yrgun*.

Ben Gurion e a alta liderança judaica sabiam que a Proclamação de Independência que pretendiam realizar iria, invariavelmente, fazer com que os conflitos tomassem outros rumos, com a intervenção de forças regulares dos estados árabes, portanto, planejaram, e, em março de 1948, o alto comando judaico colocou em execução o Plano D, oriundo da letra *Dalet*, quarta do alfabeto hebraico. Esse plano preconizava, a princípio, colocar em segurança os assentamentos judaicos e todas as áreas que a resolução da ONU destinava à soberania judaica, e a ligação entre as fronteiras limítrofes do novo estado, apesar de estas, oportunamente nunca serem aludidas pela liderança do *Ishuv*, muito menos na Declaração de Independência de Israel se fez alguma questão da especificidade dessa delimitação, ou sequer de deter-se nos limites fixados pela ONU. Gurion sempre deixara isso bem claro a todos. O texto dele a seguir deixa claro seu não comprometimento com a delimitação prévia das fronteiras:

Vejam por exemplo a declaração de independência dos EUA; ela não contém nenhuma alusão a limites territoriais. Não estamos obrigados numa declaração de independência a precisar exatamente os limites do estado. Os árabes nos atacam. Se conseguimos derrotá-los, a Galileia ocidental e o território compreendendo os dois lados da estrada de Jerusalém tornar-se-ão parte integrante do estado. Se tivermos a força para fazê-lo, por que não fazê-lo (ZOHAR, 1967, p. 178).

Como pode-se notar, nas palavras do líder maior do *Ischuv*, se as condições oriundas da guerra lhes fossem propícias, as forças de Israel não só poderiam como deveriam conquistar territórios, sendo mesmo uma das suas prioridades capturar cidades árabes e ‘limpar territórios’, nesse sentido, os comandos volantes dispunham de “grande autonomia” (SCALÉRCIO, 2004, p. 58); quanto ao Estado Maior, essa autonomia poderia ser usada de novo de maneira oportunista quanto à desvinculação da chefia central com os atos desses comandos, caso ocorressem atos demasiadamente sangrentos, Deir Yassim é um exemplo

dessa estratégia. A *'Tohar Aneschek da Haganá* não poderia ser manchada', se o fosse teriam afinal uma desculpa, não partira de seu comando as ordens para nenhum ato bárbaro.

As consequências advindas do 'plano D' já poderiam ser verificadas ainda no início de 1948, milhares de árabes em fuga abandonaram suas casas, apesar de, em parte, a culpa desta partida, ou expulsão, poder ser atribuída à inabilidade inicial de seus líderes, que, em transmissões por rádio, segundo 'sionistas', pelo menos inicialmente havia os incentivado a sair e voltarem somente quando o conflito chegar aos 'seus irmãos do entorno' e depois da vitória triunfal destes sobre as forças judaicas. Para Lotfallah Soliman, essas afirmações seriam completamente inverídicas:

Dois eminentes cientistas, um palestino, Walid Kalid, em 1959, e outro irlandês, Erskine Childers, em 1961, tentarão em vão demonstrar que todas essas afirmações não tinham por base nem mesmo falsas interpretações de fatos reais, mas simples alegações que nenhuma peça, mesmo que forjada apoiava, e o mito perdurará e sobreviverá aos trabalhos recentes dos pesquisadores israelenses publicados nos Estados Unidos e na Grã Bretanha desde 1987. Na França, esses trabalhos, de Tom Seguev, Simba Elapam, Benie Morris, Avi Shlaim, etc., continuam, aliás, a ser ignorados. Na França, onde a pesquisa histórica deve continuar a ser ideológica, preferem-se as certezas delirantes de uma Annie Krieel e as jeremiadas de um Élie Wisel (SOLIMAN, 1990, p. 126).

Se acaso houve, realmente, qualquer transmissão deste cunho, foi proferida ou por um inapto ou talvez pelos próprios interessados na evacuação e expulsão dos árabes de seu território. Qualquer estrategista mediano em assuntos militares saberia que, quando esses efetivos regulares árabes entrassem na guerra e invadissem a Palestina, seria muito melhor poder contar com a população autóctone favorável a eles, para dar-lhes algum auxílio, sempre oportuno em termos de logística.

Segundo Soliman (1990 *apud* BÉGUIN, 1949), autoridades sionistas usaram expedientes de terror psicológico para fazer com que as populações árabes se deslocassem com medo de que barbaridades ao estilo de Deyr Yassim ocorressem. Ele cita o próprio Menahen Béguin, líder do grupo *Yrgun*, que se gaba orgulhosamente de que suas ações, mesmo sendo exageradas por parte de seus inimigos, prestaram um grande serviço ao estado e às fronteiras de Israel:

Os quartéis gerais árabes em Ramallah difundiram uma história cruel de atrocidades, pretendendo que o yrgun procedera ao massacre sem discriminação, de cerca de duzentos e quarente homens, mulheres e crianças em Deyr Yassin. Os órgãos oficiais sionistas, assombrados com o desenvolvimento das forças do yrgun e com o crescimento de sua base popular, apoderaram-se avidamente dessas acusações árabes e, sem mesmo procurar verificar sua veracidade, aceitaram-nas como vieram e apressaram-se a denunciar e condenar o yrgun. Esta *Greuelpropaganda* árabe-sionista teve, entretanto, consequências imprevistas e imediatas. Através de todo o país, os árabes, levados a acreditar em loucas lendas sobre a ‘carnificina do yrgun’, foram tomados de pânico e começaram a fugir para salvar suas vidas. Esta fuga em massa desenvolveu-se rapidamente em louca e incontrolável debandada. Dos oitocentos mil árabes que viviam no território atual do estado de Israel, só restam cento e sessenta e cinco mil. O significado político desse desenvolvimento dificilmente pode ser superestimado. (SOLIMAN, 1990 *apud* Béguin, 1949, p. 130).

Depreende-se da fala do líder do *Yrgun*, citada na obra de Soliman, que o fato de terem sido alardeados, sendo totalmente verídicos ou não, atos de crueldade perpetrados por seu grupo, difundidos pela liderança da *Haganá* por medo de sua influência, e no caso das lideranças árabes para denegrir sua imagem e a de seus militantes, isso foi, na realidade, benéfico para o Estado de Israel, pois o livrou de imenso número de árabes que, amedrontados, abandonaram suas casas. São esses que fugiram tomados de pânico (linha 13) e seus descendentes os que atualmente são impedidos de voltar, como se fossem culpados de algo, como se houvesse culpa no fato de serem simplesmente humanos e temerem por suas vidas e a dos seus.

Seja como for, o fato é que se foram, expulsos ou se fugiram amedrontados por violência extremada de grupos armados que souberam se utilizar de procedimentos psicológicos e de terror eficientes, ou instigados pela incompetência de líderes despreparados que abusaram de uma retórica triunfalista, que, nem de longe, poderiam ter utilizado seriamente, dando-lhes a esperança de uma vitória fácil, ou uma mescla das alternativas, não importa mais, a certeza é que deixaram uma terra que por direito era sua, lhes pertencia há séculos, ali residiam e tinham raízes profundas.

A grande liderança guerreira árabe palestina, o primo do *Mufti* de Jerusalém, Abdel kader al Husseini, morreu em 9 de abril de 1948, “e a resistência palestina não sobreviverá por muito tempo a seu bravo cavaleiro” (SOLIMAN, 1990, p. 125).

Ao mesmo tempo que o plano D era executado, a agência executiva judaica e seu chefe maior decidiram que a proclamação de independência de Israel ocorreria em 14 de maio de 1948, um dia antes da data oficial para a evacuação das tropas britânicas. Concomitantemente a isso, e sempre seguindo seus próprios planos, tinha de conseguir enquadrar de vez os comandos da *Haganá* e do *Palmach*, que eram, na sua opinião, as únicas forças capazes de poder levar a cabo sua guerra; porém, essas ainda se mantinham sob a

chefia de homens nitidamente pró-soviéticos, e pior, alguns favoráveis a um Estado binacional.

Interessante verificar alguns trechos do biógrafo de Bem Gurion, para perceber-se que o que hoje parece um estado totalmente controlado pela direita e seus homens nem sempre assim o foi, e que existiam ‘outras formas de pensamento e de ação política que, mesmo minoritárias’⁵⁶, merecem serem lembradas:

O Palmach fora concebido, criado e dirigido por lugar-tenentes do velho líder Tabenkine, chefe do movimento: ‘a unidade do kibutz’, surgido como uma cisão do Mapai em 1944 e, após uma longa evolução, juntou-se à extrema esquerda, para formar o Mapam, partido operário de tendência pró-soviética. Desta evolução três aspectos aparecem perfilados: o primeiro, é que um partido minoritário, que representa no máximo 5% do Ischuv, dirige a mais potente formação militar do Ischuv; mais ainda: o chefe do ‘comando nacional’ Israel Galili, que dirige a Haganá, é também um dos chefes deste partido. Segundo ponto paradoxal: a Haganá e o Palmach, únicas forças capazes de criar pelas armas o estado de Israel, se acham sob influência de um partido que NÃO lutara pelo nascimento de um ‘ESTADO JUDEU’; a EXTREMA ESQUERDA, com efeito, lutou por um ‘ESTADO BINACIONAL’, enquanto os homens de Tabenkine, após terem se oposto ao programa de Biltmore, lançaram a fórmula fácil de mandato internacional sobre a palestina. Terceiro ponto delicado, que se tornara embaraçante, a partir do ponto em que as questões diplomáticas se colocam ao estado: a orientação do Mapam e da quase totalidade dos oficiais superiores do Palmach é nitidamente pró-soviética. Como reagirão eles de posse das armas do estado se este decidir-se a seguir um rumo diferente? (ZOHAR, 1967, p. 162).

A preocupação demonstrada por Gurion no trecho transcrito acima decorre de que as armas ‘enviadas pela Checoslováquia a mando de Stálin’ estavam prestes a chegar, muito embora essas armas são as que fariam toda a diferença na Guerra de Independência. O pragmático Gurion não queria que tais armamentos ficassem sob o comando e nas mãos de gente ligada ideologicamente ao bloco soviético e ao líder que as mandara (Stálin), sendo alguns destes com inclinações internacionalistas, como se nota no texto, ou com adeptos da ‘inadmissível ideia de um estado binacional’, não o estado seria judeu. Gurion e os seus trabalhariam com afinco para se livrarem desses perigos e dessa gente ‘inadequada’ aos fins que almejavam para ‘o seu Israel’. Daí em diante ele tomará as iniciativas para privar essas formações militares de seu comando principal e conseguirá seu intento. Galili é afastado, após todos os tipos de manobra, por Gurion, que consegue suprimir o cargo de chefe do “comando nacional” (BAR-ZOAH, 1967, p. 164), cargo ocupado por Galili.

Embora a alta oficialidade tenha se revoltado e, os chefes dos departamentos, oficiais superiores do Estado-Maior, apresentam-se ante Bem Gurion: “O

⁵⁶ Não esqueçamos que o Partido Bolchevique, na Revolução Russa de 1917, era também minoritário, no início correspondia a cerca de 5% dos revolucionários.

general Elihau Cohen (Bem Hur), o general Zvi Ayalon, o general Igal Sukenik (Yadsin) e o general Moshê Lerer Zadok) opõem-se violentamente à transferência de seu chefe” (BAR-ZOAH, p. 165) e exigem sua recondução. Com o advento da guerra após a proclamação, até os oficiais de esquerda não terão o que fazer, a não ser o que guerreiros fazem quando um exército lhes faz frente: lutam. As forças retrogradadas a partir de então tomariam a frente.

Achamos interessante destacar o trecho anterior, pois o autor exprime as preocupações de Gurion, procurando frisar que este sempre foi pró-ocidental e contra os ‘esquerdismos ligados a Moscou’, marketing autoral, sem dúvida, para angariar ainda mais as simpatias de Washington e de seus aliados, mas uma publicidade em cima de algo bem factível, pois realmente o ‘velho’, apesar do pragmatismo e de sua juventude socialista, demonstrará preferência pelo sistema ocidental. O autor transmite também as preocupações do líder, e as considera como totalmente legítimas e bem intencionadas, sobre o que queria e não queria para o futuro Estado; realmente, para ele e seu grupo, tais preocupações e receios eram fundamentais, eles não queriam um Estado esquerdista, binacional⁵⁷, ou internacionalizado, nada disso, queriam “o estado judeu para, e talvez só para!, judeus”, como Herzl preconizava em “L’État des Juifs (O Estado Judeu) de 1896”.

Podemos perceber que, apesar do modo como as coisas se desenrolaram, tudo poderia ter sido diferente, até os kibutz, tão criticados por Said como segregacionistas, não o eram, não em todas as suas formas, muitos tinham um ideal de real fraternidade e igualdade social. A guerra tem o poder de modificar tudo, e geralmente para pior, pelo menos enquanto ela persiste, e essa iniciada em 1948 nunca teve um fim, ainda aí está.

3.4 A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL

Antes que estivesse de parto, deu à luz; antes que lhe viessem as dores, deu à luz a um filho. Quem jamais ouviu tal coisa? Quem viu cousas semelhantes? Poder-se-ia fazer nascer um país num só dia? Nasceria uma nação de uma só vez? Mas Sião esteve de parto e já deu a luz seus filhos.
(ISAÍAS, 66: 7, 8)

A 14 de maio de 1948, sexta feira, 5 Yar 5708 pelo calendário judaico, às 4 horas da tarde, foi proclamada a independência judaica. Essa data, segundo Bar-Zohar (1967, p. 180), foi antecipada, pois o dia 15 de maio cairia numa sexta feira, data sagrada para a grande maioria dos judeus, e a liderança sionista não poderia prescindir de uma data com a

⁵⁷ Essa solução era defendida pelo grupo marxista judeu do “Hachomir Hatzair” para qual os judeus formavam uma nação, como os árabes, e a solução revolucionária residiria no binacionalismo e no princípio de “não dominação de uma nação pela outra, ver Soliman, 1990, p. 97-98.

qual todo o *Ischuv* concordasse, mesmo porque precisariam da união de todos os esforços, os quais, pelo que sabiam, estavam prestes a enfrentar. Por isso mesmo, Gurion passa a retificar e corrigir o que achava necessário no texto: “o espírito sutil de Shertok dá lugar ao espírito vigoroso e direto de Bem Gurion” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 180), provavelmente o “espírito vigoroso e direto de Gurion” adequava o texto deixando-o palatável a todas as conveniências que seu pragmatismo intuía. De madrugada, o líder é interrompido por um telegrama: “os habitantes de kfar etzion que içaram a bandeira branca foram degolados pelos árabes” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 180). François Massolié (1996, p. 63) considera o ocorrido uma vendeta pelo massacre dos habitantes de Deyr Yassim, ocorrido em 10 de abril, perpetrado pelo *Yrgun* de Beguin.

A Carta contendo a declaração em nome do conselho nacional representando o povo judeu na palestina e o movimento sionista do mundo é lida por Gurion em Telaviv, em frente a uma plateia de sionistas e jornalistas. Interessante que, logo atrás do ‘velho’ (como Gurion era chamado), ‘encontrava-se convenientemente postado um grande retrato de Herzl’⁵⁸, como que a abençoar e legitimar o líder da independência de Israel. Enfim, o sonho do ‘pai da Israel moderno’ era alcançado, mas, refletindo mais detidamente, qual seria o pai do Israel do século XX, aquele da foto ou o que lia a declaração, a simbiose era naturalmente estimulada, quase uma transubstanciação era induzida, o velho não só era um político hábil e pragmático ao extremo como também um bom marqueteiro, ao estilo dos de hoje. Tanto que, por estratégia de marketing, ou não, o fato é que a declaração de independência de Israel serviu a isso também, além de enfatizar uma visão humanista de mundo, fazer referências em cima do holocausto nazista na Europa, enfatizar que Israel lutou ao lado das nações que combateram o nazismo (através do *Hayl*). Portanto, é uma das vitoriosas da guerra, tanto quanto todas as outras, e merecia figurar ao lado de todas as nações soberanas que fundaram a ONU, e lá ter um assento garantido, pois lutará por isso.

Além de tudo isso, a Declaração da Independência de Israel⁵⁹, que continha “afirmações, compromissos e importantes omissões” (SCALÉRCIO, 2004, p. 61), deixava claro que, apesar de estar aberta à imigração de judeus de todo o mundo, comprometia-se com as garantias e liberdades das outras comunidades de seu Estado:

⁵⁸ Para visualização desse momento: <http://www.pazagora.org/1948/05declaração-da-independencia-de-israel>.

⁵⁹ Documento completo disponível em: www.pazagora.org/1948/05declaração-da-independencia-de-israel/.

O ESTADO DE ISRAEL será aberto a imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento, o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; será baseado nos preceitos de liberdade e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá total igualdade social e política para todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá total liberdade de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e inviolabilidade dos templos e lugares sagrados de todas as religiões; e se dedicará aos princípios da carta das nações unidas.

Podemos perceber que a declaração compromete-se explicitamente com as orientações estabelecidas pela resolução 181 da ONU (analisada por nós anteriormente) e garante o direito de cidadania plena aos árabes de seu território, apesar de ‘fazer referências aos profetas judeus’, uma alusão que poderia ter sido dispensada pelo Gurion ‘ateu’, mas a qual o Gurion pragmático jamais dispensaria, comprometia-se a garantir o pleno direito a todas as outras religiões e seus lugares sagrados, tentava contemplar a todos. Tais iniciativas podem ser entendidas como meramente oportunistas, porém eram mais que isso:

Na verdade, as consequências políticas da iniciativa eram complexas demais para acreditarmos que se tratava de mero oportunismo. No momento de criação de Israel, a população da Palestina como um todo era majoritariamente árabe. Bem Gurion não podia imaginar que o sucesso do plano D e a subsequente vitória sobre os exércitos regulares árabes provocariam um caudal de refugiados tão grande. Na época, a liderança judaica apostava mais num incremento vertiginoso da vinda de colonos judeus para a região que uma fuga em massa dos árabes (SCALÉRCIO, 2004, p. 61).

No concernente à economia, a declaração assegurava também ensejar todos os esforços para o estabelecimento da união econômica de toda a Palestina. Quanto aos limites territoriais, não os aludia, em uma única linha sequer, como também já visto anteriormente, isso era uma determinação da cúpula sionista, de não se fixarem limites na declaração (BAR-ZOAH, 1967, 178). Tal falta de compromisso com os limites, após a guerra, se mostraria muito conveniente aos objetivos expansivos do estado, visto com a guerra que sobreveio terem se apropriado de muito território destinado pela decisão 181 da ONU aos árabes.

Próximo ao final, há uma alusão à agressão que os territórios judeus sofriam, já antes da declaração, no dia 13 de maio, os primeiros embates tinham sido iniciados, kfaz Etzion caíra em mãos árabes, carros blindados árabes se dirigiam para outros pontos do bloco. No sul, ‘pesada ofensiva egípcia tem como objetivo os postos isolados’ (BAR-ZOAH, 1967, p. 179). Em suas últimas frases, lendo a declaração de independência de Israel, ‘o velho’ conclama:

[...] em meio a brutal agressão instamos aos habitantes árabes do estado de Israel para que retornem aos caminhos da paz e façam sua parte no desenvolvimento do estado, com total e igual cidadania e a devida representação em seus órgãos e instituições – provisórios ou permanentes. Oferecemos paz e boa vizinhança a todos os estados vizinhos e seus povos, e os convidamos a cooperar com a nação independente hebraica para o bem comum.

Já quando em 29 de novembro de 1947, o plano de partilha palestina havia sido aprovado, todos os Estados Árabes se mostravam extremamente contrários à decisão e dispostos a tudo para impedirem a criação do Estado de Israel ,a pretexto de protegerem os interesses dos palestinos, então desorganizados, porém escondendo, na verdade, interesses próprios, como demonstrava Abdula (Cairo 10 de abril 1948), que avisa que invadirá a Cisjordânia logo que os ingleses saírem. No entanto, o Rei Faruk (Egito) adverte que o país deve ser entregue aos palestinos para que escolham seu próprio governo, sendo imediatamente aplaudido por Abdula, pois para ele estaria intrínseco: não é necessário nem conquista, nem ocupação, nem partilha, pois o povo é um só, e a Palestina é a banda costeira da Transjordânia.

De acordo com Isaac Akcelrud (1984, p. 67), os Sírios percebem logo o tom do discurso do monarca *Hachemita* em detrimento de seus interesses, em vez do “Sul da Síria”, a Palestina passava a ser o “Litoral” da Transjordânia, no lugar da “Grande Síria”, a “Grande Transjordânia”, e é claro que não podiam concordar. Logo após a “proclamação do estado de Israel em 14 de maio”, os exércitos regulares árabes do entorno declaram guerra ao novo país, embora esse estado de guerra já existisse internamente com o plano *Dalet*, e os conflitos entre os comandos judeus e as milícias palestinas ocorressem há muito. Ainda, um dia antes da proclamação, forças regulares árabes já avançavam contra as áreas de assentamentos judaicos:

A 12 de maio a invasão do território judeu pela legião árabe tem início. Mil e quinhentos homens, apoiados por tanques e canhões, constituem a primeira onda de assalto. Algumas horas mais tarde, com uma calma olímpica e uma fleuma britânica, um funcionário de sua majestade lê o comunicado anunciando a próxima partida do alto comissário (BAR-ZOHAR, 1967, p. 176).

A guerra oficial só começaria a 15 de maio de 1948, e, embora parecesse estar em maior número, pela soma dos países aliados contra Israel, havia grande disparidade entre os exércitos árabes, sendo esses compostos pelos efetivos do Egito, da Transjordânia, da Síria, do Líbano e do Iraque, e o comando geral foi dado ao rei da Transjordânia, Abdula. No início dos conflitos, todos esses exércitos unidos, regulares e irregulares, somavam 25 mil homens, enquanto as forças de defesa de Israel organizaram 35 mil soldados, homens e

mulheres, “em junho os israelenses contavam com 65 mil, e em dezembro com 96.441” (SCALÉRCIO, 2003, p. 62).

Quanto ao profissionalismo dos efetivos árabes, a situação era talvez pior que o seu número, fora a bem treinada ‘Legião Árabe do rei Abdula’, os outros exércitos eram de uma capacidade sofrível, ou nenhuma, como no caso do Líbano, que disponibilizará somente cerca de 400 homens para os conflitos, país esse que, além da fraqueza incontestada, fazia parte dos planos de Gurion, que pretendia apoiar a formação de um estado cristão no sul, no vale do rio Litami.

Já quanto ao comandante em chefe das forças árabes, o *Hachemita* Abdula de Ama, o líder judeu há muito tratava com ele através de sua emissária Golda Meyerson (Meyer no futuro) e sempre procurara evitar “[...] uma confrontação armada entre Israel e o maior exército do Oriente Médio, a situação do estado judeu não se apresenta tão desesperada. Terá a Transjordânia de participar do conflito? É o único país árabe que pode ser dissuadido a participar do conflito” (ZOHAR, 1967, p. 174).

Os sionistas contavam com a não participação da Transjordânia, ou pelo menos que, se participasse, não fosse tão enfática assim em seus esforços. Foi para esse potentado, o pouco previsível ou confiável Rei Abdula, oferecida, mesmo que nominalmente, a chefia, o comando geral dos exércitos árabes unidos. A rigor, controlava somente a sua bem treinada legião, cujo comandante era o ‘ex-oficial britânico, apelidado de Glub Pascha’⁶⁰, talvez por isso mesmo os rumos da guerra tenham sido os que foram. Interessante fazer um adendo para visualizar melhor a composição dessa ‘bem treinada tropa’ que servia ao monarca *Hachemita*, que, além de seus beduínos, incluía também:

[...] aventureiros de organizações fascistas remanescentes da débâcle da guerra, incluiu circassianos desertores do Cáucaso ‘reeducados pelos nazistas, muçulmanos iugoslavos saídos dos campos italianos de prisioneiros, elementos das tropas de assalto de Hitler misteriosamente desaparecidos das prisões egípcias, mercenários ingleses e alguns poloneses do Exército de Anders, o mesmo que trouxe até a Palestina o cabo Menachem Beguin. (AKCELRUD, 1984, p. 67).

⁶⁰ Em meios militares sabe-se que não existe o ‘termo ex-oficial’, excetuando-se o caso de expulsão, o oficial inativo ou está reformado (aposentado) ou faz parte da reserva, mas sempre será considerado um membro das forças armadas, podendo ser convocado em caso de necessidade, portanto as lealdades dessa figura certamente eram discutíveis, estaria em primeiro lugar o monarca *Hachemita* da Transjordânia, ou a coroa britânica? talvez pouco importa, pois os interesses ingleses e de Abdula, no caso de uma guerra contra Israel, nesse sentido, poderiam ser ‘bem convergentes’.

De acordo com Isaac Akcelrud (1984), Abdula havia sido autorizado pelos ingleses de se apoderar do ‘território destinado aos palestinos’⁶¹, a Galileia seria deixada para a Síria ou para o Líbano, conforme o desenrolar de tudo, Gaza ficaria para o Egito. Por tais ‘interessantes motivos’, o exército do rei da Transjordânia preferiria os elementos acima identificados para aumentar seus efetivos, do que colocar armas nas mãos de palestinos árabes, já naquele tempo maioria da população de seu reino, mas que tinham o inconveniente de querer um país deles, e não um pertencendo à monarquia *Hachemita*.

Percebe-se que os aliados da população árabe da Palestina tinham interesses muito singulares na questão, talvez por isso mesmo não conseguiram conjugar seus esforços “no plural na guerra que desfecharam” contra Israel. Mas seria mesmo só contra Israel? Ainda segundo Isaac Akcelrud (1984, p. 67), “a invasão múltipla contra o recém-nascido estado judeu camuflava uma disputa inter-árabe e escondia cinicamente a recusa ao direito de autodeterminação e soberania dos palestinos”.

Como já havíamos verificado, apesar da enormidade aparente, que poderia representar, à primeira vista, os exércitos dos cinco países árabes unidos contra Israel, essa pretensa vantagem era ilusória, as FDI de Israel se mostravam muito melhor preparadas para o conflito, com uma capacidade real de mobilização e com armamento novo chegando do leste europeu, inclusive aviões para sua recém-criada força aérea. Além de tudo, podiam contar com as divisões internas dos governos árabes a seu favor, portanto a desvantagem era só aparente contra o agora independente *Medinat Ysrael*, o Estado de Israel, que contava com um ingrediente a mais a impulsionar os homens e mulheres do Tsahal; portanto, tinham que vencer, resistir, pois a derrota significaria a extinção de sua pátria soberana recém-conquistada.

Márcio Scalécio (2004, p. 62) afirma que a guerra de independência de Israel pode ser dividida em três fases: a primeira, “de 15 de maio a 11 de junho; a segunda, de 9 a 18 de julho; a terceira, de 15 de outubro a 7 de janeiro de 1949”, todas sendo interrompidas por tréguas periódicas, até o armistício negociado pela ONU.

O quadro geral do conflito, iniciado já no dia 15 de maio, pode ser mapeado geograficamente assim: o sul da Palestina até o litoral da Faixa de Gaza estava a cargo das forças egípcias, auxiliados por milicianos árabe-palestinos. No litoral e na fronteira norte, operavam os libaneses contando com o suporte do exército árabe de

⁶¹ Na biografia de Bem Gurion, por Bar-Zohar, de 1967, existe uma referência, na página 175, a um parágrafo secreto do acordo entre a Inglaterra e a Transjordânia sobre a “entrega da Palestina à coroa Hachemita”. Essa informação teria chegado no dia 8 de maio, por parte do enviado secreto da agência judaica em Paris, Maurice Fischer, e causou apreensão nas autoridades do Ishuv.

libertação. No norte também os Sírios, na fronteira leste, estavam a cargo da temível Legião Árabe e do inexpressivo exército iraquiano. Em vinte dias, as FDI neutralizaram as mal equipadas forças egípcias, “[...] que avaliaram erradamente que poderiam contar com suprimentos fornecidos pelas demais forças árabes do Líbano, Transjordânia, Síria e Iraque” (SCALÉRCIO, 2004, p. 66).

Ledo engano, os suprimentos egípcios, suficientes para três dias, acabaram-se, e não houve reabastecimento por parte dos aliados. No norte, os sírios, embora mal equipados, demonstraram tenacidade na luta, mas quedaram-se paralisados em suas posições, não realizando qualquer esforço no sentido de ir ao encontro dos egípcios para os auxiliar, ou ligarem-se aos libaneses ou ao Exército Árabe de Libertação, aliás quanto aos libaneses, cuja sociedade estava dividida em inúmeras facções e onde estavam no governo políticos do ramo cristão maronita, que chegaram a afirmar que “o Líbano não era exatamente um país árabe” (SCALÉRCIO, 2004, p. 67), o esforço de guerra jamais poderia ser levado em grande conta.

Quanto à fronteira leste, a cargo basicamente da Legião Árabe, apesar de esta ser a única com reais condições de mudar os rumos da guerra a favor dos aliados, há muito, representantes sionistas encontravam-se com o rei Abdula, “o único potentado árabe passível de entrar em negociações” (ZOHAR, 1967, p. 175), tentando dissuadi-lo a entrar no conflito, que sabiam, adviria, ou então que, se entrasse, não o fizesse com tanto afinco, na verdade, Abdula sonhava com toda a Palestina e judeus e árabes vivendo debaixo da autoridade de seu cetro.

A estratégia de Abdula era perigosa, e ele foi assassinado em 1951 por ter sido considerado traidor da causa árabe; entretanto, a ambiguidade de suas ações não o impediu de entrar na guerra, não podia se negar a ir ao campo de batalha ao lado de seus irmãos árabes, no entanto, não era obrigado a ser muito ardoroso em suas ações:

Com a proclamação de Israel, a legião entrou na Palestina tomando posições defensivas próximas ao eixo Ramalha-Nablus (buscando o controle da Cisjordânia). Ocupou a cidade velha de Jerusalém e as localidades estratégicas que controlavam a estrada entre Tel Aviv e Jerusalém – Latrun e a linha entre as localidades de Lod (com o único aeroporto internacional da Palestina) e Ramle. Enviou ainda algumas unidades com o objetivo de ocupar pontos defensivos no Neguev e deixou que o extremo norte da linha árabe ficasse ao cargo das tropas iraquianas (SCALÉRCIO, 2004, p. 69).

Mesmo que as ações da Legião Árabe não possam ser encaradas como muito empenhadas, os maiores revezes que as forças de Israel sofreram foram por conta destas, pois não conseguiram assumir o controle da cidade velha de Jerusalém, e seus ataques

contra Latun foram repelidos. A legião só deixaria o Neguev na etapa final e por iniciativa própria; os únicos sucessos das *FDI* contra a legião foram nas áreas de Lod e Ramle, e mesmo assim contaram com a ajuda de “Pasha Glub de se retirar do local, pois entendia que não possuía forças suficientes para a defesa de suas posições” (SCALÉRCIO, 2004, p. 70).

No desenrolar dos acontecimentos, os sírios são, na Galileia, detidos pelos *Kibbutz* fortificados. Em 29 de maio, comandada pelo inglês Glubb Pacha, a Legião Árabe, da Jordânia, “após esperar por 10 dias a rendição” (BRUNO, 2005, p. 53), ocupa a parte antiga de Jerusalém, a qual só iria deixar na guerra de 1967. O Egito conquista o deserto do Negueve e a Faixa de Gaza; no dia 30 é assinado um cessar fogo, conseguido pelo mediador da ONU, Conde Folk Bernardot, que, mais tarde, em 17 de setembro, será assassinado por integrantes do Lehi, do futuro primeiro-ministro de Israel, Ytzhak Shamir.

Muito embora a finalização oficial da guerra só ocorreria no início de 1949, depois das várias tréguas e retomadas do conflito, no panorama geral, nunca se vislumbrou um futuro de sucesso para os exércitos árabes, seus interesses antagônicos patrocinavam a divisão interna, aliados a eficácia da *Haganá* e à sua mobilidade. Por fim, o armamento de que Israel se abasteceu prenunciava um epílogo de insucesso para os aliados e de vitória para as *FDI*, a qual será transformada em mito. A estratégia do exército de Israel fora baseada na grande mobilidade, podiam dar combate a um atacante, dissuadi-lo e rapidamente seguir para outro frente; isso, aliado a novos carregamentos de armas, que chegavam em número mais que abundante, fez toda a diferença.

A guerra era interrompida de tempos em tempos por tréguas, durante as quais ambos os lados aproveitavam para se reforçar, recrutando mais forças, mas a mobilidade das *FDI*, aliada agora às armas tchecas, fez a grande diferença, e, contando com o não envolvimento da Legião Árabe da Transjordânia numa guerra total, procurando apenas garantir posições e se defender, contribuirão para a vitória de Israel, o que se constituirá no grande mito da ‘*Haganá*’ e será humilhante para as forças árabes, o que será fator complicador de toda a questão e das relações entre Israel e os países árabes do entorno: “a supremacia conquistada pelas forças israelenses será grande demais” (SCALÉRCIO, 2003, p. 73).

Essa humilhação sofrida pelos árabes impulsionará um revanchismo complicador no futuro, e que ainda é notado. “Israel ganhara a guerra, mas perdera a paz”, como disse o oficial israelense Ygal Allon, muito embora os motivos que o impulsionaram a proferi-lo, sejam mais belicosos que se imagina a uma primeira mirada. Em sua opinião, as *FDI* deveriam ter aproveitado as vantagens e continuado a avançar ou, no mínimo, não

retroceder posições. Ele era contra posturas moderadas ou reentrega de territórios, parece que, como ele, esse pensamento militarista ganhara adeptos a partir de então, chegando a ter o predomínio nos meios militares israelenses.

Paralelamente à ação defensiva contra os Estados Árabes, houve o recrudescimento de um estado de guerra interna com os extremistas Israelenses do *Irgum* e do grupo *Stern* agindo em Jerusalém e procurando estocar armas vindas de fora, cujo caso mais representativo é o do *Altalena*, navio cujo carregamento de armas fora adquirido pelo *Irgum* e que, ao tentar desembarcar seu carregamento, entra em confronto com a *Haganá*, afundado em 3 de julho de 1948, em frente a Tel Aviv. Béguin estava a bordo e só se retirará após combate: “corvetas armadas da marinha israelense aparecem no horizonte. Obuses de morteiro chovem em quantidade, as metralhadoras crepitam entre os caixotes contendo explosivos. Os membros do *Etzel* tentam em vão fugir do círculo de fogo em que estão encerrados de costas para o mar” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 193).

As armas que haviam sido desembarcadas sob o olhar dos homens da *Haganá*, que estavam à espreita nessa hora, convenientemente escondidos, serão apreendidas, Béguin foge e refugia-se no navio; tenta resistir, mas o barco é afundado. Depois desse combate, a unidade das forças de defesa de Israel é conseguida, os grupos paramilitares são desfeitos, incorporando seus efetivos ao *Tsahal*. O Estado é um só, o Exército agora também o é. Apesar das tentativas de desvinculação das forças oficiais israelenses com massacres e expulsões, estas muitas vezes teriam também utilizado a violência e expulsado populações árabes de suas terras, seja por iniciativas de força ou pelo efeito do pânico. O trecho de Lotfallha Soliman (1990, p. 136), citado a seguir, com dados enumerados pelo pesquisador israelense Benny Morris, corrobora essa análise:

Examinando os arquivos mortos israelenses, ele chegou à conclusão de que a expulsão dos árabes se dera em fases sucessivas. Numa primeira, que ocorreu em fevereiro e março de 1948, várias aldeias da planície costeira foram esvaziadas de seus habitantes. No dia 3 de abril, o Haganah expulsou os 924 habitantes de Khirbet-Azzun. No dia 10, foi a vez dos 620 habitantes de Ad-Dumeira, dos 910 beduínos de Na-Nufeiat e dos 340 beduínos de Al-Faqora. Dia 15, os cerca de 650 habitantes da aldeia de Miska foram expulsos de suas casas, assim como um número indefinido dos de Khirbet-as-sakas. Um terceiro ciclo começou em maio. No dia 12, o Haganah esvaziou as aldeias de najd e sumsum de seus habitantes (respectivamente 600 e 1200). Dia 27, a Brigada Givati ocupou-se das aldeias de Zarnuka e Kaukaba e expulsou seus 2600 e 1870 habitantes. Os 1550 habitantes de Rubin foram expulsos em 1 de junho e, no dia 4, Yibna foi esvaziada de seus 5920 habitantes. Mesmo a aldeia de Huj, que era considerada pró-judaica e cujo *mukhtar* fora assassinado em janeiro, quando de uma visita a Gaza, por suas simpatias pró-sionistas, mesmo essa aldeia ‘colaboracionista’ foi esvaziada de seus 800 habitantes. Beni Morris enumera estas expulsões e muitas outras no seu livro *The birth of Palestine refugee problem, 1947-1949*. (SOLIMAM, 1990, p. 137).

É verificável que durante a guerra, a debandada, expulsão ou fuga, dos árabes palestinos intensificou-se, e, quando isto não foi causado diretamente pelas tropas da FDI, foi por elas no mínimo estimulada. Na ofensiva sobre a região de Lod, as tropas sob o comando do mais tarde célebre comandante israelense, Moshe Dayan, ao lidarem com um grande número de refugiados palestinos, moradores dos vilarejos do entorno, davam-lhes esta instrução: “vão ao encontro do rei Abdullah” (SCALÉRCIO, 2004, p. 71).

Grande parte desses desterrados deslocou-se para os territórios do monarca *Hachemita*. Parece desnecessário citar a extensa lista de atrocidades cometidas lado a lado desde então, mas é importante frisar a eficiência dos procedimentos físicos e psicológicos de evacuação levados a cabo pelas forças sionistas, tanto as oficiais quanto as que depois serão desintegradas e assimiladas em grande parte pela *Haganá*, transformada posteriormente no *Tsahal*. Henry Cattan (1987) afirma serem mais ou menos 1.600.000 refugiados, dos quais aproximadamente 600.000 residentes em território árabe segundo a partilha de 1947. Essas cifras são contestadas. De qualquer forma, o número é alto, pois, somente na guerra de 1948/49, “750.000 pessoas, de um total de um milhão e meio de árabes residentes na Palestina, deixam o território israelense” (MASSOLIÉ, 1996, p. 65).

Para melhor contextualização do problema que esses refugiados representarão no futuro para toda a região, apresenta-se a Tabela 2, a seguir, com os números atualizados de sua ‘Diáspora’:

Tabela 2 - Diáspora Palestina

País	Número
Jordânia	1.358.706
Cisjordânia	532.438
Faixa de Gaza	716.930
Líbano	52.668
Síria	347.391
Total	3.308.133

Fonte: SAYG, 1997 *apud* VISENTINI, 2002, p.24

Esse êxodo palestino de imensas proporções, nesse momento, durante e após a guerra de 1948/49, segue principalmente para a Transjordânia, onde posteriormente o filho de Abdula, o Rei Hussein, ao enfrentar a desestabilização que seu governo sofria devido

à presença e interferência de uma crescente população de origem Palestina⁶², manda os Beduínos massacrar e expulsar esses “irmãos árabes” em 1970, no Setembro Negro. Grandes contingentes deles refugiam-se no sul do Líbano, onde se tornam alvos de ataques israelenses, mais do que isso, sua presença agrava as divergências entre cristãos e muçulmanos, quebrando o precário equilíbrio do país e sendo uma das causas da guerra civil de 1975/76:

Nesse contexto, em 1970 o exército e os beduínos jordanianos atacaram os guerrilheiros palestinos (massacre do Setembro Negro), que se retiraram para o Líbano, alterando o precário equilíbrio político-étnico-religioso desse país ao introduzir uma força muçulmana e/ou esquerdista no cenário local. Paralelamente, intensificaram-se os ataques terroristas palestinos e israelenses (VISENTINI; DANILEVICZ, 2010, p. 265).

A total falta de coordenação tática e ofensiva entre os dois exércitos, sírio e jordaniano, na guerra que se seguiu, pode encontrar sua explicação (ou pelo menos parte dela), em vieses bem distintos, ao vislumbrar a questão por parte dos mandatários desses países, que estavam mais interessados em projetos pessoais de extensão e ampliação de poder e influência, atitudes bem similares e também verificáveis, quase que invariavelmente, em quase todos os líderes políticos da região, nesse quesito, talvez só nesse, pouco divergiam.

Na verdade, como se pode notar, todos os governos dos Estados no entorno nutriam interesses muitos próprios e às vezes bem antagônicos, que nada tinham a ver com o bem-estar ou a proteção da população árabe da Palestina, e talvez em menor grau ainda com a autonomia desta, tanto que a Jordânia se apossa do restante de terras que poderia restar a estes árabes durante a guerra e, para piorar ainda mais sua situação, como afirmou, muito acertadamente, Edward W Said:

[...] nenhum ou outro movimento na história teve um oponente tão difícil: um povo reconhecido como a vítima clássica da história. E nenhum outro movimento de libertação nacional ou de independência no período do pós-guerra teve um conjunto de aliados tão pouco confiáveis, e por vezes homicidas, uma conjuntura tão volátil, uma super potência como interlocutor tão hostil e uma super potência aliada tão ausente (SAID, 1992, p xxxiv).

O oponente, a vítima clássica da história: os judeus; um conjunto de aliados tão pouco confiáveis e às vezes homicidas: os estados árabes vizinhos; uma conjuntura tão volátil: a do pós-guerra e da guerra fria a iniciar-se em seguida; a superpotência como interlocutora tão hostil: os EUA; a superpotência, futura aliada, porém tão ausente: a União Soviética. Realmente, as condições político históricas desse período (e a partir dele) não

⁶² Ainda hoje a população do reino jordaniano é majoritariamente de origem Palestina, em torno de 56%, ver Almanaque Abril, “Nações do mundo”, tópico sobre Jordânia, 2006, p. 322.

poderiam se mostrar mais desfavoráveis aos palestinos e às suas aspirações estatais. Já para os sionistas o momento era esse, de conseguirem seu país, e não deixariam a oportunidade escapar, para isso se preparavam e se organizavam há muito tempo.

E as dores advindas da tragédia ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial, a *'Shôa'* judaica, que em muitos aspectos foram comparadas, inclusive por Bem Gurion, às dores do parto do Estado de Israel, também marcaram, só que agora em outro povo, o início de seu drama, de sua *'Naqba'*, a catástrofe do povo palestino.

A tragédia de um povo constituiu-se e foi transformada na antessala de sua própria redenção, no limiar de seu tão almejado Estado, só que em sentido inverso, paradoxalmente, configurou-se como catástrofe para outro, e no exílio de seu país.

E todas as ambições territoriais e de poder muito particulares dos aliados de ocasião, que alegavam agir em defesa do direito dos palestinos, contribuirão para o que se verificará na guerra posteriori: a falta de comando diretivo centralizado para as ações e até, em alguns momentos, uma inércia paralisante. Tais ações (ou falta delas) não podem ser explicadas só pela incompetência das elites dirigentes árabes (embora a proporção de tal qualidade não deva ser subestimada!), mas também por divisões internas e talvez por interesses obscuros, em querer ver o aliado do momento e o inimigo se destruírem mutuamente, para depois tirarem proveito de ambos. O que em 'tese' poderia acontecer, visto Israel ter de defender-se em várias frentes, concomitantemente, mas isso não aconteceu, ficou ao nível dos sonhos de alguns governantes árabes. Israel defende-se, reage e, por óbvias razões, leva a melhor, mas o que será construído, em termos de *marketing*, e logo em seguida disseminado mundialmente, é a versão da extrema competência do comando do *Haganah*, liderando o pequeno Davi israelense, contra o gigante Golias árabe, na realidade, um Titã de pés de barro.

Seja como for, foi a aurora de uma nova mitologia⁶³, ou a reedição da correspondente antiga sob o Reino de Davi, a da invencibilidade das Forças Armadas de Israel. Desde então, e depois com as guerras posteriores, tal mito tendeu a crescer, e diversas vezes foi utilizado como demonstração da inquestionável justeza da causa do Estado e da ideologia sionista, afinal, estava escrito! Parece que, a partir daí, religiosos judeus fundamentalistas não mais tinham dúvidas quanto à pureza da causa.

⁶³ Aqui é inevitável lembrar da advertência de Marc Bloch para rejeitar as seduções “da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçados em senso comum” (BLOCH, 2002, p. 47), “A Apologia da História, ou o ofício do historiador”, escrito por ele em 1942, durante seu cativeiro, que acabou em seu fuzilamento sob os nazistas, porém extremamente atual para quem estuda “conflitos humanos e suas narrativas”.

3.5 O MITO E O *LOBBY* ISRAELENSE ATRAVESSAM O ATLÂNTICO: DISCURSOS E PERSPECTIVAS ATUAIS, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não perverterás o direito do estrangeiro e do órfão; nem tomarás em penhor a roupa da viúva. Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito”
(Deuteronômio Cristão; Dvarim Judaico).

O Estado de Israel arraigará também para sua causa multidões de fervorosos aliados muito além do Mediterrâneo, do outro lado do Atlântico, em terras estadunidenses: os fundamentalistas cristãos, que viam a comprovação das profecias bíblicas nos eventos em terras do Oriente, além, é claro, do apoio da própria comunidade judaica americana, na qual o *lobby* sionista arrecadou e arrecada milhões de dólares para sua causa, e, “se acrescentarmos a esse *lobby* político a mídia que age geralmente em favor de Israel, é possível compreender que a sua verdadeira força ainda é a diáspora” (ROCHE, 1992, p. 208).

Nesta finalização, acrescentamos um adendo para uma análise sucinta de como esse ‘*marketing*’ é utilizado e como as simpatias são revertidas politicamente em apoios, e esses se mostrarão de inestimável valor, pois o governo dos EUA, seja republicano ou democrata, jamais quererá prescindir do aval, ou no mínimo da neutralidade desses eleitores, que, nesse quesito, pelo menos não abrem mão, são inequivocamente a favor do Estado de Israel, portanto, serão contra qualquer governo que for contrário às demandas deste. O sucesso do *lobby* sionista entre evangélicos, pentecostais e neopentecostais nos EUA é inquestionável. Tal fenômeno já pode verificar-se no Brasil, claro, em menor grau, visto nossas peculiaridades políticas e religiosas (somos ainda um país de maioria católica), se visitarmos um templo de alguma dessas denominações pentecostais⁶⁴ e perguntarmos ao pastor o que acha sobre o assunto, verificaremos que a adesão ao *lobby* israelense é unanime, quase todas as denominações realizam inclusive excursões à ‘Terra de Israel’ (não a denominam nunca de Palestina), para a verificação, por parte de seus fiéis, do cumprimento das profecias, que, segundo eles, seguem seu curso inexorável, em todos acontecimentos na região⁶⁵.

Em um artigo do jornal evangélico O Mensageiro da Paz, órgão oficial das Assembleias de D’US (a maior e mais antiga igreja Pentecostal do país), publicado em novembro de 2011, o discurso do primeiro ministro israelense Benjamin Netanyahu,

⁶⁴ O autor deste trabalho já fez isso, e todas as respostas dos líderes era a mesma.

⁶⁵ As representações diplomáticas israelenses no Brasil têm preparada uma cartilha denominada “Fatos sobre Israel”, impressa em Jerusalém, em 2010, pelo Ministério de Relações Exteriores de Israel, em português, destinada à publicidade de seu Estado em nosso país, e seus principais “clientes” são líderes evangélicos. Está disponível também na internet sob o endereço eletrônico: www.mfagov.il, pode-se simplesmente digitar no Google “fatos sobre Israel” e encontrar-se-á a cartilha em PDF.

proferido na ONU em 23 de setembro do mesmo ano, é transcrito quase na íntegra. Neste ele se defende de acusações, reclama de “anti/semitismo”, afirma só lutar pela segurança de seu país e acusa a ONU de ‘perseguir Israel’. O autor do artigo afirma concordância com as queixas de Netanyahu e acrescenta: “[...] no final dos tempos, haverá uma onda cada vez mais crescente de anti/semitismo no mundo, que culminará com um conflito internacional contra Israel, liderado pelo Anti/Cristo, ocasião em que Jesus aparecerá nos céus com sua Igreja para estabelecer o Milênio” (MENSAGEIRO DA PAZ, 2011). O discurso em defesa de Israel é inequívoco, ora, os contrários ao Estado de Israel, demonizados, seriam liderados pelo próprio ‘anti/cristo’, e, na derradeira hora, as hostes cristãs viriam em defesa de Israel, lideradas e encabeçadas pelo ‘Cristo’, que desce do céu e salva a situação. A direita do país agora pode contar também com o Messias cristão em sua defesa, contradição ou paradoxo? Mas as questões suscitadas e desenvolvidas no século XX, o século dos paradoxos, ainda estão longe de terem um final.

Em relação à busca de apoios, temos a impressão de que os representantes palestinos aprenderam a mesma lição, e hoje os buscam em terras americanas entre as comunidades religiosas católicas e ortodoxas sul-americanas, a argumentação é quanto à natureza palestina de Jesus, portanto, este ‘palestino Jesus’ já sofria desde aquelas épocas remotas como os seus irmãos sofrem atualmente com os judeus; isso nos faz ‘cheirar alguns indícios de ideias anti/semitas incrustadas, mesmo que subliminarmente, pois utiliza o mesmo discurso dos cristãos orientais, aliás, os padres ortodoxos⁶⁶ parecem gostar muito dessas considerações um tanto quanto ‘forçadas’, assinam qualquer texto que sugira isso. E, como afirma Bernard Lewis, os líderes do anti/semitismo procuram formar aliados em países do Oriente Médio de hoje, espalhando suas teses revisionistas por lá, o Irã em especial, com uma tradição de fundamentalista desde a época que a dissidência *Shiia* tornou-se maioria lá, sendo, como já foi demonstrado, uma exceção dentro do mundo islâmico, não a regra.

Moacir Scliar, escritor porto-alegrense, falta já nos faz, afirmava ser brasileiro, gaúcho, judeu e colorado, tudo junto. Ser uma dessas não excluía a outra e nem antagonizava com as demais, aliás, ele era bem mais que isso, era um bom médico, excelente escritor e, certamente, muito mais.

Portanto, por que Jesus não poderia ser Judeu, Palestino, Profeta e Messias? Judeu porque assim nascera; palestino, pois a terra, embora pequena, era e ainda é quase um

⁶⁶ Ver publicação da delegação especial da palestina no Brasil de 2010, na qual, num texto de apoio introdutório um sacerdote ortodoxo, “demonstra a desnecessidade do Estado de Israel, pois a igreja cristã seria a nova Israel”, e, claro, depreende-se claramente, em seu texto, que a verdadeira Igreja Cristã seria a Ortodoxa!

microcosmos⁶⁷, denomina-se Palestina também; Profeta porque o Islã o considera tal; e Messias porque, para os ‘cristãos’, ele o é; portanto, Jesus não seria: Judeu, Palestino, Messias Cristão e Profeta no Islã? Ser uma coisa não exclui a outra, a não ser para intransigentes e sectários. Consideramos que o mesmo vale para Jerusalém, sagrada para as três religiões monoteístas, portanto o plano de internacionalização, ou soberania compartilhada, nunca foi tão nefasto assim em nossa análise.

Alguns ‘grupos de esquerda latino-americana’⁶⁸, que, ao pensar, e mesmo desejar realmente, em muitos casos (não em todos), expressar uma postura progressista ao lado dos mais fracos, na verdade apoiando qualquer liderança extremista, por a considerarem legítima, no final de contas acabam fazendo um jogo que não auxilia a real busca de alternativas factíveis na construção da Paz, mas sim favorecem um outro extremo da questão, e é perceptível que, pelos extremos, não se construirá a ponte, o meio da estrutura é fundamental, imprescindível, para ligar dois pontos, ou ambos avançam construindo um pouco de cada lado para chegarem ao encontro um do outro, e tal avanço só é possível se ambos cederem um pouco, saindo passo a passo de seus extremos e percorrerem o caminho que os liga, difícil, utópico talvez, mas impossível nunca!

Talvez a questão sul-africana em seu ‘epílogo’, somente no epílogo claro!!!, tenha a ensinar algo de profícuo e pacífico, pois foi concluída sem separação nacional entre as duas comunidades, mas na constituição de um Estado que não mais segrega e divide, banindo-se o horror do apartheid, apesar de logicamente as divisões de classe e renda estarem ainda muito presentes e dividirem, nesses quesitos, brancos e negros, mas creio e espero que tais diferenças abrandem-se cada vez mais com a participação e interferência dos negros agora em

⁶⁷ Terra de encontro de muitos povos, etnias e tradições, no momento do nascimento de Jesus, dominada pelos romanos, mas onde o grego era a segunda língua. Terra dos Filistins, antigos Cretenses, Canaã dos Cananeus, Israel das 12 tribos, terra que emana leite e mel das promessas. E sua cidade mais significativa, Jerusalém; Jebus dos Jebuseus, Cidade de Davi para os Judeus, “Al-Quads” a Cidade Santa para os islâmicos. A Terra Santa dos cruzados. A terra era, foi e é tudo isso, cada qual reconhece a terra e a cidade como também se reconhece a si mesmo, com o que se identifica, com o que constrói para si mesmo como referencial. Então, como dizer o que a terra é ou não é? Todos tem razão, toda representatividade é correta para quem a professa, sem necessariamente a outra visão estar errada, são visões, maneiras de enxergar, e válidas, a não ser o sectarismo excludente, que se acha melhor que “outrem”, esse, a nosso entender, já em origem estará equivocado, e consideramos importante e função de um humanista denunciá-lo. Portanto, por que não envidar todos os esforços para fazer mesmo da cidade o que seu nome significa: “YERU-SHALÁYIM, A CIDADE DA PAZ” afinal esse é seu título, quem assim a batizou queria que tal fosse sua vocação, e como um dos centros (único em comum) das três religiões monoteístas irmãs, pois é o que são em origem ‘judaísmo-cristianismo-islamismo’, ‘crenças irmãs’, com mais similaridades fundamentais na base (o D’US único) que diferenças no arcabouço doutrinário e discursivo, deveria irradiar comunhão entre os povos, e não ser motivo de divergência para estes.

⁶⁸ O autor tem conhecimento sobre o que afirma, já participou de grupos políticos com este viés, que são solidários à extrema esquerda Palestina e que, muitas vezes, com intransigência, só fazem contribuir para obstaculizar o processo de paz, que já é deveras complicado demais, sem sectarismos a o impregnar, sejam esses políticos ou religiosos.

todos os aspectos da vida nacional verdadeiramente, e principalmente na política, na qual são majoritários. Mas infelizmente, nos conflitos israelo/árabes, nunca surgiu o equivalente a um Madiba/Mandela, nem em um nem em outro lado.

Criticar é fundamental, mas pessimismo perpétuo e críticas permanentes sem apresentar nada como caminho, ou vislumbrar sempre atitudes suspeitas e segundas intenções em todos, não só é ineficaz como presta um desserviço à causa da ‘paz’. Ingenuidade com os interesses e fatos, como já afirmei, é extremamente prejudicial, mas a eterna crítica desmedida e a demonização de seres que são ‘irremediavelmente apenas humanos’ (infelizmente não são raras às vezes que o demonstram naquilo que isso tem de mais medíocre) é tão prejudicial quanto a ingenuidade ou a desinformação.

Nesse aspecto, apesar de considerarmos o trabalho de Finkelstein excelente em termos de pesquisa e dados, não concordamos com seus comentários sobre “O meio termo feliz” (expressão dele criticando escritos de Beni Morris), o caminho do meio muitas vezes é interessante para a causa da concórdia, como várias vezes já foi demonstrado na história política. O Brasil é pródigo em exemplos, e muitos deles conciliando e terminando com lutas de décadas, que não seriam vencidas nem por um lado nem por outro, todos os conflitos internos e guerras civis no sul estão na história a exemplificar: 1835/45; 1893/94; 1923/24, todas consumindo gerações cerceadas de futuro no Rio Grande do Sul (só na Federalista, em 1893/94⁶⁹, foram 10.000 vidas entre peleias e degolas comuns nesse conflito); no caso do estado gaúcho, a ‘conciliação ocorreu’⁷⁰, apesar das acusações dos mais propensos a uma luta que do seu sangue, ou dos seus, não seria regada e, se fosse, não seriam tão irredutíveis assim, a não ser que sonhassem com o extermínio recíproco.

O termo no qual os dois lados ganham, ou pelo menos evitam continuar perdendo, é o melhor e evita-se com isso mais derramamento de sangue inútil, resta descobri-lo, quem sabe no cessar das eternas acusações mútuas, e das vinditas de parte a parte. Pois é certo, se lembrarmos da morte a todo instante e nos atemorizarmos com ela, sem dúvida ficaria impossível viver a vida, pela preocupação irracional com seu desfecho e do dia fatídico

⁶⁹ Segundo o relatório conclusivo do general João Telles ao presidente Floriano Peixoto, o horror era generalizado, assassinatos por toda parte, degola de homens, mulheres e crianças, como se cordeiros fossem. Documento completo em ‘Militares e civis num governo sem rumo, o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil. 1893-1894’, p. 23, de Carlos Humberto Correa, 1990.

⁷⁰ O resultado da conciliação e do final da guerra fratricida de décadas entre os rio-grandenses foi a bem-sucedida revolução de 1930, que aleijou do governo central, a política do café com leite e, junto com ela, um grupo de políticos para quem a ‘conciliação e pacificação do sul nunca interessou’, sendo no resultado dessa paz que se pode notar o porquê dos políticos centrais não desejarem um rio grande pacificado. Fazemos essa referência pois achamos interessante realizar uma analogia ‘futura’ do que poderia ocorrer com o final da luta entre israelenses e árabes, no concernente aos interesses ocidentais em jogo na região, e que, na realidade, dominam o desenrolar dos conflitos.

e inescapável para todos, esquecer no cotidiano da inevitabilidade da morte é imprescindível para o prosseguimento de nossas vidas.

Como Nietzsche já nós alertará, em a Genealogia da Moral de 1887, o esquecimento é muitas vezes necessário para se poder continuar a jornada e produzir o novo, o eterno rancor prende, evita o progresso e as possibilidades de seguir em frente na construção de um novo caminho, projetando e sonhando com uma paz real, que creio ser factível e possível de construção, um outro mundo é sim possível, mas, sem dúvida, como toda realidade, antes de ser concreto e materializado, deve ser planejado nas mentes e nos sonhos; por isso, antes de tudo, sonhar primeiro é fundamental.

Não estamos com isso querendo afirmar que devemos esquecer a História e o que passou, mas o contrário, realizar perpetuamente sua análise crítica, ‘renovando-a em interpretações’, porém ininterruptamente, dando um passo adiante, em direção às possibilidades vindouras, e quiçá melhores, e não ficarmos presos, acorrentados a erros cometidos por um ou outro lado, num círculo vicioso que só faz perenizar o mal e impede novas criações, no caso israelo/palestino, a ‘Criação da Paz’, é nesse sentido que evocamos ‘o esquecimento nietzschiano’ como sendo capaz de dar vazão a possibilidades criativas, pois, como refletimos anteriormente, a *Shôa* de um povo, ou seja, sua tragédia, foi comparada analogamente às dores do parto de seu Estado e de sua redenção; porém paradoxalmente essa mesma soberania redentora provocou a “*Naqba*”, catástrofe para outro povo, e o exílio de seu país.

Avaliamos que existem muitas similaridades entre as histórias de sofrimento entre esses dois povos. Já foi dito que os palestinos são os novos judeus, mas, nos dias de hoje, contraditoriamente, quem exerce esse poder horrendo, de humilhar e despossuir outros seres na Palestina, é o mesmo povo que mais sofreu com tais barbáries, ou seja, em muitos aspectos os palestinos são os judeus dos judeus.

E consideramos que sim, há uma saída, como Akcelrud notara, “somente o movimento israelense da paz percebeu a afinidade entre o renascimento judaico e o alvorecer palestino” (AKCELRUD, 1984, p. 66), um renasceu como ‘povo soberano e distinto depois da dor imensa’ e outro, através do furacão que o assolou, se percebeu como tal.

Por que não encontrar, nas similaridades de seus sofrimentos, uma razão para transigir e confluir, percebendo-se “mais como similares do que diversos, iguais na origem e quiçá no fim, do que antagônicos neste ínterim, que torcemos, seja deveras momentâneo, muito perto do epílogo, pois, como escreve Paulo F. Visentini, com o qual concordamos, “a história de longa duração mostra-nos que, se árabes e judeus conheceram

algumas décadas de rivalidades, também viveram harmonicamente nos séculos anteriores” (VISENTINI, 2012, p. 75); por que não retomar essa harmonia passada e fazer ‘os dias de profícua coexistência’, como houve no califado de Córdoba, na Espanha muçulmana, reviverem e agora para o desenvolvimento de todos com ‘isonomia real e total’ entre os dois povos, e com a perspectiva de um futuro de paz permanente para a região.

Sonho, utopia, pode ser, mas como já escrevi, e no que acredito inarredavelmente, tudo começa nas mentes e nos sonhos antes de ser materializado na realidade, e se o sonho for sonhado no plural e no coletivo por muitos, a possibilidade de projetá-lo no mundo real, como materialidade, fica cada vez mais próxima, mais factível de construção, de ser construído e em conjunto.

Basta uma rápida análise da situação do Oriente Médio pós 1945 para se perceber que um dos principais problemas originados com a criação do Estado de Israel e a imediata guerra que lhe foi travada pelos países árabes foi o início da questão da população refugiada, “expulsos de suas terras, segundo os árabes, instigados a partir por seus líderes’, segundo Israelenses” (MASSOLIÉ, 1996, p. 65), ou, quem sabe, uma mescla de ambas as coisas, ou ainda outra.

Seja como for, seu “êxodo”, além de um fator de desestabilização para a região como um todo (apesar de aparentemente no início Israel ter sido beneficiado, pois assegurou a maioria judaica no Novo Estado), constituiu questão humana de fundamental importância e imprescindível resolução para o mundo contemporâneo, e para todos aqueles que ainda creem que um planeta sem barreiras ou separações advindas da causa absurda da discriminação étnica ou religiosa é possível. E talvez, quando ocorrer um real e inequívoco:

O acordo Israelo-Palestino será O sinal desencadeante de um imenso e generalizado movimento de libertação de todo o Oriente Médio. Os privilégios feudais, os grandes negócios petrolíferos, os superlucrativos negócios da indústria Bélica os controles estratégicos, todo o complexo de exploração e dominação do Oriente Médio estará em risco no dia em que Israelenses e Palestinos decidirem pela ‘Paz entre nós, guerra aos senhores’ (AKCELRUD, 1984, p. 71).

Torçamos para que pelo menos ‘a guerra entre eles’ possa findar, e as feridas causadas por anos de agressões mútuas tenham tempo de fecharem. Com as atuais rebeliões em países árabes nos últimos anos, redundando, por enquanto, em quatro quedas de regimes ditatoriais: Tunísia, Egito, Líbia, Yemen, (de vieses diversos, claro!), podemos depreender que a frase de Akcelrud a cerca de 20 anos atrás, que na época poderia parecer deveras otimista demais, hoje não parece tão utópica, pois vemos que até em Israel a opinião

pública em sua maioria não suporta mais o estado de guerra perpétua e anseia por uma paz duradoura. E talvez agora (em nossa opinião, ou ‘torcida deveras otimista’) ressurgisse novamente a discussão sobre a alternativa de estado único e democrático compartilhado por árabes e judeus e defendida pelo já saudoso intelectual palestino americano, Edward Said, que notara que a “Palestina Histórica” é hoje uma causa perdida, e, como Tony Judt diz concordando: “Isso vale também para a Israel Histórica. De um jeito ou de outro, uma entidade institucional única, capaz de respeitar as duas comunidades, terá de emergir, embora o quando ou de que forma isso possa acontecer possa parecer obscuro” (JUDT, 2010, p. 200).

Preferimos crer como Said, que muito embora não tenha deixado de denunciar as violações e incompreensões que seu povo sofreu e sofre, nunca deixou de crer na igual humanidade de judeus e palestinos, e aí acredito no que isso pressupõe de bom, ou no mínimo de inteligente e racional, a partir do qual poderia ser forjada uma convivência comum, e quiçá, no futuro, um Estado compartilhado produtivamente por ambos.

Somos compelidos a avaliar essa alternativa como sendo a melhor solução, porém consideramos também o como de tal ocorrer uma incógnita, mas talvez, no esgotamento de todas as propostas já tentadas (o que, se não ocorreu, está em vias de acontecer), restará finalmente, e somente, a perspectiva de paz para dois povos que, como refletiu Márcio Scalécio (2003), foram condenados a conviver, e estão inextricavelmente ligados numa mesma região a Palestina, como entendia Edward Said (1995).

SHALÓN SALÁN

PAZ

CONCLUSÕES

Neste epílogo, no qual enumeraremos as conclusões da pesquisa, que podem ser facilmente vislumbradas já no corpo do trabalho, queremos enfatizar que, ao contrário do que pretendíamos, ao começar nossas investigações, e do que tínhamos previsto inicialmente, muito foi em grande parte modificado, reformulado, no meio do percurso, devido às próprias descobertas que íamos fazendo.

Este trabalho iniciou-se com uma visão, de minha parte (não me envergonho ao confessar), em muitos aspectos equivocada, e também contaminada com “preconceitos” difundidos amplamente na mídia e em obras de renome, sobre conflitos civilizacionais e sobre a ‘aparente belicosidade intrínseca aos muçulmanos e árabes’. Considero-me afortunado, pois tive tempo para tentar desvencilhar-me dessas contaminações, e sinto-me tranquilo por saber que procurei, ao máximo de meus esforços, realizar um trabalho de pesquisa que sempre priorizou, ao menos, estar isento de imposturas e preconceitos, já que de falhas sei ser humanamente impossível isentá-lo.

No capítulo inicial em que estudamos a convivência entre judeus e árabes através dos tempos, percebemos nitidamente que o tão difundido antagonismo secular entre esses povos é, na verdade, inverídico, e não corroborado pela história comum de ambos. Verificamos que a convivência não só, na maioria das vezes, foi pacífica como, em muitas ocasiões, foi profícua e produtiva, como na Espanha medieval dos Omíadas e em outras regiões. Também notamos que o proselitismo foi sim praticado pelos judeus, a exemplo do estado eurasiático dos Kazares, tribo turcomana, convertida por volta do século VI ao judaísmo. Esse importante estado medieval era uma terceira força entre o mundo cristão e o islâmico, todavia, ao sucumbir, no século XI, suas populações tiveram de se submeter a suseranias de credos diversos ao seu (o judaísmo) e, de dominantes de um outrora poderoso império, passaram a minoria, segregada em estados que não mais lhes pertencem, sendo essas comunidades importantes na formação da “cultura judaica askenaze”, do leste europeu. O proselitismo judaico também teve vez, na Península Arábica, quando o rei “Dhu Nuwas”, da tribo dos himiaritas, controladores do reino de Sába, se converte ao judaísmo. Isso ocorre também no século VI, quase 100 anos antes do surgimento de Maomé e de suas revelações, nas quais percebemos paralelismos inquestionáveis com a religião judaica. No período (610 d.C.), em que o profeta inicia suas pregações, havia significativos focos populacionais judaicos na Península Arábica, apesar de estranhamentos e alguns conflitos iniciais entre judeus e árabes na Arábia, com o avanço muçulmano sobre a Palestina, os judeus que eram

proibidos de entrar em Jerusalém desde 135 d.C, com a conquista desta pelo Califa Omar, em 638 d.C, são autorizados a entrar na cidade e lá residirem novamente, por serem considerados ‘dhimmis’ pela doutrina islâmica, ou seja, são protegidos.

No capítulo seguinte, abordamos a ideologia e o movimento sionista. Vimos que o nacionalismo judeu, condicionado pelos nacionalismos europeus, procurou ser uma resposta às perseguições que a população judaica askenazi sofria no continente. Percebemos que esse não se constituía inicialmente em movimento majoritário entre as massas judias europeias, que, em sua maioria, preferiam a integração dentro das sociedades onde viviam. Conjuntamente com a ‘Ilustração’ do século XVIII, surgia a ‘Haskala’, o ‘luminismo Judaico’. A Revolução Francesa e seus ideais igualitários deu novo fôlego aos que pretendiam a integração, porém, a derrota de Napoleão Bonaparte, a restauração e a Santa Aliança terminariam com essas esperanças, e os pogroms, na Rússia czarista, colocariam a última pá de cal nas esperanças de igualdade para os judeus no seio continental.

O movimento sionista toma fôlego, incentivado também por escritores e ideólogos ‘goys’, não judeus, tanto ingleses como franceses, interessados em utilizar uma massa perseguida como ponta de lança em sua corrida imperialista no Médio Oriente, então, sobre o controle Otomano. Em 1897, em Basiléia, é realizado o I congresso sionista, convocado por Theodor Herzl, no qual são definidas as diretrizes unificadas do movimento, que, embora primordialmente tenha sido também influenciado pelo socialismo, paradoxalmente se deixou impregnar pelos pressupostos do nacionalismo europeu do século XIX, que pregava, entre outras coisas, que o estado deveria ser governado pela sua maioria ‘étnica’. Esse fator vai ser relevante na condução do movimento e fundamental na política desenvolvida a partir de 1948 pelo governo do Estado de Israel na Palestina.

No último capítulo, o mais extenso e o que especificamente trata do implante de Israel na Palestina, implantação de um organismo nitidamente ocidental num *locus* territorial diverso de sua origem e dos conflitos entre judeus e árabes. Por isso, focamos no século XX, breve século, porém, impregnado de contradições e paradoxos. Verificamos que a situação no Médio Oriente estava, e está ainda, diretamente ligada à ação de potências ocidentais, no início de França e Grã-Bretanha, interessadas em partilhar essa região (acordo Sikes/Picot, 1916) de acordo com seus interesses estratégicos, os quais eram principalmente ligados ao detrimento da Rússia, ao Canal de Suez e à crescente importância das fontes energéticas ligadas ao petróleo, das quais a região era riquíssima em jazidas. Para isso, Inglaterra procurou incentivar o nacionalismo dos povos árabes, em detrimento do império turco, dominador da área e aliado das potências centrais na I Grande Guerra. Também apoiará

o movimento nacionalista judeu, o sionismo, sendo sua ‘simpatia’ demonstrada através da declaração de Balfour em 1917, e acabará constituindo-se em ‘novo paradoxo’, pois, como incentivar dois nacionalismos nascentes em uma mesma região, já que a área do Oriente Médio pretendida pelos sionistas, a Palestina, era majoritariamente, em termos populacionais, constituída de árabes étnicos? O antagonismo tornou-se, então, inevitável.

No pós-guerra, o que ocorre, ratificado por decisão da Liga das Nações, é a instalação de mandatos sobre a região, que é colocada sobre tutela anglo/francesa, até que seus povos tivessem condições para se autogerir, porém, sem nenhum prazo pré-fixado para a autonomia, fórmula que servia aos interesses ocidentais, mas não aos árabes nem aos sionistas e ambos se movimentam em ações para conseguir a autogestão. As fronteiras entre os países da região são fixadas artificialmente por Grã-Bretanha e França, e vão se constituir em questão de permanente tensão entre eles (a exemplo da guerra Iraque *versus* Kwait). A Segunda Guerra (1939-1945) e o nazismo terão um peso fundamental na questão do Oriente Médio e a região torna-se palco de enfrentamento entre as potências em guerra e seus aliados locais. O nazismo europeu praticou uma política de perseguição sistemática aos judeus europeus, que culminou com ‘a solução final’, ou seja, o genocídio dessa população, após a derrota de Hitler e as revelações sobre as práticas nazistas em relação aos judeus (os campos de extermínio) comoveram a opinião pública mundial, principalmente a norte-americana. A liderança sionista soube aproveitar-se disso para fortalecer sua causa e angariar simpatizantes no mundo inteiro, a questão sobre a Palestina é levada à ONU, que, em 29 de novembro de 1947, aprova o plano de partição da Palestina, em dois estados, um judeu e um árabe, e Jerusalém teria *status* internacional; os árabes rejeitam totalmente o plano, e os judeus, ao contrário, o aproveitam com êxito e, em 14 de maio do ano seguinte, é proclamada a independência de Israel, os ingleses se retiram do local e Israel é imediatamente invadida por forças aliadas árabes. A guerra inicia-se.

Ao analisarmos a resolução 181 da ONU, percebemos, como ela foi indubitavelmente aproveitada pelos sionistas. A sua carta de independência tem paralelismos explícitos, a comunidade árabe palestina poderia ter aproveitado a ocasião também para conseguir seu estado, o plano inequivocamente não era perfeito, mas a comunidade árabe palestina certamente estaria melhor com um país seu desde 1948, como os judeus, do que com as migalhas que hoje lhe são dadas pelo governo de Israel. O problema maior foi que, sem quadros ou lideranças expressivas após a morte de Abdel kader Al Husseini, a população palestina dependeu da representatividade oferecida pelos governos dos estados árabes vizinhos, os quais, como foi visto em nosso trabalho, nutriam interesses próprios para a área,

às vezes divergentes entre si, e que muito pouco ou nada tinham a ver com a autodeterminação do povo palestino. Para piorar a situação, a região torna-se palco do enfrentamento entre EUA e URSS, no período da Guerra Fria a iniciar-se em seguida.

Concluimos, e sem dúvidas a nos inquietar, que, com o auxílio ocidental, que exportou um antagonismo que era seu, o movimento sionista, ao proporcionar um país para seu povo e protegê-lo das perseguições sazonais que invariavelmente sofreu enquanto um Estado Nacional não teve, quase como em uma via de mão dupla, em sentido inverso, despossui outro povo, deixando-o sem o seu “país”. O paradoxo aí é palpável até para deficientes visuais lerem em relevo. A ‘Shôa’ judaica, tragédia do povo judeu, ocorrida durante a II Guerra, proporcionou a legitimidade para esse povo reivindicar seu lar territorial e pleiteá-lo perante a assembleia das nações, conseguindo-o; porém, da maneira como isso foi realizado, despossuiu outro povo, que há séculos fazia daquela terra sua casa, sendo o início da ‘Naqba’, a catástrofe do povo palestino.

Assim, a implantação do estado de Israel na Palestina, produto direto dos antagonismos e contradições que permearam o século XX, constituiu-se em mais um paradoxo, num século que foi pródigo na produção destes.

REFERÊNCIAS

FONTES

Fontes Documentais e Primárias Utilizadas:

ACORDO de Haavara. 1933.

ACORDO secreto de Picot-Sykes. 1916.

DECLARAÇÃO de Arthur James Balfour. (Declaração proferida em 2 de novembro de 1917).

DECLARAÇÃO de independência de Israel, de 15 de maio de 1948.

DISCURSO de Lord Curzon. (Discurso proferido na Câmara dos Lordes, Londres, em 11 de dezembro de 1907).

O ALCORÃO: livro sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro: Record, 2012. Tradução de: Al-Qhurân.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de partilha da ONU.** 29 nov. 1947.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n. 181, de 28 de novembro de 1947.** Trata do plano de partilha da Palestina. 1947. Disponível em: <<http://terrornapalestina.home.sapo.pt/onu.htm>>. Acesso em: jul. 2013.

TRATADO de Versales. Fev. de 1919. Artigo 22.

Fontes Literárias e outras Utilizadas:

KIPLING, Rudyard. **The wite mans burden.** 1899.

PRONUNCIAMENTO de Cecil Rodhes. 1895. (Pronunciamento divulgado na imprensa Britânica).

SHAW, George Bernard. **Homem de destino.** 1913.

Fontes Religiosas Utilizadas e Citadas:

DEUTERONÔMIO. In: **BÍBLIA do estudante:** aplicação pessoal. São Paulo: CPAD, 1995. p. 207-245.

DVARIM. In: **TORÁ** Misné

EVANGELHO de João. In: **BÍBLIA do estudante**: aplicação pessoal. São Paulo: CPAD, 1995. p. 1.195-1.226.

OS APOSENTOS. In: **O ALCORÃO**: livro sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro: Record, 2012. Tradução de: Al-Qhurân.

OS COLIGADOS. In: **O ALCORÃO**: livro sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro: Record, 2012. Tradução de: Al-Qhurân.

Filmografia:

ÁGORA. Direção de Alejandro Amenábam. Espanha: Mod Producciones, 2009.

CRUZADA. Direção de Ridley Scott. EUA, Reino Unido, Alemanha, Espanha, 2005.

EXODUS. Direção de Otto Preninger. Estados Unidos, 1960.

LAWRENCE da arábia. Direção de Davi Lean. Grã-Bretanha, 1962.

Bibliografia:

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio**. São Paulo: Atual, 1984.

AUDAH, Abdul Kader. **O Islam sábios e seguidores**. Tradução do Prof. Samir el Hayek. São Bernardo do Campo, SP: Centro de Divulgação Islâmica para a América Latina.

AUMANN, Moshe. **O labirinto Palestino**: uma saída. Jerusalém: Comitê Acadêmico de Israel, 1986.

BALTA, Paul. **Islam, civilización y sociedades**. México/Espanha: Siglo XXI, 1999.

BAR-ZOAH, Michel. **Bem Gurion**: o profeta armado. Rio de Janeiro: Senzala, 1967.

BASBAUM, Lêoncio. **Sociologia do materialismo**. São Paulo: Moysés Baumsteinm, 1979.

BERRY, Zakaria el. **Os direitos humanos no Islam**. Traduzido pelo Professor Samir el Hayek. São Bernardo do Campo, SP: Centro de Divulgação Islâmica para a América Latina, 1409-1989.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **A apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

BOSI, Alfredo. **A arqueologia do estado-providência**. Sobre um enxerto de ideias de longa duração. São Paulo, 1992.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

CAUBT, Christian G. **As verdades da guerra contra o Iraque**. Florianópolis: Editora Acadêmica, 1991.

CATTAN, Henry. **Palestina, los árabes de Israel**. México: Siglo XXI, 1987.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo: o governo provisório revolucionário de Desterro 1893-1894**. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardele, 1990.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Memória da barbárie: a história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial**. São Paulo: Nova Stella; EDUSP, 1990.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2013.

DOSSE, François. Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em ciências sociais: a guinada interpretativa. Paul Ricour revoluciona a história. In: **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Unesp, 2001.

EDUARDO, Galeano. **As veias abertas da América Latina**. Montevideú, 1971.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Londres, 1884.

FINKELSTEIN, Norman. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOULCALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FRIEDMANN, George. **Fim do povo judeu?** São Paulo: Perspectiva, 1969.

FUKS, Saul (Org.). **Tribunal da história: julgando as controvérsias da história judaica**. Rio de Janeiro: Relume; Centro de História e Cultura Judaica, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALLIDAY, Fred. **Islam and the myth of confrontation**. London; New York: I. B. Travis, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

ITZIGSOHN, José A. **Una experiência judia contemporânea, memórias e reflexiones**. Buenos Aires: Paidós, 1969.

JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2001**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KARL, Marx. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOESTLER, Arthur. **A décima terceira tribo**. 1976.

KOSELLECH, Reinhart. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In: **Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LENZ, Sylvia Ewel. Mulheres alemãs na guerra e após 1945. In: VASCONCELOS, André; LENZ, Sylvia (Org.). **A segunda guerra e pós-1945: outras abordagens**. São Paulo: Clube de Autores; Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2012.

LEWIS, Bernard. **Os judeus no Islã**. Rio de Janeiro: Xenon, [199-].

MACEVEDY, Colin. **Atlas da história medieval**. Rio de Janeiro: Ulisseia, 1973.

MANTRAN, Robert. **A expansão muçulmana: séculos VII-XI**. São Paulo: Pioneira, 1977.

MARTINEZ CARRERAS, José. **El mundo árabe e Israel**. Madrid: Istmo, 1991.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo, 1996.

MAUDUDI, Alimam Abdul A'La. **O Islam hoje**. São Bernardo do Campo: Junta de Assistência Social Islâmica Brasileira, 1990.

MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. São Paulo: Paulus, 2011.

MORIN, Edgar. **O mito III: o conhecimento do conhecimento**. Sintra: Europa-América, 1987.

NIETZSCHE, Friederich. **A genealogia da moral**. 1887.

PADRÓS, Enrique Serra. **Coletânea de textos sobre o imperialismo**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2004. (Seminário Temático no Departamento de História).

PECEQUILO, Cristina Soreano. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

QUTUB, Mohammad. **Islam, a religião mal compreendida**. Tradução de Samir el Hayek. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, 1990.

QUTB, Sayid. **O Islã, a religião do futuro**. Traduzido pelo Professor Samir el Hayek. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação Islâmica para a América Latina.

RIBEIRO, Darci. Os brasileiros. In: _____. **Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. v. 1.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio e as relações diplomáticas internacionais. In: VISENTINI, Paulo (Org.). **A grande crise: a nova (de)sordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: vozes, 1992.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **The politics of dispossession: the struggle for Palestinian self-determination 1969-1994**. Nova York: Vintage; Eooks, 1995.

SCALÉRCIO, Márcio. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da Palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TOLSTOI, Leon Nikolaiévich. **O que é religião**. Lisboa: Edições do Porto, 1910.

TSUR, Jacob. **A epopéia do sionismo**. Paris: Plon, 1976.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1986.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

_____. **Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. Brasília: FUNAG, 2010.

ZANDÁNI, Majid Aziz Az-Az. **O caminho para a fé**. Traduzido pelo Professor Abdalla Mansur. [S.l.]: Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidk.

ZUCCHI, Luciano Kneip. A implantação do estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes na Palestina. In: ARIAS NETO, José Miguel; OLINTO, Beatriz; SOSHODOLAK, Hélio (Org.). **A escrita da história – fragmentos de historiografia contemporânea**. Ponta Grossa: ANPUH, 2013.

_____. Israel: conflitos no Oriente Médio. In: VASCONCELOS, André; LENZ, Sylvia (Org.). **A segunda guerra e pós-1945: outras abordagens**. São Paulo: Clube de Autores; Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2012.

Artigos

1) Revistas:

Nações do mundo: a Jordânia. **Almanaque Abril**, Rio de Janeiro: Abril, p. 322, 2006.

METZGER, Fabio. Ensinamentos de todo dia, a Torá. **Aventuras na História**, Rio de Janeiro: Abril, p. 55-57, dez. 2005.

CAVALCANTE, Rodrigo. A criação da Bíblia. **Aventuras na História**, Rio de Janeiro: Abril, p. 33-39, dez. 2005.

LEWIS, Bernard. O Islã e as outras religiões. **Revue des Annales**, Paris, p.11-95, 1980.

BRUNO, Jean. Jerusalém, Fênix de muitos credos. **História Viva**, Rio de Janeiro, p. 32-53, dez. 2005.

2) Artigos de Jornais:

ÓRGÃO OFICIAL DAS ASSEMBLEIAS DE D'US NO BRASIL. Mais uma vez, cumprindo as profecias, mundo se levanta contra Israel. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, p. 4-5, nov. 2011.

MYRE, Greg. O Hamas saiu vitorioso. E agora? **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 jan. 2006. (Artigo publicado inicialmente no *The New York Times* e transcrito no *Zero Hora*).

3) Dados Geográficos, Demográficos e Estatísticos:

ONU In: CATTAN, Henry. **Palestina, los avales e Israel**. México: Siglo XXI, 1971. p. 303-304

SAYG, Rosemary. L'avenir brouillé dês refugies. **Le Monde Diplomatique**, p. 24, maio 1997.

COLEÇÃO Guerra na Paz. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984. 6 v.

Documentos Eletrônicos:

ESQUERDA CRÍTICA. **Somos racistas, dizem os israelenses**. 2012. (Pesquisa do jornal israelense *HaAretz*, sobre o racismo em Israel). Disponível em: <<http://www.esquerdacritica.wordpress.com/2012/10/23/somos-racistas-dizem-os-israelenses/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

ISRAEL. **Declaração de Independência de Israel**. 1948. Disponível em: <<http://www.pazagora.org/1948/05/declaracao-da-independencia-de-israel/>>. Acesso em: 4 set. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução número 181 da ONU**. 1947. Disponível em: <<http://www.terrornapalestina.home.sapo.pt/onu.htm>>. Acesso em: 4 set. 2013.

Mapas Pesquisados na Internet:

BBC. **Mapa do Plano de Partilha da ONU para a Palestina**. [2013]. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portugalespecial/2011/meastmaps/2.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MAPA da expansão muçulmana sobre os primeiros califas. [2013]. Disponível em: <<http://www.google.com.br/mapa-of-expansion-califate-pt-svg>>. Acesso em: 24 out. 2013.

WIKIMEDIA COMMONS. **Mapa of Expansion of Califate- pt.svg**. 13 nov. 2011. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_expansion_of_Caliphate-pt.svg?uselang=pt-br. Acesso em: 20 out. 2013

MAPA do Acordo de Sikes/Picot. [2013]. Disponível em: <<http://www.thebodemocracy.com>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MAPA do Império Kazar. [2013]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/mapa-do-imperio-dos-kazares>>. Acesso em: 22 out. 2013.

THOTH. Mapa do **Império Khazar no início do século 10**. 19 ago. 2013. Disponível em: <<http://thoth3126.com.br/o-reino-dos-khazares/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

WIKIPÉDIA. **Mapa da reconquista cristã sobre o Império Almóada**. [2013]. Disponível em: <<http://vpt.wikipedia.org-mapas-da-recoquista-crista-sobre-os-almoadas>>. Acesso em: 30 out. 2013.

Vídeos no YouTube:

SHLOMO SAND: a invenção da terra de Israel. 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vQb5chFPad8>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

Sites Eletrônicos Pesquisados:

AGÊNCIA JUDAICA. [Site oficial]. [2013]. Disponível em: <www.agenciajudaica.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2013.

ESQUERDA CRÍTICA. [Site oficial]. [2013]. Disponível em: <www.esquerdacritica.com.br>. Acesso em: 14 nov. 2013.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIR. [Site oficial]. [2013]. Disponível em: <www.mfa.gov.il>. Acesso em: 23 nov. 2013.

PAZ AGORA. [Site oficial]. [2013]. Disponível em: <www.pazagora.com.br>. Acesso em: 10 dez. 2013.

TERRA PALESTINA. [Site oficial]. [2013]. Disponível em: <www.terrornapalestina.com>. Acesso em: 5 out. 2013.

Cartilha de divulgação:

ISRAEL. Ministério das Relações Exteriores de Israel. Escritório Central de Estatística. **Fatos sobre Israel**. Coordenado por Quality Translations (QT). Jerusalém, 2010.

GLOSSÁRIO

Adonai (hebraico): Nosso Senhor.

Aelia Capitolina (latim): Nome dado a Jerusalém pelos romanos, após a expulsão dos judeus em 135 d.C. Aélia vem do nome de ‘gens’ (familiar) de Adriano, o imperador, e Capitolina, porque foi dedicada a Júpiter Capitolino.

Alawitas: Seita xiita da Síria que venera Ali, igualmente dinastia do Marrocos desde o século XVII.

Almoádas: Al-murawhhidun, dinastia muçulmana puritana no Magreb e na Espanha (1146-1275).

Almorávidas: Al-murabitun, dinastia muçulmana puritana no Magreb e na Espanha muçulmana (1036-1148).

Abássidas: Segunda dinastia Califal (750-1258), assume o poder depois de destronar os Omeias, Omíadas.

Al-Sabah: Família reinante no Kwait, entronizada com apoio britânico.

Armagedon (Hebraico): Monte ou montanha de Megido, última e maior batalha mítica do bem contra o mal, ocorreria no final do mundo.

Al-Quads (Árabe): A santa, título árabe atribuído a Jerusalém.

Al-Aqsa (Árabe): ‘A mesquita distante’, mesquita de Jerusalém cujo nome faz alusão a uma passagem do Corão.

Al-Andaluz (árabe): A Espanha Árabe.

Ahal aL-Dhima (Árabe): Povo do pacto.

Ashura: Festa do calendário muçulmano, no mês de Muharran.

Ahl aL-Kitab (árabe): Povos do livro, grupos monoteístas citados no Corão.

Asquenazi, Asquenazim, Asquenazita, Askenazi: Judeus de origem europeia.

Ançar, Ansar (árabe): Os ajudantes de Medina que apoiaram Maomé.

Al-Haran: Jornal do Cairo, onde os militantes do Wafd escreviam.

Ahad-Háan: Grupo de Sionismo Cultural atuante no início do século XX.

`A-Valoir: termo usado em direitos autorais, significando extração de valores antes da consecução total do trabalho.

Banu-Omeya (árabe): clã dos Omeias, origem dos Omíadas, primeira dinastia califal.

Berberes: Grupos nômades do norte da África islamizados.

Cadi, qadi (árabe): Juiz.

Caaba, Kaaba: Construção em Meca que abriga a pedra negra, tornada assim, segundo a crença, pelos pecados dos homens, lugar mais sagrado do Islamismo.

Cazares, Cázaros: Povo de origem turcomana, que entre o século VII e X, dominaram grande parte da Ásia central, seus domínios se estenderam até a Europa do leste. A palavra Khazar parece etimologicamente nas línguas túrquicas ligada a designação para 'Errante'.

Chalón (Hebraico): Paz.

Cherif: Título honorífico árabe, protetor de um lugar.

Corpus-separatun (Latin:): Corpo separado, zona internacionalizada.

Dalet (hebraico): Quarta letra do alfabeto hebraico.

Dar ul-Islán (árabe): Casa do Islã, territórios controlados pelo muçulmanos.

Dar ul-arb (árabe): Casa da guerra, mundo exterior ao Islã.

Dhimma (árabe): Proteção, pactos de proteção.

Dhimmis (árabe): Protegidos pelo Pacto.

Eretz Israel (hebraico): Terra de Israel.

Etzel, Yrgun, Irgun: 'Organização Militar Nacional', grupo paramilitar da direita sionista.

Edon, edonitas: Descendentes de Esaú, primeiro filho de Isaac, filho de Abraão.

Fatímidas: Dinastia Ismailita, Xiita, dos adeptos de Ali, genro de Maomé, casado com Fátima, daí Fatímidas, controladora da Tunísia e do Egito (909-1171).

FDI: Sigla de Forças de Defesa de Israel.

Frontier Tesis: Tese da fronteira, extremamente importante nos meios acadêmicos de História nos EUA, elaborada por Frederik Jaksson Turner.

Filistin: Antigo povo, provavelmente originário de Creta, que migrará para a costa de Canã. Daí também *Falastin* em árabe, em português Palestina.

Fuher (alemão): O Guia.

Goyn (*plural*), *goy* (*singular*), *goin*, *goi*: Gentius, gentiu, o não judeu.

Guetho (do italiano): Lugar de segregação de populações minoritárias.

Haavara, Ha' Avarah (hebraico): Acordo de transferência.

HaAretz: Jornal de centro esquerda Israelense.

Haganah, Haganá (hebraico): Defesa, principal força armada judaica na Palestina durante o período do mandato.

Haapalá (hebraico): Migração ilegal de judeus para a Palestina.

Halacá: Preceitos rabínicos que regulam a guerra, lei para a guerra.

Hayl: Iniciais de Brigada judaica combatente, unidade militar que luta sob o comando Britânico na II Guerra.

Haram-al-Sharif (árabe): O nobre Santuário, Lugar islâmico mais sagrado de Jerusalém.

Hovevei Sion (hebraico): Amantes de Sion, grupo pioneiro sionista do leste europeu.

Hachem, Hachemitas: Dinastia descendendo do clã Haschem, controladora do Hedjas (até 1924), e reinando na Jordânia (desde 1922) e no Iraque (1920-1958).

Hashomer Hatzair (hebraico): Jovem Guardiã, movimento sionista de esquerda que em 1927 fundou o Kibutz Artz.

Haskalá (hebraico): Iluminismo judaico.

Hégira, hidjra (árabe): Fuga, ou emigração.

Histadrut: Federação dos Trabalhadores de Israel.

Ídiche: Dialeto judaico europeu oriental, composto por 80% de palavras de origem germânica.

Ishuv: Comunidade judaica da Palestina.

Irgun: Ver Etzel.

Ipsa Facto (latim): pelo próprio fato, em decorrência dele.

Jihad (árabe): Esforço, podendo ser utilizado no sentido belicoso, sem necessariamente ser exclusivo deste.

Jhizia (árabe): Imposto de captação cobrado dos não crentes, não pertencentes a Umma.

Knesset (hebraico): Lugar de reunião, Parlamento de Israel.

Khandaq (árabe): Fosso.

Kazar, Kazares: Ver Cazares

Kharadjitas (árabe): Os que saíram, cisma entre os adeptos de Ali, os xiitas.

Kibutzim, Kibutz (hebraico): Reunião, juntos. Comunidade coletivista judaica na Palestina.

Likud (hebraico): União. Partido de direita Israelense.

Lohamei Herut Ysrael, Lehi, Gang Stern: ‘Lutadores pela liberdade de Israel’, grupo paramilitar sionista de direita dissolvido em 1948.

Madinat Al nabi (árabe): A cidade do profeta, Medina.

Magistra vitae (Latin): Mestra da vida.

Mapai: Partido Trabalhista de Israel

Mufti: Título do líder máximo muçulmano de Jerusalém.

Muktar (árabe): Líder de Aldeia.

Munafiqum (árabe): Hipócritas, falsos convertidos.

Maghreb: Norte da África islâmico, região ocidental do mundo muçulmano, constituindo-se da Tunísia, Argélia e Marrocos.

Mascherek: O Oriente Médio.

Medinat Israel: O Estado de Israel.

Moab, Moabitas: Descendentes de Ló, sobrinho de Abraão.

Muharran, 10 Muharrém: Décimo mês do calendário muçulmano.

Milhemet Mitsvá, Milhemet Hová: Preceito rabínico para guerra, autorização, mandamento para esta.

Mission civilisatrice (francês): Missão civilizadora.

Naqba (árabe): Catástrofe.

Nejd, Najd (árabe): Terras altas, região central da Península Arábica.

Omíadas, Omeyas: Ver Banu Oméya.

Palmach, Palmá: Iniciais das palavras hebraicas ‘seções de assalto’”, comandos da Haganá.

Pogrons (russo): Eliminação de uma comunidade étnica diversa da majoritária dominante, comuns contra aldeias judaicas na Rússia Czarista.

Pooley Sion (hebraico): Operários de sion, grupo socialista judeu do leste europeu.

Quorayshitas: Clã que protegia os ídolos da cidade Meca na Arábia pré-islâmica. Maomé é originário deste clã.

Sabras: Termo para designar judeus nascidos no território de Israel, não imigrantes.

Sassânidas: Dinastia controladora da Pérsia pré-islâmica (224-651).

Salán (árabe): Paz.

Safed: Antiga aldeia judaica na Palestina que abrigou grupos religiosos desde a Idade Média.

Sefarad: A Espanha em Hebraico.

Sefaraditas, Sefaradis, Sefaradins: Judeus Espanhóis, e judeus habitantes do mundo Islâmico.

Suras: Capítulos do Corão.

Sunitas, Sunismo: Ramo do Islã a qual pertencem 84% de seus fiéis, identificam-se com os preceitos da “Suna”, estabelecidos no século VIII, com base nos ensinamentos de Maomé e do quatro primeiros califas, os chamados ortodoxos.

Sublime Porta: Designação Turca para Istambul, a capital Otomana e morada do Sultão.

Stern: Ver Lohamei-herut-Ysrael.

Shiia: Ver Xiitas

Taifas (árabe): Bandeiras, pequenos estados muçulmanos na Espanha medieval.

Talmud Babli: A compilação do Talmud realizada durante o exílio babilônico.

Takfir (árabe): Infiel, desviado da religião.

Thohar-Haneshk (hebraico): Pureza das Armas.

Torá (hebraico): A Lei.

Tsahal (hebraico): Exército unificado de Israel depois de 1948.

Tishri, Tishrei (hebraico): Sétimo mês do calendário judaico.

Turanianos: Povos de origem turca.

Umma (árabe): Comunidade dos crentes no islamismo.

Varegues: Povo nórdico, como os Vikings eram conhecidos nas regiões eslavas da Rússia.

Wafd (Árabe) : Delegação, Partido Nacionalista Burguês do Egito dissolvido em 1952.

Wahhabismo, Wahhabitas: Seita fundamentalista Sunita, fundada por Muhammad ibn Abd al-Wahhab na Península Arábica (1703-1792). A dinastia Saud da Arábia Saudita é sua seguidora

Xiitas: Adeptos de Ali, marido de Fátima, filha de Maomé, primeiro cisma do Islã, acreditavam que a sucessão do profeta deveria ser realizada por um parente deste.

Yrgun: Ver Etzel.

Yom (hebraico): Dia.

Yur (árabe): Dia.

Yar: Mês do calendário judaico, corresponde ao maio do calendário ocidental.

Yatrib: Nome primitivo de Medina, a cidade do Profeta.

Yeru- Shaláyim (hebraico): A Cidade da Paz, Jerusalém.

ANEXOS

ANEXO A

Cronologia relativa ao I capítulo (séculos II AO XVIII)

- 132/135 - Depois da segunda revolta judaica, os judeus são dispersados por ordem do imperador Adriano, a Judeia torna-se colônia romana e passa ser designada por Palestina, o antigo nome proveniente de ‘filistins’. Jerusalém é renomeada para Aélia Capitolina, e os judeus proibidos de se fixarem na cidade.
- 335 - A sentença proibitiva aos judeus de residirem em Aélia é renovada.
- 438 - O Código de Teodósio II reitera novamente a sentença e a amplia, proíbe a criação de sinagogas, os judeus não podem, a partir de então, realizar suas cerimônias religiosas na cidade.
- Séculos VI ao X - Europa do Leste - A elite dirigente do grande império dos khazares, no Dniéper, é convertida ao judaísmo, origem (ou uma delas!) de comunidades ‘Asquenazin’ de judeus europeus orientais.
- Século VI - O reino de Sába, no sul da Península Arábica cai sob o controle dos Himiaritas, povo em que um dos últimos governantes, “Dhu Nuwas”, converte-se ao judaísmo.
- 570 - Nascimento de Maomé na cidade de Meca.
- 610 - Início das visões de Maomé com o anjo Gabriel lhe entregando “a revelação”.
- 619 - Morte de Kadidja, esposa de Maomé, e de seu tio Abu Talib, com o conseqüente enfraquecimento de Maomé e sua perseguição em Meca pelo clã dos Qorayshitas.
- 622- Início do calendário muçulmano com a Hégira, fuga de Maomé para a cidade de Yatrib, futura Medina, “a cidade do profeta”, e contatos entre Maomé e as tribos judaicas da cidade, tentativas iniciais de acomodação e cooptação entre as duas comunidades.
- 624 - Com o fracasso das tentativas de conversão das tribos judaicas de Medina, Maomé proclama que a verdadeira fé é o islamismo, e a única interpretação válida dali em diante é “o Corão”.
- 627- Marcha dos Qorayshitas sob o comando de Abu Sofyan contra Medina, o profeta decide expulsar da cidade a tribo judaica dos Banu Nadhir, aliada destes. Salvo da derrota pela retirada dos oponentes e a proteção de um fosso, Maomé dá um ultimato para a última tribo judaica de Medina os Bannu Quraza, conversão ou morte. A tribo recusa-se a conversão, os homens são decapitados e as mulheres e crianças reduzidas a escravidão.
- 628-632 - início da fase ofensiva do Islã, conquista de Kaybar, cidade ao norte de Medina, habitada por maioria judaica, onde a tribo dos Banu Nadhir havia procurado refúgio, somando-se a comunidades mais antigas de judeus. Kaybar capitula com profeta, que concede aos judeus o direito de permanecer na cidade, com “o Pacto de entregar metade da produção aos muçulmanos”.
- 632 - Morte de Maomé.
- 632-634 - Califado de Abu Bakar, conclusão de processo de islamização da Península Arábica.
- 634 - Início do califado de Umar ibn al kattab, durante o qual os judeus são definitivamente expulsos de kaybar. O exército muçulmano rumo em direção aos domínios Bizantinos e Sassânidas.
- 636 - Derrota dos Bizantinos na batalha de Yarmuk, Palestina.

- 638 - Conquista de Jerusalém, por Umar, que agora, mesmo com o desagrado dos chefes cristãos, permite o retorno de famílias judaicas e o reinício de seus cerimoniais religiosos, depois de cinco séculos da expulsão dos judeus da cidade pelos romanos. Data atribuída à formulação do chamado “Pacto de Omar”. Construção por Omar de uma pequena mesquita de taipas, ao lado dos restos do templo hebreu.
- 656-661- Califado de Ali ibn Talib: cisma mundo muçulmano, xiitas seguem Ali que é assassinado em 661.
- 660-750 - Domínio dos Omíadas sobre o império islâmico, com Moawya proclamado califa em Jerusalém em 660.
- 691- Edificação do “Domo da Rocha” em Jerusalém, por Abb al Malik, seu filho irá erguer a mesquita de “Al Aqusa”, no lugar do antigo templo hebreu.
- 705-708 - Conquista das tribos judaicas e cristãs do centro e oeste do Magreb, pelo general Omíada Muça ibn Noçar.
- 711- Conquista da Península Ibérica, Córdoba e Toledo são ocupadas rapidamente com auxílio das populações judaicas locais, perseguidas pelos visigodos.
- 732 - Derrota muçulmana em Poitiers, os Francos sob o comando de Carlos Martel detém o avanço Islâmico sobre a Europa.
- 744-750 - Conspiração interna acaba com o governo Omíada. O último descendente deste clã, Abeder Raman, busca refúgio na Península Ibérica, onde sua autoridade é aceita. Início do emirado Omíada independente de Cordóva.
- Séculos X ao XIII - Florescimento, apogeu e queda da civilização “Andaluz”, que reunia, em muitos aspectos de forma simbiótica, islâmicos, judeus e cristãos, sob a autoridade dos Califas Omíadas na península; sob esses governantes, a tolerância com as diversas comunidades e religiões será a regra, redundando no apogeu de uma civilização que se tornará a mais evoluída da Idade Média. Após a queda dos Omíadas, a Espanha muçulmana se dividirá em inúmeros reinos menores, em sua maioria controlados por dinastias berberes vindas do Magreb, com elas a tolerância será substituída. Conversões forçadas, massacres de judeus e cristãos, conversão forçada de Maimônedes em Córdoba (1135-1204), decadência da Espanha muçulmana, conquista pelas monarquias cristãs do norte.
- 1492 - Queda de Granada, o último bastião muçulmano na Espanha é tomado pelo casal de reis católicos, Fernando e Isabel, os quais, no mesmo ano, expulsam os judeus, que fogem ou são convertidos, passando estes a serem conhecidos como

cristãos-novos. Muitas famílias judaicas procuram refúgio sob a proteção dos sultões otomanos, os novos senhores do mundo islâmico.

- Séculos XVIII - Grandes massacres na Polônia e Ucrânia, regiões limítrofes do antigo Império Kazar do Dniépr, nessa época sob controle dos Czares ortodoxos russos, fazem com que novamente grandes contingentes de judeus, de cultura asquenazim, procurem abrigo dentro do mundo muçulmano, dirigido pelos sultões otomanos, governantes da Sublime Porta, Istambul, que detém fama de tolerância.

ANEXO B

Cronologia relativa ao II Capítulo (final do século XVIII a 1913)

- Final do século XVIII - concomitante ao Iluminismo ou Ilustração, surge a “Haskala”, ou Iluminismo Judaico, pregando integração fraterna entre os indivíduos. A Revolução Francesa e seus ideais igualitários pareciam ser a solução para a segregação e ofereciam uma alternativa para as populações discriminadas no continente.
- Início do século XIX - o Império Napoleônico é derrotado, a Restauração e Santa Aliança destroem as esperanças igualitárias e de integração fraterna no seio dos países onde residem, defendidas por uma parte da intelectualidade judaica, os pogroms na Europa Czarista trazem a triste realidade da perseguição étnica à tona novamente.
- 1858 - Instituição do Código Turco de terras, muitos proprietários absenteístas, registram terras que não lhes pertenciam, o que vai prejudicar posteriormente camponeses no Oriente Médio.
- 1862 - Moses Hess, um dos primeiros idealistas do sionismo publica “Roma and Jerusalém”, esse autor é partidário da França como Potência patrocinadora para o sionismo. Seu discurso tem similaridades com o de um “sionista goy”, o francês Ernest Laharane, incentivador da ideia de um estado judeu no Oriente Médio.
- 1875 - inaugurado o Canal de Suez, numa aliança entre o rei Ismail do Egito e os franceses, posteriormente arrebatado pela Grã-Bretanha, através de uma jogada do primeiro-ministro Disraeli, que se aproveita das dificuldades do monarca egípcio e assume o controle do canal.
- 1876 - Lançamento do romance “Daniel Deronda”, do britânico George Eliot. Este autor, apesar de “goy”, trata neste livro do sionismo, com uma linguagem nitidamente incentivadora deste.
- 1879 - A expressão “anti/semitismo” é anotada por Wilhen Meir, ao dar nome ao fenômeno, bem antigo, em terras europeias.
- 1881 - Pogroms de Odessa na Ucrânia, patrocinados pelo império Czarista.
- 1884 - Congresso do movimento sionista do “Hovevei Sion” realizado em Katovice, na Europa Oriental. Bombardeio de Alexandria e invasão inglesa do Egito.
- 1894 - O caso Alfred Dreyfus, na França, desencadeia a chama do ódio racial em terras gaulesas. Ele é um oficial do exército de família alsaciana de antiga cepa que escolherá o país por opção, é acusado de espionagem para a Alemanha, e mesmo que

nenhuma prova tenha sido estabelecida, é condenado e enviado à Ilha do Diabo, na costa da Guiana. Parte da intelectualidade francesa, como o escritor Victor Hugo, se põem abertamente contra a injustiça, mas o estrago era irreparável, mesmo que autores como Karl Marx e Arnold Tonymbee acreditassem que o antisemitismo desapareceria, logo que o mundo tivesse se libertado dos últimos preconceitos medievais, o movimento sionista, que sempre fora minoritário entre a comunidade judaica, ganharia novos, e importantes adeptos.

- 1895 - Pronunciamento, divulgado na imprensa, do aventureiro e explorador inglês Cecil Rhodes, com célebre conteúdo apologético do imperialismo
- 1896 - Theodor Herzl, jornalista judeu austríaco, de passagem por Paris, indignado com o caso Dreyfus, escreve o *L'État des Juifs* (O Estado Judeu), obra que é considerada o marco do movimento sionista na Europa, pois procura demonstrar que o único meio para combater a discriminação e as perseguições sazonais seria o estabelecimento de um estado, só um governo nacional poderia fazer frente a esses problemas, atuando como representante legal constituído frente a outros, e protegendo tanto seus cidadãos, como as suas comunidades étnicas presentes em outros países. Herzl é considerado o pai do estado de Israel moderno.
- 1897 - Um ano após a primeira edição do “Estado Judeu”, de Herzl, é realizado o primeiro congresso sionista unificado, com todas as tendências presentes.
- 1899 - O poeta e romancista britânico Rudyard Kipling publica o célebre poema racista “o fardo do homem branco”, durante a guerra hispano-americana.
- 1903 - Londres oferece Uganda para o estabelecimento do “Lugar Nacional para o Povo Judeu”, a proposta é levada à votação pelo Congresso Sionista e aprovada por pequena vantagem.
- 1904 - Morte de Teodor Herzl, abandono de todas as propostas que não fossem o estabelecimento do “Estado Judeu na Palestina”.
- 1905 – A polícia secreta do Czar Russo elabora os “Protocolos dos sábios de Sion”, peça mais elaborada do anti/semitismo da época.
- 1907 - 11 de dezembro, discurso de Lord Curzon, na câmara dos lordes, demonstrando como o “Imperialismo Britânico era salutar aos povos que dominava”.
- 1911- Inauguradas as primeiras comunidades coletivistas do tipo “Kibutzim” na Palestina.

- 1913 - O escritor e dramaturgo irlandês George Bernard Shaw publica “Homem de destino”, uma de suas ácidas e irônicas críticas ao imperialismo britânico.

ANEXO C

Cronologia relativa ao III Capítulo (1914 a 1949)

- 1914 - Início da I Grande Guerra. O Império Otomano, controlador da Palestina, alia-se aos impérios centrais.
- 1916 - Grã-Bretanha e França acertam, por meio do acordo de Picot/Sykes, a partilha das áreas do Oriente Médio sob o controle de Istanbul, antes mesmo do final do conflito. Início da Revolta Árabe, liderada pelo Xarif Hussein de Meca e incentivada por Londres, para desestabilizar o Império Otomano.
- 1917 - 2 de novembro, declaração de Arthur James Balfour, em nome de sua Majestade Britânica, expressando apoio à constituição de um lar nacional para o povo judeu na Palestina.
- 1917 - Revolução Russa, teses de Lenin contra o imperialismo.
- 1918 - Divulgação dos 14 pontos do presidente Wilson para a paz, deixando claro, por parte do governo dos EUA, a defesa de uma postura internacional que leve em consideração o interesse dos povos colonizados. Fundação, por Chaim Weizman, da Universidade Hebraica na Palestina.
- 1919 - Tratado de Versalhes, dispõe sobre a situação dos países derrotados e suas áreas subordinadas, a 10 de janeiro de 1920 a Liga das Nações o ratifica. No Médio Oriente, o Partido da Independência Árabe proclama a sua independência sobre a monarquia constitucional que englobaria Síria, Líbano, Transjordânia e Palestina, o trono é oferecido a Abdula, filho de Hussein de Meca, do clã Hachem, soberanos do Nejed e aliados dos britânicos, que se encontravam em guerra com os Saud do Hedjas que os expulsaram da Península Arábica. Revelação e divulgação, por parte dos Sionistas, da Declaração Balfour, preliminares de possíveis problemas entre as comunidades árabes e judias na área, com o descontentamento, por parte dos árabes, com a declaração do governo britânico.
- 1920 - Conferência de San Remo, institui o sistema mandatos, segundo o qual, as regiões pertencentes aos países derrotados e habitados por populações ainda não habilitadas para se autogerir ficariam sob a administração das potências vencedoras. A rigor não dava prazo nenhum para que essas regiões se constituíssem em estados soberanos. Essa conferência ratificou a divisão acordada secretamente pelo Picot/Sikes de 1917. No Oriente Médio, a França depõe o rei Abdula, que é compensado a posteriori pelos seus aliados britânicos com o trono da Transjordânia, seu irmão Faisal recebe o trono do Iraque, a Síria e o Líbano passam a ser mandatos franceses. Na década de 1920, a imigração judaica para a Palestina aumenta significativamente. Criação da Organização Sionista Mundial.

- 1924/25 – Os últimos redutos hachemitas na Península Arábica são derrotados, os Sauds, fundamentalistas wahhabitas controlam todo o país.
- 1928 - Fundação do Movimento Irmandade Muçulmana, no Egito. Criação da Agência judaica, por Chaim Weizmann, representando os interesses do Ishuv, a comunidade judaica na Palestina, angariando fundos internacionais e implementando a compra de terra dos proprietários absenteístas árabes, para o estabelecimento de assentamentos sionistas.
- 1933 - Acordo comercial de “Haavara” realizado entre o III Reich e a Agência Judaica, só será finalizado em 1939 com o início da II Guerra.
- 1935 - Promulgação das “leis Racistas de Nurenberg” pelo regime Nacional Socialista.
- 1936/1939 - Revolta Árabe na Palestina.
- 1937 - Conclusão do relatório da Comissão “Peel”, dos britânicos, sobre o esquema de partição da Palestina.
- 1938 - Entre 6 e 15 de julho, é realizada, na França, a “Conferência de Éviam”, onde 32 países, a convite dos EUA, discutem como resolver o “problema dos refugiados”, solução alguma é encontrada, as portas se fechavam aos condenados ao extermínio pelo governo Hitlerista.
- 1939 - III Livro Branco “de MacDonald”, fixando limite de 75.000 judeus que poderiam entrar na Palestina nos próximos cinco anos, procurando estabilizar a população judaica em torno de um terço na área, era a favor de um estado único com a preponderância árabe.
- 1939 - Início da Segunda Grande Guerra, 30.000 judeus se engajam na luta, através da brigada judaica do Hayl, sob o comando britânico e lutam em todos os frentes do Oriente Médio, chegando a participar de combates na Europa sob o nome “ambíguo de Palestinos”, para esconder sua origem. Na Palestina, o Mufti de Jerusalém se declara abertamente a favor do III Reich.
- 1940 - Instituição da lei Britânica de Transferência de Terras da Palestina.
- 1944 - 6 de novembro, assassinato pelo Lehi, no Cairo de Lord Moyne, Ministro de Estado residente geral da Grã-Bretanha para o Oriente Médio, considerado responsável pela implantação do II livro branco quando dirigia o Colonial Office em 1941.

- 1945 - Final da Segunda Grande Guerra, comoção mundial com a exposição a opinião pública dos horrores perpetrados nos campos de extermínio contra judeus europeus, campanha internacional para o estabelecimento de uma Pátria aos sobreviventes do extermínio.
- 1946 - 22 de julho, explosão do Hotel King Davi, em Jerusalém pelo Yrgun, matando dezenas de pessoas, início de um estado de guerra interna.
- 1947 - Em 29 de novembro, a ONU, aprova a Resolução 181, que estabelece a partilha da Palestina em um Estado Árabe e outro Judeu.
- 1948 - Abril, massacre da vila palestina de Deyr Yassim perpetrado pelo Yrgun, iniciando um êxodo de grandes proporções. Em 9 de abril, morre o líder da resistência palestina Abedel Kader Al Husseini. Em 12 de maio, o território judeu é invadido pela legião árabe. No dia 13 de maio, acontece massacre do Kibutz Kfar Etzion, realizado por árabes. Em 14 de maio, é proclamada a Declaração de Independência de Israel, por Bem Gurion, em Tel Aviv. Em 15 de maio, inicia oficialmente a guerra. No dia 29 de maio a Legião Árabe da Transjordânia ocupa a cidade antiga de Jerusalém, a Síria invade o norte, e o Egito o sul do estado hebreu. Em 30 de maio é assinado o primeiro cessar fogo. No dia 3 de julho acontece o afundamento pela Haganá do navio Altalena com carregamento de armas para o Yrgun de Beguin. Em 17 de setembro é assassinado o conde Folk Bernardot, mediador da ONU, pelo Lehi, do futuro primeiro-ministro israelense Ytzahak Shamir.